

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL



TESE

MEMÓRIAS DO CLUBE CAIXEIRAL DE RIO GRANDE/RS

GIANNE ZANELLA ATALLAH

PELOTAS, 2018

GIANNE ZANELLA ATALLAH

MEMÓRIAS DO CLUBE CAIXEIRAL DE RIO GRANDE/RS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em “Memória Social e Patrimônio Cultural” - Área de Concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social e Patrimônio.

Orientador: Prof. Dr. João Fernando Igansi Nunes

PELOTAS, 2018

Dados de catalogação na fonte:

Ubirajara Buddin Cruz – CRB 10/901

Biblioteca de Ciência & Tecnologia - UFPel

A862m Atallah, Gianne Zanella

**Memórias do Clube Caixeiral de Rio Grande/RS /
Gianne Zanella Atallah. – 200p. : il. – Tese (Doutorado).
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e
Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas.
Instituto de Ciências Humanas. Pelotas, 2018. –
Orientador João Fernando Igansi.**

**1.Caixeiros. 2.Clube Caixeiral de Rio Grande.
3.Memória. 4.Esquecimento. 5.Conflito. I.Igansi, João
Fernando. II.Título.**

CDD:

153.125

Banca Examinadora

Prof. Dr. João Fernando Igansi Nunes (Orientador)

Universidade Federal de Pelotas – UFPEL

Prof.^a Dr.^a. Maria Letícia Mazzucchi Ferreira

Universidade Federal de Pelotas – UFPEL

Prof.^a Dr.^a Francisca Michelin

Universidade Federal de Pelotas – UFPEL

Prof.^a Dr.^a Teresa Lenzi

Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Prof.^a Dr.^a Maria Angelica Zubarán

Universidade Luterana do Brasil - ULBRA

AGRADECIMENTOS

Ao encerrarmos esse ciclo gostaria de agradecer a algumas pessoas que são o nosso incentivo, isso é algo de valor inestimável.

Neste trabalho não seria diferente, portanto gostaria de agradecer as pessoas que se fizeram representar aqui de alguma maneira, e que não tenha se feito a propósito, o esquecimento de alguém.

Agradeço ao *Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural* e extensivamente ao *Instituto de Ciências Humanas e Universidade Federal de Pelotas/RS* por tornar realidade, o estudo e a prática, de tantas inquietações em que poucos ainda acreditam que a *memória social* de uma coletividade, é apenas um grão dentro de um universo maior sobre a nossa identidade, precisamos assim estar em constante busca e estudo.

Agradeço ao meu *Orientador Prof. Dr. João Fernando Igansi Nunes*, por ter aceitado o desafio de orientação sobre essa pesquisa. Agradeço também a *Profa. Dra. Margareth Gonçalves* e ao *Prof. Dr. Diego Ribeiro* pelas contribuições na primeira fase de orientação dessa pesquisa.

Agradeço as Professoras Doutoras *Maria Letícia Mazzucchi Ferreira, Francisca Michelin, Teresa Lenzi e Maria Angelica Zubarán* por gentilmente aceitarem participar do processo de qualificação e da banca final, que será de extremo crescimento para esta pesquisa e outras que venham a ser desenvolvidos futuramente.

Agradeço a Secretária do PPGMP Gisele Dutra Quevedo por seu profissionalismo e coleguismo, sempre pronta a nos atender da melhor maneira possível.

Agradeço a todas as Instituições Públicas e Privadas pelo atendimento durante essa pesquisa, bem como aos Clubes Caixeirais do Rio Grande do Sul pelo breve, mas valioso contato.

Agradeço aos meus entrevistados, que muito contribuíram para esse trabalho fosse possível e pela gentileza e boa vontade com que participaram durante o processo.

Agradeço aos meus pais *Neusa e Badih* (in memoriam), pelo apoio e inspiração, sempre. Agradeço a minha família, meus amigos e colegas pelo apoio e respeito a essa pesquisa.

APAGUE OS RASTROS

Bertold Brecht

 Separe-se de seus amigos na estação
 De manhã vá à cidade com o casaco abotoado
 Procure alojamento, e quando seu camarada bater:
 Não, oh, não abra a porta
 Mas sim
 Apague os rastros!

 Se encontrar seus pais na cidade de Hamburgo ou em outro lugar
 Passe por eles como um estranho vire na esquina, não os reconheça
 Abaixe sobre o rosto o chapéu que eles lhe deram
 Não, oh, não mostre seu rosto
 Mas sim
 Apague os rastros!

 Coma a carne que aí está. Não poupe.
 Entre em qualquer casa quando chover sente em qualquer cadeira
 Mas não permaneça sentado. E não esqueça seu chapéu.
 Estou lhe dizendo:
 Apague os rastros!

 O que você disser, não diga duas vezes.
 Encontrando o seu pensamento em outra pessoa: negue-o.
 Quem não escreveu sua assinatura, quem não deixou retrato
 Quem não estava presente, quem nada falou
 Como poderão apanhá-lo?
 Apague os rastros!

 Cuide, quando pensar em morrer
 Para que não haja sepultura revelando onde jaz
 Com uma clara inscrição a lhe denunciar
 E o ano de sua morte a lhe entregar
 Mais uma vez:
 Apague os rastros!

(Assim me foi ensinado.)

RESUMO

O presente estudo intitulado *Memórias do Clube Caixeiral de Rio Grande/RS* tem por objetivo analisar a trajetória da memória social de uma categoria, os caixeiros na cidade de Rio Grande/RS diante de suas ações, tanto político-econômica, quanto sócio-culturais, e como essa memória micro coletivas foi sendo inserida ao processo macro memorial. Após apresentar brevemente um histórico sobre a expansão dos caixeiros no Brasil e no Rio Grande do Sul a partir da segunda metade do século XIX, bem como o seu principal objetivo de luta que era o fechamento das portas do comércio aos domingos e os feriados na parte da tarde. Assim, novos contextos sociais que passaram a se entrecruzar, ofertaram uma diversidade de atividades socioculturais, e que aqui foram lembradas através de notícias, relatos pessoais, imagens, documentos, de caráter institucional, tanto público como privado de pessoas que delimitaram a classe e o clube caixeiral, mantendo mais do que um contato familiar, ou a extensão do lar, mas um encontro em si mesmo. A lembrança propiciou também uma discussão sobre o esquecimento e seus desdobramentos a partir do nosso objeto de pesquisa, analisando os conflitos que se interseccionaram num passado, criando ambiguidades memoriais no presente.

Palavras-chave: caixeiros – clube caixeiral de Rio Grande – memória – esquecimento - conflito

ABSTRACT

The present study entitled *Memoirs of the Club Caixeiral de Rio Grande/RS* aims to analyze the trajectory of the social memory of a category, the clerks in Rio Grande/RS before their actions, both political-economic, and socio-cultural, and how this micro-collective memory was being inserted into the memorial macro process. After presenting briefly a history on the expansion of the salesmen in Brazil and Rio Grande do Sul from the second half of the nineteenth century, as well as its main objective of fighting that was the closing of the doors of commerce on Sundays and the holidays in the late part E. Thus, new social contexts that have become intersect, have offered a diversity of socio-cultural activities, and that have been rememorated through news, personal reports, images, documents, institutional character, both public and deprived of people who have delineated the class and the Caixeiral club, keeping more than a family contact, or the extent of the home, but a meeting in itself. Zikr also provided a discussion about oblivion and its offshoots from our research object, analyzing the conflicts that intersected in a past, creating memorial ambiguities in the present.

Keywords: clerks - Rio Grande Caixeiral Club – memory – oblivion - conflict

Lista de Figuras

Figura 1.....	47
Mapa do Rio Grande do Sul com algumas cidades que fundaram Clubes Caixeirais	
Figura 2.....	51
Desabamento do telhado do Clube CCRG	
Figura 3.....	51
Localização geográfica do CCRG	
Figura 4.....	53
Prédio do CCRG inaugurado em 03/05/1912	
Figura 5.....	54
Prédio do CCRG atualmente	
Figura 6.....	55
Prédio do CCRG nos anos de 1980	
Figura 7.....	56
Detalhes da fachada principal do CCRG	
Figura 8.....	57
Detalhes da fachada principal do CCRG	
Figura 9.....	57
Detalhes da porta principal do CCRG	
Figura 10.....	59
Rua Marechal Floriano esquina com Rua Duque de Caxias	
Figura 11.....	60
Praça Xavier Ferreira	
Figura 12.....	61
Mercado Municipal	
Figura 13.....	61
Rua Marechal Floriano próximo ao prédio da Alfândega	
Figura 14.....	65
Bodas de Pérola do casal Sr. Mário Corrêa Álvaro e Sra. Leonor Álvaro	
Figura 15.....	67
Sala da Diretoria do CCRG	
Figura 16.....	69
Escada principal do CCRG	

Figura 17.....	70
Copa do CCRG	
Figura 18.....	73
Reportagem Jornal Diário Popular sobre CCRG	
Figura 19.....	74
Reportagem Jornal Agora sobre CCRG	
Figura 20.....	75
Reportagem Jornal Agora sobre CCRG	
Figura 21.....	76
Reportagem Jornal Agora sobre CCRG	
Figura 22.....	77
Reportagem Jornal Agora sobre CCRG	
Figura 23.....	78
Reportagem Jornal Agora sobre CCRG	
Figura 24.....	80
Imagem aérea dos fundos do CCRG	
Figura 25.....	81
Imagem aérea da frente do CCRG	
Figura 26.....	81
Pintura Mural do CCRG- Vista Aérea	
Figura 27.....	83
Imagem da fachada principal do CCRG	
Figura 28.....	90
Membros da Diretoria do CCRG	
Figura 29.....	91
Grupo de Associados do CCRG	
Figura 30.....	92
Sr. Marcondes Gaspar de Oliveira e sua esposa Sra. Angelina	
Figura 31.....	103
Os pais do Sr. Marcelo Degani juntamente com a Diretoria do CCRG	
Figura 32.....	105
Emblema do CCRG 1904	
Figura 33.....	105
Emblema do CCRG 1925	

Figura 34.....	108
Srta. Hermínia Alt	
Figura 35.....	109
Srta. Cândida Soares	
Figura 36.....	109
Srta. Rolinha Soares	
Figura 37.....	110
Srta. Arminda Assumpção	
Figura 38.....	110
Srta. Yantje de Boer	
Figura 39.....	111
Srta. Custódia Barcellos	
Figura 40.....	111
Srta. Othilia Moraes	
Figura 41.....	112
Srta. Alice Perdigão	
Figura 42.....	112
Srta. Emilia Berg	
Figura 43.....	114
Srta. Isaura Miller	
Figura 44.....	115
Srta. Joanita Monteiro	
Figura 45.....	116
Srta. Helena Miranda	
Figura 46.....	116
Srta. Julieta Miranda	
Figura 47.....	119
Crianças no CCRG na Exposição de 1912	
Figura 48.....	120
Crianças no CCRG na Exposição de 1912	
Figura 49.....	121
Moças no CCRG na Exposição	
Figura 50.....	123
Exposição de 1933	

Figura 51.....	124
Exposição de 1934	
Figura 52.....	127
Jantar de Comemoração ao aniversário do CCRG	
Figura 53.....	128
Jantar de natal	
Figura 54.....	129
Baile de carnaval	
Figura 55.....	130
Sr. Mario Álvaro Corrêa e sua esposa trajando roupa de gala	
Figura 56.....	131
Sra. Ydna Martinez, Sr.Ubirajara Martinez e Angela Guimarães	
Figura 57.....	132
Sra. Leonor e Sr. Mario Corrêa Álvaro	
Figura 58.....	133
Baile de carnaval	
Figura 59.....	134
Festa da neve	
Figura 60.....	135
Festa junina	
Figura 61.....	137
Carteirinha de sócio do CCRG	
Figura 62	138
Convite para boate no CCRG	
Figura 63.....	138
Evento para a escolha do Senhorita Caixeiral	
Figura 64.....	139
Credencial do Sr. Marcelo Degani no evento da Senhorita caixeiral	
Figura 65.....	143
Certame Senhorita Caixeiral - Candidatas	
Figura 66.....	144
Certame Senhorita Caixeiral – vista parcial do Salão	

Lista de Abreviaturas e Siglas

CC Clube Caixeiral

CCRG Clube Caixeiral de Rio Grande

RS Estado do Rio Grande do Sul

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A.....	254
Decreto nº 15.205 de 24/01/2018	
ANEXO B.....	259
Ficha de Inventário Municipal do CCRG	
ANEXO C.....	260
Documento do Ministério Público Estadual/Rio Grande - RS	
ANEXO D.....	268
Lei nº 5883 de 26/01/2004	

SUMÁRIO

Introdução.....	17
CAPÍTULO 1 – TRAJETÓRIA DO CLUBE CAIXEIRAL NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL.....	24
1.1 Memória Social e memória Histórica.....	25
1.2 O cenário brasileiro e os caixeiros no século XIX-XX.....	28
1.3 O positivismo no Estado do Rio Grande do Sul e os caixeiros.....	41
CAPÍTULO 2 – DA AUSÊNCIA AO FECHAMENTO DAS PORTAS (2014-2000).....	49
2.1 A ausência simbólica.....	50
2.2 Competência Governamental (2013-2009).....	72
CAPÍTULO 3 – DO 1º FECHAMENTO DAS PORTAS (2000) AO 2º FECHAMENTO DAS PORTAS (1895).....	84
3.1 Do <i>fechamento das portas</i> ao espaço social.....	85
CAPÍTULO 4 – POR TRÁS DAS PORTAS.....	98
4.1 A memória por trás das portas – <i>recreação institucional</i>	101
4.2 A memória por trás das portas – <i>recreação social</i>	124
4.3 A memória por trás das portas – <i>a resistência</i>	136
CAPÍTULO 5 – O ESQUECIMENTO.....	146
5.1 Sobre os conflitos de memória.....	149
5.2 Os desdobramentos do esquecimento	152
5.3 Pós-Memória.....	157

CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
REFERÊNCIAS.....	165
ANEXOS.....	180

INTRODUÇÃO

O estudo intitulado ***Memórias do Clube Caixeiral de Rio Grande/RS*** está sendo submetido ao ***Programa de Pós- Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas/RS*** para a obtenção do título de Doutor. O objetivo desta pesquisa foi analisar a trajetória da memória social de uma categoria, os caixeiros na cidade de Rio Grande/RS, diante de suas ações, tanto político-econômicas, quanto socioculturais, e como essa memória micro coletiva foram sendo inserida ao processo macro memorial. Essas discussões ampararam-se na delicada relação entre a *memória social/coletiva* e a *memória histórica* e, conseqüentemente, no processo de predestinação ao esquecimento e à pós-memória.

A pesquisa desenrolou-se em cinco etapas. A primeira foi constituída de reconhecimento do acervo existente do Clube Caixeiral de Rio Grande, a partir das pesquisas nas seguintes instituições: Arquivo Público e Histórico Municipal de Rio Grande, Fototeca Municipal Ricardo Giovannini, Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento, Secretaria de Município da Educação, ambas pertencentes à Prefeitura Municipal do Rio Grande/RS; Museu da Cidade do Rio Grande/RS; Câmara do Comércio de Rio Grande/RS; Biblioteca Rio-grandense – Rio Grande/RS; Sociedade União Comercial dos Varejistas-Rio Grande/RS; Centro de Documentação Histórica/ICHI – Universidade Federal do Rio Grande/RS; Justiça Federal de Rio Grande/RS; Biblioteca Pelotense – Pelotas/RS, Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas/RS; Núcleo de Documentação Histórica – NDH – Universidade Federal de Pelotas/RS; Museu da Comunicação Hipólito José da Costa – Porto Alegre; Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul-Porto Alegre/RS; Núcleo de Pesquisa em História/IFCH – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS; Fototeca Sioma Breitman – Museu Joaquim Felizardo – Porto Alegre/RS; Arquivo Público do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS; Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS; Arquivo Histórico de Porto Alegre Moisés Vellinho – Porto Alegre/RS.

A segunda etapa caracterizou-se pela pesquisa em referências textuais pertinentes ao *mutualismo* – sociedades de socorro mútuo e, mais especificamente, sobre os *caixeiros* que estavam inseridos nessa categoria, tanto no Rio Grande do Sul, quanto no Brasil. As referências encontradas acusam uma produção historiográfica mais ampla e em crescimento em outros estados brasileiros como Rio de Janeiro, Bahia e Ceará do que no Rio Grande do Sul, sendo que a produção regional vem tornando-se significativa.

Na terceira etapa foram realizadas entrevistas orais com indivíduos que frequentaram o Clube Caixeiral de Rio Grande, em temporalidades distintas, ocupando dentro do clube posições sociais diferenciadas (sócios, frequentadores, vice-presidente, secretária). Essas entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra e, a partir de seu conteúdo, foram cotejados os princípios teóricos da memória social e seus conflitos. Os entrevistados foram: Sra. Jussara Couto de Souza; Sr. Péricles Antônio Fernandes Gonçalves; Sra. Virgilina Edi Goularte dos Santos Fidelis de Palma; Sr. Marcelo Degani Gaspar de Oliveira; Sra. Ydna Álvaro Martinez; Sr. Regys Loureiro de Mâcedo; Sra. Fátima Elizabeth Assumpção; Sra. Zoraia Teixeira Ferreira; Sra. Berenice Campos Assumpção, Sr. Gelson Luiz Gomes Constantino; Sr. Sérgio Machado Pinto; Sr. Luiz Carlos Troina; totalizando doze relatos orais sobre as vivências particulares de cada um no espaço do clube.

A quarta etapa considerou importante um contato com os demais *clubes caixeirais* no Rio Grande do Sul, que totalizaram quinze dos dezesseis. Dentre eles alguns já encerraram suas atividades, em outros o contato não se efetivou, pois estavam parcialmente fechados, e o restante, apesar do contato, concedeu informações semiparciais, não permitindo a pesquisa no acervo.

A quinta etapa foi à análise do material, a partir de considerações acerca de conceitos teóricos tais como memória histórica, memória social, identidade, esquecimento e pós-memória apoiando-me em autores como Maurice Halbwachs, Henri Bergson, Stuart Hall, Michel Pollak, Pierre Bourdieu, Pierre Nora, Aleida Assmann, Marianne Hirsch, entre outros. Assim, os capítulos desta pesquisa foram delineados a partir dessa análise.

No **CAPÍTULO 1**, intitulado ***A TRAJETÓRIA DO CLUBE CAIXEIRAL NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL***, apresentaremos brevemente o cenário que protagonizou a expansão dos caixeiros no Brasil e no Rio Grande do Sul a partir da segunda metade do século XIX e, posteriormente, a situação

atual de alguns deles. Essa entidade classista, que tinha como principal reivindicação o fechamento das portas do comércio aos domingos e aos feriados na parte da tarde, alavancou a movimentação comercial em muitos centros urbanos que ainda careciam de uma infraestrutura melhor, propiciando o acesso a novos consumos.

Inicialmente, o caixeiro procurava ser reconhecido como uma classe política e essa luta, dotada de um poder simbólico baseado na ascensão social que atingiu, conduziu-o ao fortalecimento a partir da fundação dos clubes sociais (sede) e, conseqüentemente, à ressignificação da atuação do caixeiro na sociedade.

A intencionalidade desta breve contextualização é para que pudéssemos compreender e analisar o objeto desta pesquisa, o Clube Caixeiral de Rio Grande/RS, e nos capítulos seguintes, analisar a trajetória da memória social interligada à formação de uma categoria que se predispôs diante de um objetivo inicial, a ramificação ou não de ações que passaram de um processo crescente – decrescente do valor da categoria perante a sociedade, e como essa memória micro coletiva foi sendo inserida ao processo macro memorial. Essas discussões amparam-se na delicada relação entre a *memória social/coletiva* e a *memória histórica*, e, conseqüentemente, no processo de esquecimento e na pós-memória.

Compreender a importância de uma Associação Classista Recreativa carece uma reflexão a partir da formação do sujeito e sua evolução para o grupo, seus anseios e ações, e as interferências do lugar de origem (interno-externo), bem como as motivações provenientes de outros contextos.

Entender o indivíduo e o grupo, como produtores de suas memórias social e histórica, e a relação entre ambos em um mesmo espaço, nos leva a deduzir a existência de pontos de conflitos entre a fase inicial de formação até meados de 1930 e posteriormente a esse período, ressaltando a diferença de entendimento sobre a atuação do caixeiro em seu espaço social – o clube, e a importância que esse adquiriu com no espaço temporal.

Essa relação entre ambos mantém-se no *autêntico* e no *narrado*, ou seja, há uma predisposição de a *memória histórica* apoiar-se nas suas narrativas elaboradas, pela sistemática de *aceitação/negação* que adota diante de um processo histórico. As fontes definidas, material ou imaterial passam a

ter um domínio, não sobre a realidade do contexto, mas sim sobre aquilo que se permite agregar enquanto delimitador sobre o que é aceito/negado.

Cabe a diferença entre identidade e identificação. A primeira marca um encontro com o nosso passado (RUTHERFORD, 1990 apud SILVA; HALL; WOODWARD, 2014, p.19), enquanto que a segunda é um processo de articulação (HALL, 2014) para permitir entender que quando designamos o passado como um 'desconhecido', não desejamos renomeá-lo como um tempo, como algo que passou, mas como o imaginário e o poder que ele produziu e que causa estranheza ao presente pelo simples fato de termos distantes de nós a aplicabilidade sobre alguns conceitos teóricos. Tais conceitos, mesmo bem amparados estruturalmente, enfrentam confrontos ao serem aplicados em estudos de caso e isso se justifica pela necessidade de diferenciarmos o valor de memória social e o que esperamos de suas estruturas e desdobramentos.

Assim, com o fim do II Império e o advento da República no Brasil, no contexto que se abria pela descontinuidade econômico-social, o trabalho urbano passou a ser emergencial e necessário dentro de uma nova proposta de realidade, ou, pelo menos, na tentativa dela. Além disso, a pressão para o fim da escravidão ia de encontro aos imigrantes que chegavam ao Brasil, desde o I Império, e que não desfrutavam de condições melhores do que a maioria da população brasileira menos favorecida.

Dessa forma, com as novas classes, tanto étnicas, quando profissionais que surgiam, a urbanidade começou a ganhar força com a circulação de serviços, informações, ideias que vinham da Europa, e junto delas os princípios da industrialização, comércio a varejo e uma circulação de novos trabalhadores, conhecidos como o proletariado.

Compreendendo a transformação e a formação de uma classe operária que tem um histórico complexo dentro de suas trajetórias e que passou por adversidades quando da convivência com imigrantes e também do crescimento do trabalho livre e industrializado nos centros urbanos, faz-se necessário perceber como o operário se caracteriza enquanto classe, "e mesmo sofrendo a mesma exploração, isso não faz um grupo ser reconhecido como classe, esta só se torna reconhecida como uma identidade comum"(LONER, 2016).

A categoria caixeiral enfrentava tantas adversidades quanto outras classes que eram desmoralizadas socialmente, como os escravos, tanto pelo

aspecto econômico como pelo cultural, que eram medidores impostos por uma sociedade patriarcal e de relações complexas quando estabeleciam sua forma de poder.

Com o tempo o caixeiro adquiriu um *status* de propiciador de novidades em produtos, assim como adquiriu um conhecimento, muitas vezes de modo oral, sobre cálculo, história, literatura em saraus, e há aqueles que enriqueceram, passando a evitar o rótulo de “ignorante” e analfabeto, e tiveram a predisposição de fixar residência e constituir uma família, diferentemente dos *mascates*, que queriam apenas ganhar um dinheiro e voltar à terra natal.

Cabe ressaltar que os caixeiros, identificados como proletariado, mantinham anseios de mudanças, fosse por direitos trabalhistas ou perspectivas econômicas, na sociedade, identificavam-se com o *sindicalismo amarelo* ou *sindicalismo reformista*, e viam no Positivismo uma ideologia que definia os ideais da classe diferentemente de outros, que seguiam um *sindicalismo revolucionário*. As ações para essas conquistas tomaram caminhos diferentes, o que em muitos momentos causou certo desconforto entre os grupos.

O contexto que se apresentava desde os fins do século XIX, e principalmente até a primeira metade do século XX, era o de uma economia baseada na produção de matérias-primas agropecuárias e o de uma modesta repercussão industrial, devido às poucas mudanças quanto ao nível de produção, ou seja, havia uma carência na modernização industrial.

Essa centralização do poder e toda a sua caracterização positivista encontraram nas primeiras décadas do século XX apoio para a sua sobrevivência no modo de viver e pensar por diversos segmentos sociais, acabou por ter que manter a sua própria existência, e o poder, antes protetor e agora autoritário, busca a sua própria tentativa de assegurar-se ao seu projeto político.

No **CAPÍTULO 2**, intitulado **DA AUSÊNCIA AO FECHAMENTO DAS PORTAS (2014-2000)**, iniciamos a investigação local sobre nosso objeto de pesquisa, o Clube Caixeiral de Rio Grande, destacando que aqui a proposta entende o Clube (espaço físico e moral) enquanto objeto personificado a partir da formação da categoria caixeiral, com relevante importância diante do espaço que ocupa, a partir do poder social que o consagra.

Além da sua contextualização histórica, a análise sobre o prédio recairá em dois pontos principais: o desabamento do telhado em 2014 e o desenrolar desde seu surgimento e sua existência.

Salientamos que a essência desta investigação no capítulo está na memória dos locais e no clube entendido como um *meio de memória* (NORA, 1993) que ainda agoniza o seu passado no tempo presente, Isso é vislumbrado por relatos orais, onde os entrevistados delinham o espaço do clube e estabelecem essa relação através da memória dos sentidos.

No **Capítulo 3**, intitulado **Do 1º fechamento das portas (2000) ao 2º fechamento das portas (1895)**, serão abordados os dois extremos: o *fechamento das portas* no ano 2000 e o *fechamento das portas* em 1895 no *Clube Caixeiral de Rio Grande* a partir da formação classista, ou seja, veremos quem eram os caixeiros em 1895 diante da formação da categoria e sua evolução, o que sucedeu e como essa categoria foi sendo transmutada, influenciada por novos contextos sociais.

Esse deslocamento da categoria caixeiral funcionava de maneira interna e externa, de modo que o ponto principal era o aspecto político, internamente pela luta dos anseios da mesma, externamente pelo reconhecimento à causa caixeiral. Em 1895, quando o clube foi fundado, as reivindicações pelo fechamento consolidaram-se pelo espaço de lutas que teriam, ou seja, o reconhecimento da classe pela classe, não mais como “pessoa física”, mas como pessoa jurídica.

A classe caixeiral de Rio Grande significou-se em seu sentido real enquanto caixeiros e depois num imaginário, quando demonstrava tentar viver num passado inalcançável, reforçado pelo legado deixado, ou parte dele, e a proposta de um prolongamento do que não existirá mais.

No **CAPÍTULO 4**, designado como **POR TRÁS DAS PORTAS**, pretendemos cotejar lembranças do CC de Rio Grande desde 1895 até seu encerramento de atividades em 2000. Essas lembranças serão pontuadas como atividades socioculturais, rememoradas através de notícias, relatos pessoais, imagens, documentos, tanto de caráter institucional quanto privado de pessoas que frequentavam o clube, mantendo mais do que um contato familiar, ou a extensão do lar, mas um encontro em *si mesmo*. Para isso, pontuamos o capítulo em três partes: a primeira descreve a consagração da categoria em sua sede social, através de ações culturais que reforçavam o

papel dos caixeiros na cidade de Rio Grande; a segunda parte ampara-se nas mudanças políticas a partir da Era Vargas, onde o espaço tem a preponderância recreativa sobre a política e, por fim, a terceira parte trata do início do fim, apoiando-se em atividades que possam dar um suporte econômico ao patrimônio adquirido pelo Clube ao longo dos anos. Nessas três partes está implícito o papel da memória, ela é a principal propulsora do grupo, a partir do momento em que o interesse em comum reuniu esse grupo, mas também é a problemática a ser questionada, quando esse grupo não se renovou e continua a encerrar pequenos núcleos memoriais.

No **CAPÍTULO 5**, intitulado como **O ESQUECIMENTO**, nos propomos a discutir o *esquecimento* e seus desdobramentos a partir do nosso objeto de estudo, o CC de Rio Grande, a partir da reflexão e da análise dos capítulos trabalhados anteriormente e que foram amplamente apoiados nas fontes de pesquisa que se referem ao clube, sejam elas materiais ou imateriais.

Nossa intenção, ao refletirmos sobre esses desdobramentos, é entender por que ciclos sociais se encerram e como se comportam diante do tempo presente, pois é a partir deste que os conflitos sociais se interseccionam, produzindo inquietações no rememorar.

Tentar explicar a memória e como ela se cria e recria a partir de seus contextos sociais e seus meios produtores assemelha-se a tentar explicar um labirinto com muitas entradas e saídas. Assim, a partir do nosso objeto de pesquisa, o CC de Rio Grande, a reflexão sobre memória social desde sua trajetória, o que parcialmente foi feito nesta pesquisa, estabelece alguns pontos de análise: o que sobressai na reivindicação da memória caixeiral? O que é visto – a *sede social*, enquanto *meio de memória*, o *legado material* que está sob guarda de instituições de proteção, que são *lugares de memória*, ou ainda sob a guarda de grupo de indivíduos que por ali passaram e retêm na sua memória lembranças acerca do que não está esquecido, mas sim depositado junto a outras memórias que o corpo e o espírito podem abarcar.

Finalizando, esse olhar sobre o Clube Caixerai de Rio Grande deve responder a seguinte questão: o que importa no tempo presente: uma memória de rastros ou de restos?

CAPÍTULO 1

A TRAJETÓRIA DO CLUBE CAIXEIRAL NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

Neste capítulo apresentaremos brevemente o cenário que protagonizou a expansão dos caixeiros no Brasil e no Rio Grande do Sul a partir da segunda metade do século XIX. Essa entidade classista, que tinha como principal reivindicação o fechamento das portas do comércio aos domingos e os feriados na parte da tarde, alavancou a movimentação comercial em muitos centros urbanos que ainda careciam de uma infraestrutura melhor, propiciando o acesso a novos consumos.

Inicialmente, o *caixeiro*, procurava ser reconhecido como uma classe política, e essa luta dotada de um poder simbólico conduziram-no ao fortalecimento a partir da fundação dos clubes sociais (sede), e conseqüentemente à ressignificação do papel do caixeiro na sociedade.

A intencionalidade desta breve contextualização é para que possamos compreender e analisar o objeto deste estudo intitulado *Clube Caixeiral de Rio Grande/RS*, nos capítulos seguintes, analisando a gestão da memória social interligada à formação de uma categoria que se predispôs diante de um objetivo inicial, a ramificação ou não de ações que ampliaram ou diminuíram o valor da categoria perante a sociedade, e como essa memória micro coletiva foi sendo inserida ao processo macro memorial. Essas discussões amparam-se na delicada relação entre a *memória social/coletiva* e a *memória histórica*, e conseqüentemente no processo de esquecimento e na pós-memória.

1.1 Memória Social e Memória Histórica

Compreender a importância de uma Associação Classista Recreativa carece de uma reflexão a partir da formação do indivíduo e sua evolução para o grupo, seus anseios e ações, e as interferências do lugar de origem (interno-externo), bem como as motivações provenientes de outros contextos, e o simbolismo que está interiorizado nesses elementos.

Entender o indivíduo e o grupo, como produtores de suas memórias social e histórica, e a relação em um mesmo espaço, nos leva a acreditar em pontos de conflitos a partir de alguns elementos formadores advindos da sobreposição de uma sobre a outra.

Essa relação, entendida como uma forma de poder mantém-se no *autêntico* e no *narrado*, ou seja, há uma predisposição de a *memória histórica*

apoiar-se nas suas narrativas elaboradas, pela sistemática de *aceitação/negação* que adota diante de um processo histórico. As fontes definidas passam a ter um domínio, não sobre a realidade do contexto, mas sim sobre aquilo que se permite agregar enquanto delimitador sobre o que é aceito/negado.

A *memória social* é autêntica, não perde o poder simbólico de quem a detém, porque ela se reconfigura com o tempo, e o seu tempo de duração está na mesma medida daqueles pertencem ao grupo.

Esse conflito sucumbe ao contraponto inicial entre a identidade/identificação, ou seja, segundo Rutherford (1990 apud SILVA; HALL; WOODWARD, 2014, p.19),

“[...] a identidade marca o encontro de nosso passado com as relações sociais, culturais e econômicas nas quais vivemos agora [...] a identidade é a intersecção de nossas vidas cotidianas com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação” (RUTHERFORD, 1990: 19-20).

A identidade é o ponto de partida para nosso entendimento enquanto coletivo-individual, ou seja, a importância de termos nossas referências culturais, como a compreensão do papel que devemos exercer diante do que buscamos no “outro” e no contexto em que estamos inseridos. Partindo dessa premissa, precisamos olhar atentamente ao entendimento sobre identificação, e como ela reage.

Segundo Hall (2014),

A identificação é, pois, um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção. [...] Como todas as práticas de significação, ela está sujeita ao “jogo” da *différence*. Ela obedece a lógica do mais-que-um [...] ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de “efeitos de fronteiras”. Para consolidar o processo, ela requer aquilo que é deixado de fora - o exterior que a constituiu (HALL, 2014: 106).

Quando destacamos o passado como um ‘desconhecido’, não desejamos renomear como um tempo, algo que passou, mas o imaginário e o poder simbólico, chamado de *dominação*, essa sensação de estar dominado é o que Pierre Bourdieu diz que, “com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2007: 8) e que causa

estranheza ao presente pelo simples fato de termos distantes de nós a aplicabilidade sobre alguns conceitos teóricos, que, mesmo bem amparados estruturalmente, enfrentam confrontos ao serem aplicados em estudos de caso, e isso se justifica pela necessidade de diferenciarmos o valor de memória social, e o que esperamos de suas estruturas e desdobramentos.

Ao apontarmos esse cenário inicial de uma categoria em expansão que se formava, analisamos através da expressão de Pollak (1989, p. 04), como "memórias subterrâneas", ou seja, a ação socioeconômica e cultural produzida por diferentes categorias sociais que desejavam exteriorizar a sua luta contrariando a uma memória oficial pré-estabelecida por um grupo dominante.

Com o passar do tempo essa dualidade de memórias criou um abismo cultural, entre o oficial e o obscuro. Assim, o que desejamos observar aqui é o diálogo da memória histórica dos caixeiros a partir de sua luta com a sociedade vigente, entendendo que a historiografia ainda carece de pesquisas mais atuantes, segundo Claudia Viscardi (2010)

[...] a produção historiográfica, bastante tímida até 1990, teve considerável crescimento nos últimas décadas. Em especial, a partir de 2001, a produção cresceu mais de 218%, o que atesta o tema mutualismo tem sido objeto de crescente interesse no Brasil. É igualmente importante destacar que essa produção ainda se encontra, majoritariamente, concentrada no eixo-sul-sudeste, tanto no que diz respeito aos instrumentos de divulgação dos resultados de pesquisa, quanto nas experiências mutualistas estudadas (VISCARDI, 2010: 26).

A experiência da autora nos coloca um alerta importante quanto à pesquisa sobre o Mutualismo, e aqui destacamos os caixeiros, e especialmente os Caixeiros da cidade de Rio Grande, objeto de nossa pesquisa, que nos faz refletir sobre a problemática da *memória social* e da *memória histórica*, que, pelo interesse restrito do coletivo, promove um esquecimento, enquanto responsabilidade com o *passado vivido*, e um *distanciamento* dos interesses do objeto.

A identificação se reconhece entre si, enquanto sujeito-ação-reação de um recorte do contexto social que habita, e não das interferências que provêm de fora, pois esse reconhecimento estabelece um simbolismo sistemático, entre corpos estranhos na formação, mas esse processo de identificação se consolida pela permanência simbólica que estabelece com o seu meio.

1.2 O cenário brasileiro e os caixeiros no século XIX-XX

As manifestações urbanas no Brasil deram um passo importante a partir do período que compreendeu os séculos XVI e XVIII. O Brasil assistiu a uma evolução urbana principalmente na faixa litorânea em virtude dos ciclos econômicos do açúcar e da mineração, e das relações sociais e políticas que se estabeleceram a partir dessa movimentação.

Mas, ao mesmo tempo em que interessava esse desenvolvimento para novas atividades econômicas e profissionais, alicerçava-se um embate entre a *burguesia*, uma classe emergente e o governo da então Colônia. Se no passado entre os séculos XIV e XVI, a relação de interesse entre a burguesia e a nobreza, mantinham uma harmoniosa troca de favores e privilégios políticos, a primeira, em pleno século XVIII, manifestou outros planos, e as práticas mercantilistas¹ adotadas por Portugal e Espanha colocavam na obrigatoriedade a relação colônia/dependência/metrópole. A burguesia desafiava o poder da metrópole, através de doutrinas liberais, incentivando a praticando o contrabando e o livre-comércio, bem como a emancipação da colônia com relação à Metrópole, no caso Brasil de Portugal.

Os primeiros passos da industrialização vieram no final da 1ª metade do século XVIII, acompanhados da opressão mascarada por ações jurídicas por parte da Metrópole, e que resultava num descontentamento por parte da classe dominante, que se mantinha latifundiária, monocultora e escravista e que “enviava” a sua representatividade ideológica aos pequenos centros urbanos nas cidades.

Já em 1808 com a abertura dos portos, a chegada da família real, e a centralização da Coroa no Rio de Janeiro, o que significava não só ser político, mas todo um processo simbólico sócio-cultural e econômico de construção, que mantiveram um distanciamento entre a Coroa portuguesa e a Colônia

¹O *Mercantilismo* configurava uma modalidade de paternalismo estatal no processo de acumulação de riquezas e acabou funcionando como um mecanismo político de defesa dos interesses da burguesia emergente ou, como no caso de Portugal, de um grupo mercantil que florescia à sombra de privilégios. O sistema mercantilista dos países ibéricos – Espanha e Portugal – funcionava da seguinte forma: a Colônia só podia produzir o que a Metrópole pudesse revender com lucro no mercado europeu. No caso brasileiro, artigos tropicais. Esta revenda propiciava a acumulação de saldos em metais preciosos, o que, dentro da prática mercantilista, era o sinal da riqueza de uma nação (LOPEZ, 1993: 7) (Grifo nosso).

Brasileira, mesmo que ocupando o mesmo espaço físico, esse distanciamento era pontuado pelas revoltas coloniais, em alguns pontos estratégicos da colônia, como, por exemplo, o nordeste brasileiro.

A proclamação da Independência do Brasil em 1822, sem a participação do povo, insistiu em manter uma situação político-social, econômica e cultural de fato, mas não de direito. O contexto configurava-se, como nos diz Piccolo, assim:

Isso significa tomar em consideração a descolonização que se processou a partir de 1808, com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, que passou a ser o centro do Império português, bem como a consolidação da independência, com a construção do Estado nacional brasileiro informado pela Carta constitucional de 1824. (PICCOLO, 2006: 19).

O projeto político da Independência não tinha uma coerência com a realidade em que uma sonhada “nação” desejava o fim os abusos do Colonizador. As elites latifundiárias preponderavam seus interesses e elevavam os desacertos sociopolíticos e, ao mesmo tempo, mantinham uma descontinuidade de interesses e necessidades das classes menos favorecidas, tais como os escravos.

Nessa relação de novas tratativas políticas entre o Brasil, através de Portugal, com os demais países da Europa e da América, passamos a assistir no país, dualidades sociais entre os espaços urbano e rural, que oscilavam entre a qualidade de vida, saneamento básico, alimentação, vestimenta, entre outros.

O II Império, como nos diz Lopez, “foi um “corpo estranho”, numa América do Sul retalhada em repúblicas, assim como também o foi a unidade que conseguiu manter a América Portuguesa frente ao esfacelamento político da América Espanhola (LOPEZ, 1993: 64).

A manutenção de um poder centralizado, uma sociedade baseada no trabalho braçal, só empurrava para uma ruptura social.

Segundo Pesavento,

na transição do sistema escravista para aquele baseado na força de trabalho livre, propagava-se a ideologia do progresso da mobilidade social e da riqueza. O trabalho braçal não era mais encarado como atividade pertinente aos negros e como tal degradado pelo estigma da escravidão. Era agora visto como enobrecedor construtor da riqueza e associado ao progresso. Proclamava-se o princípio de solidariedade entre as classes, tão caro à sociedade burguesa, afirmando que os homens são iguais perante a lei, mas ocultando a

evidência de que são desiguais frente à distribuição da riqueza (PESAVENTO, 1991: 14).

Nesse contexto que se abria pela descontinuidade econômico-social, o trabalho urbano passou a ser emergencial e necessário dentro de uma nova proposta de realidade, ou, pelo menos, na tentativa dela. Além disso, a pressão para o fim da escravidão ia de encontro aos imigrantes que chegavam ao Brasil, desde o I Império, e que não desfrutavam de condições melhores do que a maioria da população brasileira menos favorecida.

Assim, com as novas classes, tanto étnicas, quando profissionais que circulavam, a urbanidade começou a ganhar força com a circulação de serviços, informações, ideias que vinham da Europa, e junto delas os princípios da industrialização, comércio a varejo e uma circulação de novos trabalhadores, conhecidos como o proletariado.

Para compreendermos o delineamento social que se instaurava, se faz necessário entender, de maneira simples, a significação de *classe* e *clube*.

De acordo do Outhwaite (1996), a classe

em seu sentido social, a palavra indica grupos amplos, entre os quais a distribuição desigual de bens econômicos e/ou a divisão preferencial de prerrogativas políticas e/ou a diferenciação discriminatória de valores culturais resultam respectivamente da exploração econômica, da opressão política e da dominação cultural. [...] classe social é um conceito genérico utilizado no estudo da dinâmica do sistema social, enfatizando mais o aspecto de relação do que o de distribuição da estrutura social. Nesse sentido, as classes são consideradas não apenas como agregados de indivíduos, mas como grupos sociais reais, com sua própria história e lugar identificável na organização da sociedade. Não obstante, a ideia de que as classes sociais podem ser equiparadas a agregados de indivíduos determinados por nível semelhante de educação, renda ou outras características de desigualdade social ainda persiste, e leva à confusão, desse conceito com o de estratificação social (OUTHWAITE, 1996: 92).

O clube se define por “sociedade recreativa ou literária; sociedade de pessoas para um fim comum; associação política; centro; grêmio; assembleia; casa ou lugar onde se realizam essas reuniões” (FERNANDES, 1967: 286).

Enquanto a *classe* tem um viés político e só cumpre essa função quando se reconhece no espaço de origem, o *clube* trata o social, onde o grupo está unido por ideais, dificuldades, desigualdades, e principalmente por uma identidade muito própria.

De acordo com Batalha (1991-1992), a noção de classe acentua-se com a vivência cotidiana,

Antes mesmo de articular um discurso de identidade em torno da noção de trabalho, de produtor ou de classe, o proletariado tem uma identidade visível, “objetiva” de corrente de suas condições de existência. A habitação nos cortiços ou casas de cômodos, a saúde abalada pela tuberculose e outras doenças, a alimentação, o modo de vestir fazem parte da identidade visível do proletariado, daquela que é perceptível a qualquer observador contemporâneo [...] (BATALHA, 1991-1992: 118).

A passagem da *classe* ao *clube* foi uma transição amadurecida a partir da trajetória individual da classe e os desdobramentos que a mesma reconhecia dentro de um espaço coletivo, definindo o aspecto identitário de acordo com o local de origem. O simbolismo do passado metamorfoseou-se e toda a transformação percebida, parte do que foi significante para ele, é a relação que tem com o contexto percebido.

Ainda segundo Batalha (1991-1992), esse contexto percebido dá uma legitimidade ao grupo.

A construção de uma legitimidade de grupo pressupõe o estabelecimento de uma identidade, ainda que mínima. Quem compõe a classe operária e quais são as suas fronteiras? As respostas a essas perguntas variarão conforme os momentos históricos em que forem formuladas [...] o de mostrar que nem sempre a identidade dos trabalhadores ou, pelo menos, a de todos os trabalhadores se construiu necessariamente em torno do orgulho do trabalho, caso, por exemplo, dos ofícios menos qualificados de meados do século XIX (BATALHA, 1991-1992: 120).

A memória coletiva substanciada pelo encontro das várias individualidades memoriais não segue o tempo cronológico como a História, ela cria uma cronologia quase invisível, pois só é lembrado aquilo que se percebe para tal momento e para tal coletividade. Segundo Halbwachs, “toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço” (HALBWACHS, 2006: 106). Essa transitoriedade que limita o tempo e o espaço forma-se no macro, sendo os caixeiros o *corpus* reconhecido como *clube caixeiral* e essa evidência delimita a preponderância do social sobre o político.

É importante ressaltar que não podemos confundir memória coletiva e memória histórica. Com relação à memória histórica, Maurice Halbwachs nos diz que “guarda principalmente as diferenças - mas diferenças ou as mudanças marcam somente a passagem brusca e quase imediata de um estado que dura

a um outro estado que dura” (HALBWACHS, 2006: 132). É como alicerce que a sociedade precisa construir, estabelecer o seu poder diante dos indivíduos e, assim definir a relevância das memórias, ou seja, o que deve ser lembrado.

E sobre a memória coletiva ele nos diz que “retrocede no passado até certo limite, mais ou menos longínquo conforme pertença a esse ou aquele grupo. Além disso, ela já não atinge diretamente os acontecimentos e as pessoas” (HALBWACHS, 2006: 133). Mas, de certa maneira, mantém sua autenticidade, e isso a mantém viva, mesmo que não revelada. De certa forma, ambas as memórias desfrutam de uma proximidade quando promovem o “guardar” memorial de uma ausência ainda presente.

Cabe dizer que a História, ou a ação da mesma, criou ao longo do tempo um abismo quando se refere à memória coletiva, pois suas ações solidificou-se muito mais no campo material, nos fragmentos que ‘contaram’ algo, num silêncio factual, acabando por esquecer o que ainda está ‘vivo’, os sentidos da coletividade, já que a memória histórica tem dificuldade para aceitar a memória coletiva, não como fonte somente, mas como salvaguarda de lembranças de um tempo real vivido.

A construção de memória de uma coletividade, enquanto desfruta de um mesmo espaço, deve se prevalecer dos bens culturais que produz como forma de conceber a sua presença, e propiciar ao presente uma aproximação com o passado.

Tentando entender essa situação de transformação, compreender a formação de uma classe operária que tem um histórico complexo dentro de suas trajetórias e que passou por adversidades quando da convivência com imigrantes e também do crescimento do trabalho livre e industrializado nos centros urbanos, se faz necessário perceber como o operário se caracteriza enquanto classe, assim Loner (2016) nos diz

[...] apenas o fato de sofrer o mesmo tipo de exploração, não faz de uma categoria ou grupo, uma classe. Ela só vai transformar-se em classe, à medida em que suas condições de vida e existência, suas lutas e experiências, despertarem a consciência de uma identidade comum, de um interesse coletivo, maior que a soma dos interesses individuais e uma vontade, expressa normalmente em práticas políticas que leve à melhoria de condições de vida e trabalho ou à busca da superação de sua posição naquela sociedade, conseqüentemente, subvertendo a própria ordem social. Ao longo desse processo, ter-se-á então uma classe. (LONER, 2016: 13).

Entendemos assim que a memória coletiva se forma a partir de buscas incessantes de um autoconhecimento, entre o “eu” e o grupo. Isso consolida a sua maturidade no que se refere ao *dever*, à responsabilidade memorial para com a classe, e conseqüentemente à atuação política revisitada de maneira interna, pelos seus próprios atores. Enquanto *devir*, é a transformação dessa coletividade privada que passa a ser pública, é a introspecção do “eu” e do grupo atuando no espaço público.

Esse autoconhecimento do “eu” e do grupo está associado à missão dentro da sociedade e a herança deixada não está preparada a uma investigação, portanto ela se distancia de gerações que não vivenciaram a presença dessa coletividade.

As transformações urbanas evoluíram conforme a ampliação do contato que mantinham com estrangeiros e brasileiros que defendiam as novas ideias, principalmente quanto à exploração do trabalho e à escassez de direitos trabalhistas. Sendo assim, houve o surgimento das associações mutualistas que previam uma ajuda de socorros mútuos, que variavam com o empréstimo de dinheiro, a ajuda médica, o auxílio funeral, a alimentação, o auxílio vestuário e que tinham esse caráter de formação inicialmente. Ocuparam a metade final do século XIX proporcionando um novo fôlego aos centros urbanos principalmente.

As Sociedades Mutualistas e Benéficas tinham como objetivo assistir ao trabalhador associado ajuda financeira em caso de doença, funeral ou tratamento médico que era extensivo aos seus familiares em alguns casos. Assim sendo, a formação dessas associações estendeu-se além dessa ajuda mútua. Segundo Loner (2016),

Eles tinham claramente demarcado seu perfil de representação social, ou seja, congregavam pessoas de determinadas etnias ou profissões, ou por local de moradia, mas obedecendo a critérios de seleção social, as sociedades ligadas aos trabalhadores podiam passar por entidades de representação política de classe, em momentos em que as categorias não possuíam outras formas de organização (LONER, 2016: 83).

A categoria caixeiral enfrentava muitas adversidades, mas além dessas há contrapontos da memória, que recriaram falsas identidades, no caso entre *caixeiros* e *mascates*² e sua relação com as atividades que exerciam.

Enquanto os *caixeiros* eram empregados comissionados, que vendiam os produtos através de pedidos a serem entregues em data a combinar, sendo um mediador de vendas entre o fabricante ou distribuidor e o consumidor ou o comerciante, o *mascate*, “segundo a Confederação Nacional do Comércio, era um comerciante autônomo que vai se desfazendo do seu estoque à medida que seus artigos vão sendo vendidos” (CABREIRA, 2001: 99).

Além disso, ambas as categorias foram fundamentais para o desenvolvimento da parte interna do país. Apontamos aqui que as cidades onde se estabeleceram essas categorias ainda careciam de boa infraestrutura e um comércio em expansão, o que propiciou uma alavanca na urbanização.

Com o tempo o *caixeiro*, adquiriu um *status* de propiciador de novidades em produtos, assim como adquiriu um conhecimento, muitas vezes de modo oral, sobre cálculo, história, literatura em saraus, e há aqueles que enriqueceram, passando a evitar o rótulo de “ignorante” e analfabeto, e tiveram a predisposição de fixar residência e constituir uma família, diferentemente dos *mascates*, que queriam apenas ganhar um dinheiro e voltar à terra natal.

Cabe ressaltar que os caixeiros, identificados como proletariado mantinham anseios de mudanças na sociedade, identificavam-se com o *sindicalismo amarelo*³ ou *sindicalismo reformista*, diferentemente de comunistas e anarquistas, que seguiam um *sindicalismo revolucionário*⁴.

²Mascate também chamado de “turcos da prestação”. A origem do termo “mascate” vem do árabe *El Matrac* (GOULART, 1967: 31), o vocábulo usado para designar os portugueses que, auxiliados pelos libaneses cristãos, tomaram a cidade de Mascate (no atual Omã) em 1507, levando mercadoria (WORCMAN, 2000).

³Com relação à origem da expressão, Batalha destaca que os partidários do sindicalismo amarelo eram referidos por seus adversários [...] de políticos ou mistificadores, eram acusados de estar a serviço dos patrões ou do Estado e de promover o enfraquecimento das associações operárias. [...] O termo passou a ser empregado apenas no final dos anos 1910 pelos partidários do sindicalismo da ação direta e depois pelo PCB, para designar seus concorrentes no movimento sindical. A origem do termo foi o *syndicalisme jaune* francês, corrente sindical minoritária, estruturada em federação nacional em 1902, financiada pelo patronato, oposta às greves, defensora da livre iniciativa, contrária à intervenção estatal, nacionalista, antissocialista e católica. Portanto, o sindicalismo amarelo brasileiro tinha notáveis diferenças com seu homônimo francês. Note-se ainda que o substantivo amarelo, também em virtude do exemplo francês, era usado no início do século XX nos movimentos operário brasileiro e português como sinônimo de fura-greves (BATALHA, s/d: 04).

⁴De acordo com Batalha, o sindicalismo amarelo preservou nos sindicatos a estrutura hierárquica de organização de diretorias, com cargos dotados de atribuições específicas (presidente, vice-presidente, tesoureiro...), existente em outros tipos de associações, como as sociedades mutualistas. Enquanto isso, o sindicalismo revolucionário preconizava direções

Apesar de ambos desejarem as mudanças, as ações⁵ para essas conquistas tomaram caminhos diferentes, o que em muitos momentos causou certo desconforto entre os grupos.

Mas precisamos perceber que antes de os caixeiros chegarem a esse reconhecimento de classe politizada, já no período republicano, assumindo um poder social entendido como o *reconhecimento de si*, enquanto categoria aparece na primeira metade do século XIX. O distanciamento do respeito aos anseios da categoria era expressos no modo jurídico. Segundo a Constituição Política do Império Brasileiro de 25 de Março de 1824, o capítulo VI – artigo 92

Art. 92. São excluidos de votar nas Assembléas Parochiaes: I. Os menores de vinte e cinco annos, nos quaes se não comprehendem os casados, e Officiaes Militares, que forem maiores de vinte e um annos, os Bachares Formados, e Clerigos de Ordens Sacras. II. Os filhos, familias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem Officiospublicos. III. Os criados de servir, em cuja classe não entram os Guardalivros, e primeiros caixeiros das casas de commercio, os Criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas ruraes, e fabricas. IV. Os Religiosos, e quaesquer, que vivam em Communidade claustral. V. Os que não tiverem de renda liquida annual cem mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou Empregos. (Constituição do Império Brasileiro, 1824. Grafia Original)⁶

Essas adversidades perpassadas pela Constituição que deveria garantir liberdades individuais, mas apresentavam outra realidade, mesmo sendo um entrave, acabaram por ser um desafio à permanência dessa categoria. Como nos relata Popiginis, “em 1826 no Rio de Janeiro dá-se a formação da primeira sociedade de auxílio-mútuo de caixeiros, e já em 1852 o primeiro projeto de

coletivas, por meio de comissões administrativas, contando apenas com um secretário-geral. [...] Além de exercer funções sindicais, os sindicatos da primeira corrente fornecessem auxílios a seus associados (por falecimento, desemprego, doença), e para tanto a estabilidade financeira do sindicato era uma questão central. Já seus concorrentes eram contrários às atividades “benéficas” e viam com maus olhos a prosperidade financeira dos sindicatos [...] (BATALHA, s/d: 01).

⁵De acordo com Batalha, às formas de luta, para o sindicalismo amarelo, a greve deveria ser vista como último recurso, a ser empregado apenas depois de esgotadas outras formas de pressão e negociação. Já para o sindicalismo revolucionário a greve era o meio de ação privilegiado. [...] Com relação à política: se para o sindicalismo revolucionário, os sindicatos eram organizações de fins econômicos, deixando de fora a política e repelindo o recurso à intermediação, no sindicalismo amarelo o recurso a intermediários, como advogados, políticos e autoridades, era visto como um meio lícito de auxiliar o sindicato no encaminhamento de suas reivindicações. [...] Por último, uma diferença marcante [...] era a crença que conquistas deveriam ser consolidadas por meio de leis e a defesa da função arbitral do Estado nas relações de trabalho (BATALHA, s/d: 01-02).

⁶Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em 1º/08/2016.

postura pela regulamentação do horário de trabalho no comércio” (POPINIGIS, 2016: 649).

Essa categoria, mesmo enfrentando o preconceito e as dificuldades do dia a dia, não tornaram menores o desenvolvimento das cidades, e muito menos o desenvolvimento do Comércio.

Segundo Popiginis (1999), a exploração nas funções que atuavam, não diminuiu a influência social que construíram:

O caixeiro acumulava várias funções numa casa comercial nas quais havia uma hierarquia entre os seus diferentes tipos: o caixeiro de balcão, o caixeiro de fora, o vassoura e o guarda-livros ou primeiro caixeiro. O guarda-livros era responsável pela administração das contas da casa e dava as ordens aos outros caixeiros. O caixeiro de fora era aquele que ia à rua fazer as cobranças ou entregas, e o vassoura era assim chamado por ser o último caixeiro na hierarquia da casa comercial, o qual, em geral, era o encarregado da limpeza do estabelecimento. O caixeiro de balcão atendia os clientes. Uma casa comercial poderia ter vários caixeiros, dependendo de seu tamanho e prosperidade. Se havia apenas um caixeiro, em geral ele acumulava várias dessas funções (POPINIGIS, 1999: 111).

Além das funções estabelecidas pelos caixeiros, uma hierarquia sobreposta pela própria classe, demonstrava uma organização estratégica, que ia além do espaço do comércio. Mas a realidade por trás dos balcões do comércio era muito distante da almejada pela classe. Ainda Popiginis (2016),

No “baixo comércio” (sobretudo as casas de secos e molhados, casas de pasto, botequins, armazéns e armarinho) os caixeiros enfrentavam péssimas condições de trabalho e as ambivalências marcantes de sua posição: trabalhavam até 16 ou 18 horas por dia sem descanso semanal, passando os dias e as noites dentro das próprias casas de comércio, e ficavam sob a vigilância constante do patrão. Esses trabalhadores poderiam receber salários ou soldos, mas frequentemente passavam anos sem ver a cor do dinheiro, ou porque fossem “aprendizes” ou porque o patrão guardasse seu pecúlio até que fosse suficiente para entrar como capital numa sociedade (finalmente sua “alforria”). [...] (POPINIGIS, 2016: 654).

Segundo o Código de Posturas da Cidade do Rio de Janeiro (28/10/1852, apud POPINIGIS, 2016, p.654) a situação do caixeiro como dependente era tal que aos olhos do poder público ele era tão responsável por si mesmo quanto o escravo [...] Art.4º. Os contraventores pagarão a multa de 30.000 réis pela 1ª vez, o dobro e oito dias de cadeia nas reincidências. Art. 5º. Se o infrator for caixeiro, escravo ou menor paga a multa aquele que o tiver induzido à infração.

Mesmo com a opressão social e ideológica, segundo Popinigis,

[...] apesar da experiência da exploração, esses trabalhadores, as posições no comércio a retalho⁷ eram disputados a punhos cerrados por estarem entre os poucos postos de trabalho disponíveis para indivíduos livres com pouca ou nenhuma qualificação (se em muitos anúncios de jornais exigiam-se caixeiros que soubesses ler e escrever até em outras línguas e fazer contas, maioria aceitava crianças e jovens inexperientes como aprendizes). Além disso, um dos grandes atrativos de ser caixeiro era que o indivíduo poderia ver se livre do famigerado recrutamento para o Exército. [...] (RIBEIRO, 1990; CHALHOUB, 2008; CÂMARA, 2012 apud POPINIGIS, 2016: 655)

Conforme a categoria foi evoluindo socialmente, através de ações, desenvolveu várias formas de impor sua luta na sociedade, desde atividades artísticas, manifestos por escrito, através de sua imprensa, e muitas vezes essa luta era divulgada por apoiadores em outros meios de comunicação. Além disso, havia festas, reuniões, atividades onde, além do divertimento, da convivência social, havia um desenrolar natural da luta trabalhista. Segundo Kovarick (1987) e Cardoso (1961, apud Popinigis, 2016, p.651-2)

A suposta “atipicidade” da classe operária brasileira viria, nessa interpretação, do fato de que a longa vigência do sistema escravista no Brasil havia impedido a formação de uma classe operária combativa e com forte identidade de classe, capaz de criar greves e movimentos de contestação significativos capazes de causar sérias ameaças à ordem estabelecida.

A Abolição da Escravidão e, conseqüentemente, a Proclamação da República Brasileira em 1889, idealizaram, mas não realizaram os ideais republicanos. Esses ideais mantinham em seu percurso a estagnação dos problemas não resolvidos pelo império brasileiro.

Os anos de 1889 e 1890, segundo Popinigis, constituíram outro momento vigoroso no movimento pelo fechamento das portas. Com o advento da república, os caixeiros se apropriaram dos símbolos e do discurso republicano de exaltação à pátria – para tornar mais convincente suas reivindicações [...] (POPINIGIS, 1999: 114). O novo regime apoiava-se nos

⁷Caixeiros do Comércio a Retalho: proletariado formado, sobretudo por escravos de ganho, libertos e imigrantes portugueses pobres (POPINIGIS, 2016: 660).

princípios positivistas⁸ e a evidente simpatia dos caixeiros para com o novo regime era explícita.

O principal problema na mudança de regime político no país estava na combinação econômica do Brasil: monocultor-latifundiário-escravista, e mesmo com a abolição em 1888, a sociedade ainda respondia àquilo para o qual não estava preparada, ou seja, um contingente de pessoas livres de direito e não livres de fato, ou seja, pelos princípios jurídicos a lei amparava a libertação, mas socialmente, o país não tinha se preparado para uma mão-de-obra que carecia de melhor preparo para adequar-se às novas atividades, oferecendo-lhe oportunidades, melhores condições de vida e seus direitos como cidadão.

Além disso, os latifundiários, em grande parte, já mantendo desagrvos pela monarquia, tiveram um grande prejuízo econômico com a abolição, pois o Império libertou os escravos, mas não indenizou os seus senhores.

E o desafio era como tratar uma nova mão de obra, para as propriedades rurais, já que a escravidão era crime, e os imigrantes provenientes da Europa passaram a recusar com veemência o modo de trabalho e de vida “escravizador”, que se disfarçava de trabalho assalariado ao qual estavam sendo submetidos.

Era preciso remodelar o processo econômico no Brasil, pois as elites rurais enfrentavam um desagravo ao seu patrimônio ocasionado pela Monarquia, sentindo-se traídas por perderem parte de seus privilégios e status social.

Em contrapartida, os centros urbanos, atualizavam-se com as ideias vindas da Europa e dos Estados Unidos, e essa efervescência fazia crescer a burguesia, que, no Brasil, mantinha uma postura mais individualizada, percebida muitas vezes quando o indivíduo usava a sua formação profissional, sem muitas vezes exercê-la para firmar sua posição social (DAUMARD, 1985: 28). Essa atitude nos demonstra que, enquanto na Europa, a burguesia mantinha uma ligação econômico-política com o Estado e com a sociedade, no Brasil a burguesia preocupava-se com uma postura mais sócio-econômica.

O projeto da República, caracterizado como “liberal, federativa, elitista” (PESAVENTO, 1991: 19), traduzia apenas que o regime mudaria, mas não a

⁸ Auguste Comte era um filósofo francês do século XIX, que acreditava que a sociedade deveria ser reorganizada a partir de uma completa reforma intelectual do homem, e para isso seria necessário fornecer novos hábitos de pensar de acordo com estado das ciências de seu tempo (COMTE, 1996:8).

forma de organizar um Estado, mantendo o poder das classes mais favorecidas por condições financeiras e políticas sobre as que tinham menos oportunidades de ascensão econômica e social. Os “Barões do Café” aproveitavam-se da desarmonia criada pela Monarquia com as outras províncias brasileiras para tornar tentadora “a materialização das ideias liberais no plano econômico e político” (PESAVENTO, 1991:19). Essa propaganda que os cafeicultores faziam em prol de si próprios gerou várias pretensões quanto ao que deveria ser o mais adequado projeto político.

Os incidentes ao final do período monárquico, entre militares, igreja e o Império, acabou por propiciar a criação de vários grupos que tinham como objetivo discutir os caminhos do Estado brasileiro.

Mas de fato é preciso entender que, mesmo uma possível “simpatia” dos cafeicultores com as outras províncias ou mesmo com os militares, não poderia ser entendida como uma compactação de ideias. A sociedade de um modo geral via como necessária a queda da Monarquia, e as elites, que desfrutavam de reais favores do Império, tinham por urgência trocar o governante, para não perder o poder.

Havia três correntes⁹ claras que deveriam tentar adaptar-se à realidade brasileira, mas talvez a mais provável não fosse a mais adequada a um país

⁹ A primeira corrente, liderada pelos cafeicultores paulistas, devido à valorização do café, apoiados por outros proprietários rurais, sentia-se oprimida pela Monarquia. Via na República americana, o modelo ideal, pois ela definia o público como soma dos interesses individuais, justificando a defesa de interesses particulares (CARVALHO, 1997: 24-5). A segunda corrente vinha da população urbana e tinha nos pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores, estudantes, a representação da discriminação frente a novas opções de trabalho. Apontavam as incoerências da monarquia, como a trava para o desenvolvimento e incorporavam as ideias jacobinas. Não acreditavam no liberalismo, pois esse sistema os mantinha ainda longe de algum tipo de privilégios ou melhora financeira. Acreditavam na liberdade e na igualdade, mais como símbolos, do que como ação concreta. Eram minoritários e agressivos. Queriam o fim da Monarquia e não o do Estado (CARVALHO, 1997: 25-6). A terceira corrente era a versão positivista da república, em suas diversas variantes [...]. A começar pela condenação da Monarquia em nome do progresso. Pela lei dos três estados⁹, a Monarquia correspondia à fase tecnológico-militar, que devia ser superada pela fase positiva cuja melhor encarnação era a república. A separação entre Igreja e Estado era também uma demanda atraente para esse grupo, particularmente para os professores, estudantes e militares. Igualmente, a ideia de ditadura republicana, o apelo ou um Executivo forte e intervencionista, servia bem a seus interesses. Progresso e ditadura, o progresso pela ditadura, pela ação do Estado, eis aí um ideal de despotismo ilustrado que tinha longas raízes na tradição luso-brasileira desde os tempos pombalinos do século XVIII. Por último, a proposta positivista de incorporação do proletariado à sociedade moderna de uma política social a ser implementada pelo Estado, tinha maior credibilidade que o apelo abstrato ao povo e abria caminho para a ideia republicana entre o operariado, especialmente o estatal (CARVALHO, 1997: 27).

sem princípios de entendimento quanto à diferença entre regime e Estado, pois enquanto o primeiro estava no modo de governar, seja no Império ou na República, o segundo era a posição que devia ser assegurada, e nesse caso, os privilégios do estado oligárquico estavam acima dos anseios da nação brasileira.

Estas três correntes propiciaram uma reflexão para uma sociedade que buscava um ideal de República, que insistia em manter discursos abstratos, ou seja, as forças estabelecidas no Brasil, as elites agrárias, não pretendiam perder seus privilégios, e isso fez da terceira corrente a mais próxima de ser a ideal, muito mais para um poder centralizado e político do que social. A terceira corrente fundamenta claramente a postura política dos caixeiros e a “simpatia” que tinham ao Estado protetor de suas convicções, ao serem próximos do sindicalismo amarelo e avessos aos princípios revolucionários, reforçavam as camadas da sociedade gaúcha, não só fortalecendo o positivismo como doutrina política, mas principalmente como uma primazia sócio-cultural.

Quando nos referimos à questão política, queremos apontar o positivismo no Brasil como um mantenedor das ideias das elites agrárias junto ao Estado. O projeto político construído não sustentava bases para a sociedade, ideologicamente existia uma linha política, centralizada, e os segmentos sociais eram submetidos ao poder e não a uma ideologia.

As ideias de Auguste Comte já eram visíveis na escola militar no Rio de Janeiro, pois já mantinham contato com elas desde 1850 (COMTE, 1996: 13). Este, em 1845 deu uma nova visão para a sua obra. Isso fez com que seus seguidores se dividissem em dois grupos: se antes “o estado positivo caracterizava-se, pela subordinação da imaginação e da argumentação à observação” (COMTE, 1996: 09), preservando o cunho científico, os heterodoxos se definiram contra os ortodoxos, que seguindo Comte, tinham como ideia central a “substituição do Deus cristão pela humanidade” (COMTE, 1996: 12). O que entendemos é que, ao propagarem as ideias de Comte, estavam preparando o fim da Monarquia, ou seja, o fim do regime, mas o poder centralizado seria mantido apoiado pelas elites, estariam então conduzindo o discurso de Comte de forma que dissimulassem os ideais republicanos.

As elites agrárias mantiveram seus privilégios, o que mudou foi o espaço onde atuavam, e, com o crescimento do espaço urbano no início do século XX, o campo deixou de ser o único reduto político de proprietários rurais influentes. Com o fim da escravidão e o aumento das cidades elevou-se o número de trabalhadores assalariados, sobre quem, segundo a ótica positivista, era preciso manter o controle e fazê-los entender que possuíam certa proteção, caso eles resolvessem se contrapor de forma insubordinada ao Estado. Tratava-se de um controle por submissão político-ideológica.

Essa harmonia política estabelecida pelo Estado era a organização da pátria que se refletia em dois elementos positivistas tidos como alicerces: a família e a humanidade. Como Carvalho (1997) nos explica,

[...] A pátria é a mediação necessária entre a família e a humanidade, é a mediação necessária para o desenvolvimento do instinto social. [...] A pátria perfeita deveria ter como característica os dons femininos do sentimento e do amor. A boa pátria será a mátria. [...] O cidadão positivista não age na praça pública, não delibera sobre as questões públicas. Ele se perde nas estruturas comunitárias que o absorvem totalmente (CARVALHO, 1997:22).

Se o positivismo deveria ser um mantenedor dos ideais republicanos para a construção da *boa sociedade*, não podemos deixar de ressaltar a burguesia, como uma classe que passou a exercer ações de cunho econômico, mas que buscava ascensão social.

Essa burguesia redimensionou a família, no seu modo de viver, com inovações que proporcionavam um conforto maior dentro do lar e fora dele. Essas ações propiciaram à família, de um modo geral, uma busca pelo prestígio social, que estava além do patrimônio econômico adquirido, mas também de representações da moral e dos bons costumes.

Sabemos que no Brasil, de modo geral, o positivismo tinha um cunho político, mas no Rio Grande do Sul, diferentemente, este regime organizou-se de maneira moral: os princípios sociais estavam agregados aos políticos.

1.3 O positivismo no Estado do Rio Grande do Sul e os caixeiros

Caracteristicamente o positivismo brasileiro apresentou nuances diferentes dentro do território, mas no Rio Grande do Sul ele foi extremamente

destacado. Mas antes que possamos diferenciá-lo, adentraremos na estrutura sócio-política e econômica do Rio Grande do Sul ao final do século XIX e a primeira metade do século XX.

No século XIX, no Rio Grande do Sul, formou-se um confronto entre estancieiros e o governo imperial, em função do principal produto econômico, o charque. Tal confronto estava baseado na desvalorização do produto gaúcho, com os altos impostos cobrados pelo Império, o que prejudicava a sua produção, e a facilidade com que este favorecia o charque proveniente da Argentina e do Uruguai, que era vendido a preços mais baixos que o gaúcho.

Essa insatisfação ocasionou não só a Revolução Farroupilha, como o enfraquecimento econômico dos gaúchos. Em contrapartida, no final do século XIX, o Partido Liberal tornou-se a representação política quase absoluta do Rio Grande do Sul e a aproximação com a Monarquia propiciou uma virada na situação.

Como nos ressalta Pinto, se, ao fim do século XIX o reformismo liberal paulista se opunha ao regime monárquico, utilizando-se da propaganda republicana, já os liberais gaúchos mantinham popularidade na província e lealdade ao regime monárquico (PINTO, 1986: 9). Essa situação deixa clara o quanto às elites rurais, principalmente a paulista, mantinham o desejo da saída do Imperador e o fim da Monarquia, mas não o fim do Estado centralizado sob o comando das vontades das elites como forma de garantir os privilégios.

Esse fortalecimento do Partido Liberal no Rio Grande do Sul fez com que, diferentemente de outras regiões e província do país, surgisse o movimento republicano independente, representado pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR)¹⁰. De acordo com Pinto (1986), enquanto o primeiro era formado pela “elite pecuária da campanha gaúcha”, o segundo tinha seus integrantes

provenientes da região do norte do estado, de ocupação recente e mais pobre do que a campanha, quer pela ausência da indústria do charque, quer pela distância dos centros consumidores [...] se eram estancieiros, não eram membros da oligarquia política rio-grandense (PINTO, 1986: 10).

¹⁰Segundo PEZAT, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) foi criado em 1882 e foi decisivo na difusão das ideias positivistas no Rio Grande do Sul (PEZAT, 2007: 37).

Essa separação dentro do Rio Grande do Sul já deixava clara a oposição entre grupos que mantinham uma mesma atividade econômica, no caso o charque, e que se agregaram aos outros segmentos da sociedade. Se em determinados momentos desejam a valorização do produto regional, em termos econômicos, já nos aspectos políticos, confrontavam-se.

Ainda de acordo com Celi Pinto, é importante ressaltar que o movimento republicano gaúcho, diferentemente dos outros espalhados pelo país, estava desvinculado do partido Liberal, além de ter sido um partido que surgiu mais de uma década após o manifesto republicano ter sido proclamado, em 1870, e na sua composição encontravam-se jovens com formação superior, mas com ausência partidária, além de ter no positivismo de Auguste Comte a sua base (PINTO, 1986: 9-0).

Caracteristicamente, o Partido Liberal teve o seu fortalecimento político desestruturado com a chegada da República, em 1889 e a conseqüente queda da Monarquia. Já o PRR (Partido Republicano Riograndense) foi um partido além do cunho político, pois devido à sua organização interna, assim como à rigidez ideológica, fez com que a sua atuação estivesse presente em outros segmentos da sociedade, e que o PRR “desenvolveu um projeto político não oligárquico na medida em que sempre se apresentou como o executor de políticas que respondiam aos interesses do estado como um todo e de diversos segmentos sociais” (PINTO, 1986:12). A relação entre o *poder como um todo* e a sociedade aponta para o controle da moral e bons costumes. A sociedade tinha princípios ideológicos explicitamente políticos e os modos de vida eram redirecionados ao poder do Estado, que se mantinha como o *protetor*.

Com a ausência do poder oligárquico no PRR, este precisava consolidar a sua força através da relação que estabeleceria com os diversos segmentos da sociedade, e isso acabou por apontar o positivismo como o principal suporte ideológico, ou seja, era o fortalecimento do Estado, enquanto mantenedor dos princípios da sociedade ideal ou pelo menos a busca dela. Outro ponto é que sem o poder oligárquico, exigindo privilégios de diversos tipos, o PRR, ao ter o positivismo como base, abria espaço para um poder moral. Os princípios das boas sociedades estavam na forma de organizá-las. E isso significava construir diretrizes que atendessem, ou pelo menos apontassem as necessidades sociais rio-grandenses, ou seja, criar um elo que parecesse certa proteção a

determinadas classes sociais era uma forma de garantir que elas não iriam desacatar a ordem.

A construção do Estado rio-grandense positivista tomou forma com o período em que Júlio Prates de Castilhos¹¹ esteve no poder alternadamente entre 1891-1898, mas seu prestígio se estendeu até as primeiras décadas do século XX. Esse prestígio só fazia confirmar que o positivismo aqui construído era mais que político, estava no modo de viver dos gaúchos.

E apesar das adversidades políticas, o positivismo aqui foi muito mais absorvido, a tal ponto que muitas vezes parecia confundir-se com o próprio regime republicano.

Mas a organização social proposta pelo PRR, que se via segmentada desde o início do período castilhista, e que abrangia a política, a economia e os aspectos sociais, não significava a tão esperada mudança em termos de crescimento. Se, por um lado, o poder estava no Estado, a valorização da estrutura burocrática dentro do poder público também estava e isso era uma forma de fortalecer ainda mais esse poder centralizado.

E quanto mais esse poder se fortalecia, mais se transformava a primeira impressão de *protetor* para *autoritário*, junto a isso a instabilidade política, que sempre tentava demonstrar ser inabalável, dava os primeiros sinais de fraqueza.

Nos anos finais do século XIX, o poder castilhista no Rio Grande do Sul, com as diversas adversidades, só manteve a sua herança política, bem como o fascínio ideológico que provocava tanto pelos seus seguidores, como por aqueles que o criticavam, por seu poder ideológico estar misturado à sociedade. O positivismo castilhista se mostrava como um autoritarismo encantador, sedutor, pois se impregnava no modo de viver e pensar na sociedade.

Desde o ensino, a formação técnica, os compromissos sociais, a religião, os trabalhadores, a família, todos estavam diretamente ligados a esse poder.

¹¹Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, sendo membro do Partido Republicano Rio-Grandense eleito em 1891, foi deposto em novembro do mesmo ano. Retornou ao governo em 25 de janeiro de 1893, ficando até 1898. Atuou também como jornalista, dirigindo o jornal *A Federação* de 1884 a 1889. Morreu em 1903 (LOVE, 1971).

Mas nos primeiros anos do século XX, com a morte de Júlio de Castilhos e a chegada de Antônio Augusto Borges de Medeiros¹² ao poder, este reforçou a administração estadual, mantendo o partido e a sua administração em harmonia e o próprio controle sobre a administração permitia que funcionários públicos fossem de alguma maneira fieis a seu poder. Não tinha a pretensão de fortalecer o poder das cidades, o que significava autonomia e perigo ao mesmo tempo, pois quanto mais poder de decisão local, maior seria o distanciamento do seu poder pessoal.

Se politicamente manter a sociedade era uma questão de organização e direcionamento de ideias, quanto à economia o quadro mostrava-se sem grandes mudanças, pois tanto local como regionalmente, até 1930, segundo Herrlein Jr. e Corazza (2007) só foram passíveis de concretizar-se

sem as políticas públicas de povoamento, do combate ao contrabando, da extensão e da melhoria dos transportes (portos e ferrovias), de incentivos fiscais à indústria e também sem o aporte financeiro e tecnológico do capital externo aplicado nos portos e nas ferrovias. As políticas públicas republicanas não favoreceram os interesses socioeconômicos tradicionalmente dominantes, da pecuária, charqueadas e das praças de comércio vinculadas. Atenderam especialmente aos novos setores sociais, da agropecuária colonial e urbano-industriais, contribuindo decisivamente para a diversificação da economia estadual e redução de sua dependência por poucos produtos de exportação (HERRLEIN JR.; CORAZZA, 2007: 141).

O contexto que se apresentava desde os fins do século XIX, e principalmente até a primeira metade do século XX, era o de uma economia baseada na produção de matérias-primas agropecuárias e o de uma modesta repercussão industrial, devido às poucas mudanças quanto ao nível de produção, ou seja, havia uma carência na modernização industrial.

Essa centralização do poder e toda a sua caracterização positivista encontraram nas primeiras décadas do século XX uma nova configuração, pois a ideologia positivista, ao embrenhar-se no modo de viver e pensar por diversos segmentos sociais, acabou por ter que manter a sua própria existência, e o poder, antes protetor e agora autoritário, busca a sua própria tentativa de assegurar-se ao seu projeto político.

¹²Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, sendo membro pelo Partido Republicano Rio-Grandense, era advogado; sucedeu Júlio Prates de Castilhos em 1898, e ficou até 1908. Retornou em 1913 e se manteve no poder até 1928, sendo sucedido por Getúlio Vargas, que manteve a hegemonia política do PRR (LOVE, 1971).

O positivismo que mantinha anteriormente o alicerce político-ideológico mudou para um caráter cultural ideológico. E como destaque de maiores mantenedores desse poder foram o ensino e a figura feminina. O primeiro, como forma prático-teórica de doutrina e a segunda, como modelo de moral.

Sendo assim, o objetivo da classe caixeiral ao fundar os clubes era o fechamento das portas do comércio aos domingos e aos feriados na parte da tarde (DUARTE, p. 04, s/d), além disso, Duarte (s/d) ressalta que [...] os clubes caixerais do Rio Grande do Sul fundados na última década do Império, foram incluídos entre as entidades de socorro mútuo. No entanto, é necessário salientar que afora a prestação de socorros, a instrução e a recreação constituíam os objetivos dos clubes (DUARTE, p. 03, s/d).

Os Clubes Caixerais fundados na segunda metade do século XIX e início do XX no Rio Grande do Sul além de Rio Grande (1895) foram: Pelotas (1879); Porto Alegre (1882); Santana do Livramento (1883); São Gabriel (1885); Santa Maria (1886); Alegrete (1886); Jaguarão (1893); Bagé (1894); Quaraí (1895); Cachoeira (1900); Arroio Grande (1978).

Alguns dos Clubes citados acima enfrentam alguns problemas de manutenção financeira principalmente. A sociedade vem fazendo mudanças bruscas no seu comportamento e conseqüentemente nos locais que frequenta. Essa situação vem tomando um passo acelerado desde os anos de 1990. O crescimento de espaços comerciais com novas opções e com novas formas de encontro, tanto de recreação quanto de credo, também contribui para esse esvaziamento social.

O mapa nos permite visualizar as cidades e as polaridades criadas com a fundação dos Clubes. É importante ressaltar, que no mapa, podemos perceber os Clubes Caixerais do Rio Grande do Sul, atualmente, e que em uma investigação parcial nas cidades localizadas no mapa, foi possível observar mais de uma vertente caixeiral em cada cidade, não diferentemente do que ocorreu na cidade de Rio Grande, como veremos nos capítulos a seguir. O mapeamento nos permite entender quais entidades caixerais se consolidaram e ainda resistem a um cenário político-econômico e social que desfavorece esses clubes classistas.

Clubes Caixeirais no Rio Grande do Sul

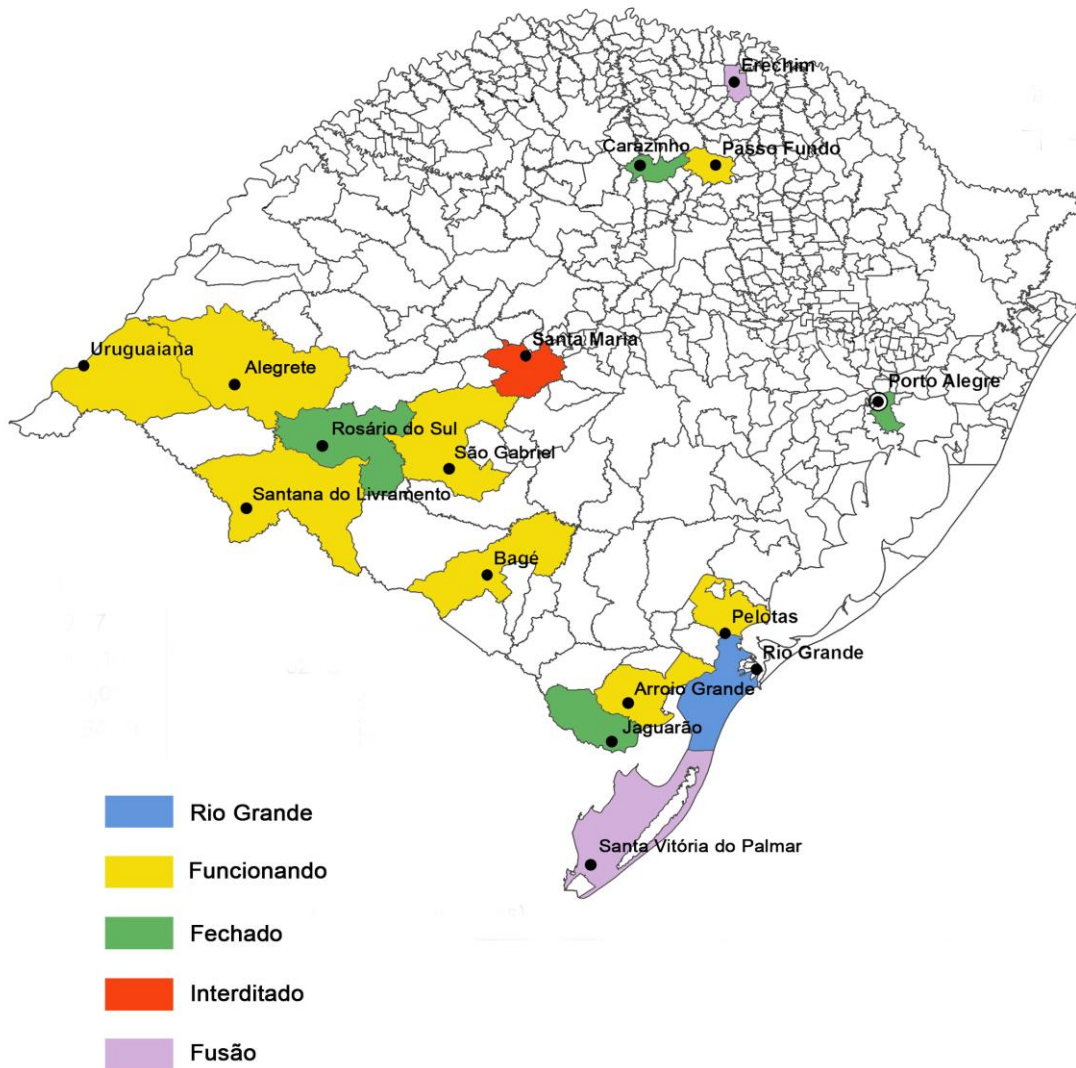


Figura 1: Mapa do Rio Grande do Sul com algumas cidades que fundaram Clubes Caixeirais. Fonte base: IBGE. Tratamento de imagem: Claudia Dorneles

A partir da legenda do mapa, podemos observar que as cidades de Santa Vitória do Palmar e Erechim (cor lilás) fizeram a fusão com outros Clubes da cidade. No caso, de Santa Vitória do Palmar, o Clube Caixeiral foi unificado com o Clube Comercial. Já em Erechim, o Clube Caixeiral foi unificado ao Clube Coroas. Ambos viabilizaram a continuidade dos Clubes, promovendo uma remodelação estrutural.

Já nas cidades de Jaguarão, Rosário do Sul, Carazinho e Porto Alegre (cor verde), o Clube Caixeiral encerrou suas atividades por questões sociais e financeiras.

No início de 2018, no mês de fevereiro, o Clube Caixeiral de Santa Maria (cor vermelho), sofreu um processo de interdição, devido ao desabamento de parte do telhado do prédio.

As cidades de Pelotas, Uruguaiana, Arroio Grande, Bagé, São Gabriel, Santana do Livramento, Alegrete e Passo Fundo (cor amarelo), o Clube Caixeiral mantém-se aberto e funcionando, e foi possível perceber o esforço incansável dos mesmos para que a sede social congregue os valores caixeirais dentro da sociedade ao qual estão inseridos.

No capítulo 2, intitulado *Da ausência ao fechamento das portas (2014-2000)*, começaremos a análise mais pontual sobre o nosso objeto de estudo, o CC de Rio Grande, observando o valor de memória a partir de sua trajetória, e cotejando informações desse capítulo, com os documentos, imagens e relatos orais.

CAPÍTULO 2

DA AUSÊNCIA AO FECHAMENTO DAS PORTAS (2014-2000)

Iniciamos a investigação local sobre nosso objeto de estudo, o *Clube Caixeiral de Rio Grande - CCRG*, que é parte do patrimônio cultural da cidade de Rio Grande e que seu valor de memória está além do entendimento sobre o clube (espaço físico e moral) enquanto objeto personificado a partir da formação da categoria caixeiral, e a sua relevante importância diante do espaço que ocupa, a partir do poder simbólico que o consagra.

Além da sua contextualização histórica, a análise sobre o prédio recairá em dois pontos principais: o desabamento do telhado em 2014 e o desenrolar desde seu surgimento e sua existência.

2.1 A ausência simbólica

“A paixão do passado [...] deveria suscitar mais o interesse do que inquietudes”, assim nos diz Tornatore (2009/2010: 15). Essas inquietudes em sua máxima nos fizeram refletir a quanto está nossa relação com o passado, um passado presente que nos é estrangeiro. Identificamos, percebemos sua presença, mas ele é dotado de incógnitas diante da memória social e histórica, mesmo que ambas contestem entre si esse passado.

Assim, o passado que nos inquieta é o do próprio CCRG - enquanto espaço físico (práticas) e moral (costumes), pois em nosso entendimento os locais suscitam a memória do reconhecimento sobre o *corpus* que nele habita. Esse *corpus* que habita é a sua própria memória e assim Assmann (2011) nos fala dessa memória:

“a memória dos locais” [...] a expressão é sugestiva porque aponta para a possibilidade de que os locais possam tornar-se sujeitos, portadores da recordação e possivelmente dotados de uma memória que ultrapassa amplamente a memória dos seres humanos. A força sugestiva dessa opacidade é um bom ponto de partida para investigar a seguir o que a “memória dos locais” guarda em si (ASSMANN, 2011: 317).

A partir dessa “memória dos locais”, podemos analisar quando no dia 29 de Março de 2014, no fim da tarde, desabou o telhado do Prédio do CCRG - CCRG (Fig. 2), situado na Rua Marechal Floriano nº 470, na zona central da cidade de Rio Grande/RS.



Figura 2: Desabamento do telhado do CCRG. Jornal Diário Popular. Fotografia: Marcus Maciel.
Acesso: 1º/04/2014



Figura 3: Mapa de Localização do CCRG na cidade de Rio.
Fonte: Google Maps. Adaptação da imagem: Gianne Zanella Atallah

O CCRG havia encerrado suas atividades ao público entre os anos 2000/2001. Essa imagem impactante expõe uma memória silenciada, resignada com um luto, em uma fase de transição entre o que pensamos ser esquecimento e pós-memória. Concentra em si a identificação do caixeiro em Rio Grande, que produz e que conflitua com um presente que não o reconhece.

No dia 29 de março de 2014, o silêncio manifestou-se com um barulho estrondoso, a preocupação com a segurança local suscitava o medo e a renúncia ao passado. O perigo físico tornou-se uma constante, pelo fechamento das portas enquanto clube e pela ausência da classe caixeiral. Observamos na imagem (fig. 2) camadas de representação de um clube que sempre teve sua importância revelada pelo estilo arquitetônico e por estar em uma localização geográfica privilegiada, junto ao espaço de ação, ou seja, o comércio local (fig. 3) e a zona portuária.

É interessante analisarmos neste capítulo que a trajetória caixeiral¹³ na cidade de Rio Grande é anterior à fundação do clube em 1895 e, com toda a persistência da mesma, instaurou-se em 1912 com a inauguração da sede social no atual endereço, a mesma foi registrada como um momento que ressignificaria o novo lugar, e o próprio registro, com crianças à frente do prédio enaltecem isso, filhos de sócios, com uma vestimenta adequada ao momento, asseguram o valor de uma nova trajetória, a entidade enquanto política e social (fig. 4). A sede mantém uma resistência contra a perda, o “luto” propriamente dito (fig. 5). O passado procura o seu reconhecimento, não como “lugar” de acontecimentos, de uma Associação Classista Recreativa, mas como o valor da luta pelo reconhecimento trabalhista e pela evolução comercial do lugar de origem, junto a outras atividades comerciais, industriais, que alavancaram o poder econômico da cidade (fig. 6).

¹³Durante a pesquisa foram encontradas informações acerca de outros clubes caixeirais na cidade de Rio Grande. No ano de 1869, foi fundado o *Clube Caixeiral Dramatico Particular Luso Brasileiro* (Coluna Fatos e Coisas de Antanho, Jornal Rio Grande, 1950: 01); posterior a esse, aponta LOURENÇO (2004) a existência do *Club Caixeiral Sul Rio-Grandense* (1889-1891), e, além desse, mais um clube caixeiral sem data comprovada, anteriores ao nosso objeto de estudo, que tem a sua data de fundação em 03 de Maio de 1895 (Coluna Fatos e Coisas de Antanho, Jornal Rio Grande, 1950: 01). Ressalvamos que essas informações não foram cotejadas com outros documentos, pela ausência dos mesmos até a finalização desta pesquisa.



Figura 4: Prédio do CCRG inaugurado em 03/05/1912. Fotógrafo não identificado.
Acervo: Jornal Correio do Povo - 05/03/2012. Acesso: Maio de 2014.



Figura 5: Prédio do CCRG atualmente.
Fotografia e Acervo Pessoal da Autora. Imagem capturada em 27/10/2016

Observar as imagens de 2014 (fig. 2) e a imagem de 1980(fig. 6), nos leva a tentar compreender qual o diálogo que ambas mantiveram com a sociedade, e concluímos que o diálogo já era o mesmo, num espaço temporal diferenciado. Em 1980, o local já suscitava suas memórias, apegava-se a um tempo vivido, entendendo-se como o próprio sujeito do seu presente, mas esse presente tornou-se passado, e novamente essa tentativa de diálogo se repete, ou seja, a sociedade não consegue ouvir o seu objeto, o CCRG não consegue dialogar diante de uma herança do passado, que não se reconhece como sujeito de si mesmo.



Figura 6: Prédio do CCRG nos anos 1980. Fotógrafo não identificado.
Acervo: Fototeca Municipal Ricardo Giovannini

A edificação descrita no Decreto nº 15.205 de 24/01/2018¹⁴ caracteriza-se por ter sido construída “em estilo eclético, com vertente Art-Nouveau, cujos detalhes dos elementos arquitetônicos e artísticos fazem referência à sociedade e aos setores econômicos pujantes que o erigiam, apresentando no ápice da sua platibanda, um medalhão com a cabeça de Mercúrio com capacete alado, sobreposta a uma roda dentada, símbolos do comércio e da indústria (fig. 7, fig. 8).” O seu estilo inseria-se em um conjunto onde as construções acompanhavam o mesmo estilo, e, apesar do curto período de construção, a categoria empenhou-se com muitos sacrifícios em angariar fundos para tal propósito (fig. 9).



Figura 7: Detalhes da fachada principal do CCRG. Fotógrafo: Aldivo Branco Mendes.
Data: Setembro de 2017. Acervo Pessoal de Gianne Zanella Atallah.

¹⁴**Decreto nº 15.205 de 24 de Janeiro de 2018**, que declara de utilidade pública para fins de tombamento o prédio do antigo Clube Caixeiral como Patrimônio Histórico e Cultural do Município do Rio Grande (ver anexo A p. 254).



Figura 8: Detalhes da fachada principal do CCRG. Fotógrafo: Aldivo Branco Mendes.
Data: Setembro de 2017. Acervo Pessoal de Gianne Zanella Atallah.

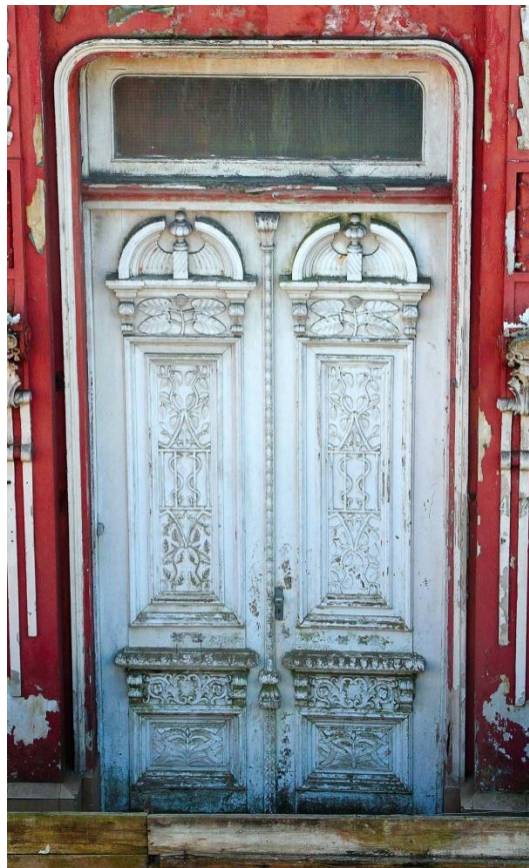


Figura 9: Detalhes da porta principal do CCRG. Fotógrafo: Aldivo Branco Mendes.
Data: Setembro de 2017. Acervo Pessoal de Gianne Zanella Atallah.

De acordo com a Ata nº 290 do dia 05 de Maio de 1910, sob a Presidência do Sr. Ismael L. Christino, “houve uma discussão sobre o estilo da construção do prédio, que deveria ser um edifício assobradado ou sobrado (construção com dois pavimentos). Foi estudada uma planta provisória traçada a lápis apresentada pelo Sr. Albino Vaz Dias, que previa a entrada principal no centro do edifício, ficando à sua direita e à sua esquerda uma casa de porta e janela que poderiam ser alugadas durante o tempo em que o Club não necessitasse delas para si mesmo”¹⁵.

No dia 22 de fevereiro de 1911, de acordo com a Ata nº 36 A¹⁶, sob a Presidência do Sr. Frutuoso Pereira Pêgas, a Assembleia foi convocada para tratar da construção do edifício para a sede do clube. Foram analisadas as propostas dos Srs. João Baptista Feijó, Mathias da Silva Oliveira e Eduardo Tavares Esgueira, sendo que este último foi escolhido e aceitou construir o prédio pelo valor de sessenta e dois contos de réis, sendo que o clube, em acordo com o Sr. Eduardo Tavares Esgueira, aceitou que se realizasse um empréstimo não superior a cinquenta contos de réis, tendo como garantia a hipoteca do prédio a construir, assim como o terreno.

Em 03 de maio de 1911, de acordo com a Ata nº 37 A¹⁷, foi lançada a pedra fundamental do clube.

No dia 14 de Julho de 1912, de acordo com a Ata nº 42 A¹⁸, foi realizada no Salão Nobre da Intendência Municipal uma sessão solene para a abertura da Exposição Municipal promovida pelo clube caixeiral com o patrocínio da Intendência Municipal e comemorativa à inauguração do Palacete social do clube caixeiral, na Rua Marechal Floriano, nos nº 168 e 172, estando várias autoridades civis e militares presentes, o corpo consular, representantes da imprensa e de diversas associações, a Diretoria do clube, os membros do Conselho deliberativo e diversos associados. Cabe ressaltar que no período de 1895 até 1912, o CCRG teve outros endereços que se situavam próximo ao acima citado.

A aquisição do bem imóvel confirmava uma cartografia já antes observada em outros clubes caixeirais de outras localidades do Estado do Rio Grande do Sul, principalmente, que era a sua situação geográfica.

¹⁵ Livro de Atas nº4 – pg. 63 (verso) e 64 (frente).

¹⁶ Idem, pgs. 26 (verso) e 28 (frente e verso).

¹⁷ Idem, pg. 29 (frente e verso).

¹⁸ Idem, pg. 33 (verso) e 34 (frente).

Possuir uma construção imponente, em linearidade com o *corpus* que a habitava, ressaltando que essa acompanhava o estilo da época e do seu entorno (fig. 10, fig.11, fig.12, fig.13) localizada em uma das ruas centrais da cidade, significava, tanto quanto a luta por seus direitos, como diz Batalha (2009), como pela localização como *status* social:

buscavam preferencialmente se instalar no centro da cidade, afinal o lócus privilegiado da política [...] havia a preferência por determinado logradouro da região central. [...] o endereço da sede fazia parte da representação pública da associação (BATALHA, 2009: 260-261).

A representação pública era uma forma de se mostrar diante de outras representações como os próprios estabelecimentos comerciais, clubes com origens diversas, a forma de um poder que emanava de desejos, mas que confirmava a sua influência diante dele.



Figura 10: Rua Marechal Floriano esquina com Rua Duque de Caxias em frente à Praça Telles – atualmente Praça Xavier Ferreira – Cartão Postal, ano 1900.
Acervo: Fototeca Municipal Ricardo Giovannini



Figura 11: Praça Telles – atual Praça Xavier Ferreira. Vista Aérea, s/d. Cartão Postal.
Acervo: Fototeca Municipal Ricardo Giovannini

No entorno (fig. 10, fig. 11, fig.12, fig.13) onde estava situado o CCRG, concentrava-se uma variedade comercial e de entretenimento, inclusive clubes como a Associação dos Empregados do Comércio (primeiramente onde hoje encontra-se as lojas América, e depois com sede própria, na atual Galeria São Pedro, entre as ruas Duque de Caxias e General Neto), que vem há cerca de dois anos, aproximadamente, encerrando suas atividades e vendendo a sede social. Também o Grêmio Lusitano (na rua Duque de Caxias) no andar superior de uma edificação onde atualmente funcionam as Lojas Gaston (anteriormente Café Dalila) e que posteriormente mudou-se para um prédio em frente, onde atualmente funciona o Banco Santander (Calçada na Rua General Bacelar). O Clube do Comércio, situado na Rua Osório, é ladeado pelos prédios do Mercado Municipal e da Alfândega. E o Clube Carnavalesco Saca-Rolhas, na Rua Marechal Floriano, teve sua formação por parte dos portuários. Esses clubes mantiveram outros endereços anteriormente à sua fixação com a sede oficial, mas cabe registrar que sempre no entorno central.



Figura 12: Mercado Municipal Cartão Postal, s/d.
Acervo: Fototeca Municipal Ricardo Giovannini



Figura 13: Rua Marechal Floriano, trecho onde se localiza a Alfândega – Cartão Postal.
Acervo: Fototeca Municipal Ricardo Giovannini

O fato de possuir a sua sede era uma forma de, segundo Batalha (2009), revisitar ideais antigos e, ao mesmo tempo, consolidar a tradição.

Para muitas sociedades, o ápice do pretígio era serem proprietários de sua sede, possuírem um endereço permanente. Essa era a forma de demonstrar solidez e uma tradição consolidada – a tal ponto que esse objetivo não raro constava dos estatutos associativos como algo que as sociedades deveriam alcançar (BATALHA, 2009: 262).

A tradição de possuir o prédio e mantê-lo hoje no tempo presente reforça a forma como lidamos com a tradição inventada, uma ritualização da Instituição como forma de “força” e “vitalidade” aos ideais do grupo. Segundo Eric Hobsbawn (1997), desde a Revolução Industrial, elas classificam-se em três categorias superpostas: a. Aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais de artificiais; b. Aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, *status* ou relações de autoridade; c. Aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento (HOBSEBAWN, 1997: 17). As três categorias citadas por Hobsbawn (1997) são reconhecidas no clube enquanto objeto de personificação que está além do espaço físico, simplesmente.

Essa tradição é uma construção do meio, do grupo que a produziu e deverá ser simultaneamente passada para um tempo futuro, pois, mesmo que de maneira informal, ela dá sustentação à memória coletiva.

Podemos analisar esse aspecto na descrição do espaço-clube de alguns entrevistados que estão sendo pesquisados a partir de suas memórias em temporalidades e convivências diferentes sobre o clube.

Segundo o Sr. Regys,

Depois de um tempo com aquele problema estrutural que o caixeiral teve, essas boates foram transferidas do salão principal e foi feita então no andar térreo, então, se a gente for pensar na planta do caixeiral, quando tu entra ali, a entrada principal, no corredor à esquerda, tem ou tinha, um acesso, tinha uma secretaria ali também, parte da secretaria. E, lá no fundo tinha um salão também, um salão com bar, ali também, por um bom tempo, foram feitas as boates do caixeiral. Evidentemente, que as melhores foram as de cima, um ambiente maior, enfim. Emocionalmente falando, as boates de cima tinham maior impacto. Nesse lugar lá de baixo, também, além das boates, e a gente se reunia em outros dias da semana para jogar sinuca, ping-pong. Também se reunia ali a gurizada, para fazer esse tipo de entretenimento¹⁹.

¹⁹ Entrevista realizada em 22/10/2017.

O problema estrutural ao qual o Sr. Regys se refere era principalmente em Bailes de Carnaval: quando os foliões dançavam aceleradamente, o prédio “tremia”, balançava o andar superior. Além disso, por manutenção, o prédio esteve com atividades suspensas algumas vezes durante a sua trajetória.

Ele ainda ressalta que

E, teve também um período que os bailes de carnaval do caixeiral não foram feitos aqui na Marechal Floriano, pela questão da estrutura que estava em risco. Então eles foram feitos onde era localizada a discoteca ou boate Arco Íris, quando foi na Tiradentes, acho que hoje é o Auto Peças Garcia ou um depósito deles... [...] Talvez tenha sido na década de 80, 81, 82, 83, não saberia te dizer²⁰.

A memória se delinea pelos sentidos do corpo humano: visão, tato, olfato, paladar e audição em cada indivíduo. Acerca do objeto em questão, pela memória social, pelo afeto e seu oposto, o desafeto, reconhecemos essa memória por um dos cinco sentidos. O Sr. Regys, ao nos falar da boate e dos jogos, nos evidencia que sua memória com relação ao espaço do clube é auditiva, pois remete a sinais musicais, à emoção de estar ali, e os afetos que estabelecem é a partir da musicalidade dos objetos.

Segundo a Sra. Zoraia, pudemos perceber que o espaço-clube e as suas memórias, são feitos como uma trajetória visual:

O prédio embaixo, dos dois lados era a secretaria, eu me lembro que a gente tinha acesso direto ao salão pelas escadas, a parte de uma toda era o salão, as portas se abriam, era o lugar que tinha ventilação. As portas de vidro as paredes eram todas com aquelas escariolas, todas eram pintadas, lindíssimas! No fundo, à direita, saindo do salão ficava a copa, tinha um balcão grande de madeira, era uma copa bem grande. E acho que na continuação era o banheiro masculino e, do lado esquerdo, para o fundo, quando saía do salão, era o banheiro feminino, que até pouco tempo, quando a escola de *taichi (tai chi chuan)* usou, o banheiro se mantinha. A gente usava o banheiro antigo, tinha azulejos antigos, tinha uma pia, pelo menos, bem antiga, um espelho, aqueles espelhos muito antigos²¹.

A visita memorial que ela se permite fazer entrando nos espaços internos do clube demonstra uma memória tátil e visual, ela toca o passado com os olhos, ela permite a sua memória, a lembrança dos elementos que

²⁰ Entrevista realizada em 22/10/2017.

²¹ Entrevista realizada em 19/11/2017.

constituem o objeto em si. A Sra. Zoraia nos permite ver um passado vivenciado por ela:

Quando eu fiquei sabendo que tinha – bah, eu queria fazer *taichi (tai chi chuan)*, não sei o quê... – me disseram no caixeiral – como assim no caixeiral?! – realmente, tu resgata, tu volta, tu revive, e tu entra lá dentro, - vamos dizer que tu fecha os olhos- tu enxerga as pessoas. Parece que tu volta, entra naquele clima, naquela coisa de realmente de reviver uma parte, e é retomar, reviver uma coisa lá de adolescente, que tipo nunca imaginei de um dia voltar a entrar no caixeiral. Realmente eu nunca imaginei poder entrar, porque era uma coisa fechada, não funcionava mais nada e, de repente, a escola estava dentro. E eu gostei muito, eu gostava muito de ficar ali. Até continuei na escola depois, um bom tempo, mas foi muito doloroso sair dali. Que tu via, no momento que a gente estava saindo, abandonando o prédio, não ia ser resgatado nada. Que se ficou o tempo que se pôde²²

O detalhe de cada elemento é o apoio de sustentação de uma lembrança que revela uma saudade vivida. Segundo a Sra. Ydna

No caixeiral era assim, entrava e no lado esquerdo tinha um corredor bem largo, se ia e desemboca lá no fundo era a copa, o restaurante. Se tu subisse a escada, dobravas à direita, e entrava no salão. Eu vou te mostrar aqui ó (mostra fotos). Isso aqui é uma foto de família, quando mamãe casou em 32 [...] eram umas cortinas de veludo, ao fundo era azul marinho e depois aqui era meio dourado (fig.9). Ai que bom, aqui me lembrei! A mamãe bordava à máquina, e todo o ano que ela fez, eu não sei quantas dezenas de cadeiras bordadas com o emblema do caixeiral [...] e esta foto que eu encontrei aqui é o outro lado do salão, a gente aqui tinha um corrimão, então ali ó era a parte de trás dos andares de cima. E sabe onde é que ficavam a orquestra? Os conjuntos? No mezanino aqui em cima, em cima da escada. Então ali ficavam os músicos²³

²² Entrevista realizada em 1º/11/2017.

²³ Entrevista realizada em 21/10/2017.



Figura 14: Bodas de Pérola do Casal Sr. Mário Corrêa Álvaro (Presidente do Clube) e Sra. Leonor Álvaro, pais da Sra. Ydna. Data: 27/02/1952. Local: Clube Caixeiral de Rio Grande. Acervo Pessoal: Sra. Ydna Alvaro Martinez.

A Sra. Ydna, vivenciou o clube, a partir de sua família e sua memória reúne, pelo menos, quatro importantes sentidos: a visão, o tato, a audição e o olfato. A visita memorial aos espaços difere da Sra. Zoraia: enquanto a primeira se apoia na escola de *tai chi chuan*, a segunda se apoia na presença da família e nas imagens que possuem desses registros. O restaurante e a festa de Bodas de Pérola (fig 14) de sua mãe remetem às sensações provocadas pelo aroma da gastronomia. O amparo nas imagens, a descrição dos tecidos, a textura e a qualidade dos mesmos, classificam essa memória como tátil e visual, e muito mais do que isso, familiar, afetiva e aconchegante.

Segundo Assmann (2011),

Mesmo quando os locais não têm em si uma memória imanente, ainda assim fazem parte da construção de espaços culturais da recordação muito significativos. E não apenas porque solidificam e validam a recordação, na medida em que a ancoram no chão, mas também por corporificarem uma continuidade da duração que supera a recordação relativamente breve de indivíduos, épocas e também culturas, que está concretizada em artefatos [...] (ASSMANN, 2011: 318).

A construção da memória não está na mesma linearidade que a vida útil de seu produtor. Enquanto a memória se auto produz através da lembrança

daqueles que vivenciaram e daqueles que tomaram conhecimento dessa lembrança, a vida útil do seu produtor não consegue explicitar a extensão dessa memória, pois ela avança um campo de abstração muito acelerado, estando condicionada à memória daqueles que não a vivenciaram. E isso se reporta claramente ao nosso objeto.

O espaço e os vestígios da memória, desde os anos 2000, remetem a um desafio de como entender essa memória. Percebemos que o registro, enquanto produtor de texto e imagem, ressignifica o valor dessa memória. Se antes tínhamos modos de fazer, ou seja, as sociabilidades dentro do clube (festas, encontros familiares, encontros administrativos, entre outros) e fora do clube, hoje o valor simbólico foi corrompido pela ação do tempo, a edificação não caminha no mesmo passo da intenção de salvaguarda. Sucumbiu à memória daqueles que não a vivenciaram, mas que têm a intenção de recriar abstratamente através da “memória dos locais”.

Segundo Assmann (2011),

[...] a memória dos locais se diferencia claramente dos lugares da memória. É que, enquanto a memória dos locais é fixada em uma posição determinada, da qual ela não se desprende, os lugares da arte da memória se distinguem justamente por se poder transferí-los. A estrutura espacial da mnemotécnica funciona como uma planta ou um mapa, livre do seu local concreto de origem. Nessa força local de abstração, a mnemotécnica se aproxima de uma escrita que não dispõe letras em linha, mas constrói uma sintaxe espacial com imagens (ASSMANN, 2011: 333).

A imagem nesse aspecto reforça a memória dos locais, pois ela capta uma memória que trabalha os sentidos, ela reforça a intencionalidade de quem fez a imagem não no momento ocorrido do fato, e que tão pouco privilegiou a ação de defesa promovida, mas ela está substanciada por significados (fig.15), que se mantiveram do passado e que conflituam-se entre o presente e o futuro, bem como sob a ideia do que podem significar os destroços (fig.15). Como nos ressalta Flusser, “as imagens são mediações entre o homem e o seu mundo que para ele, se tornou imediatamente inacessível” (FLUSSER, 2013: 142). Quando a imagem torna-se mediadora, acreditamos que o homem não percebeu que está perdendo o controle dos vestígios do espaço no tempo (fig.15) e que, concomitantemente, fortalece uma memória, supostamente perceptível e intocável.



Figura 15: Sala da Diretoria do CCRG. O Clube já se encontrava fechado e passando por ações judiciais. Fotógrafo: Regys Macedo. Data: 2005. Acervo Pessoal: Sr. Regys Macêdo.

Essa imagem (fig. 15) captou a Sala da Diretoria do CCRG e no momento captado há uma ambiguidade de poder e de afeto, o uso e o desuso do passado. O aspecto de abandono aponta um sentimento de “volto já”, um pertencimento que se perdeu de si mesmo. Os bens de propriedade do clube estão em espera. Mas o que esperam? Segundo o Sr. Regys, que foi o fotógrafo, ele nos relata o sentimento a respeito dessas imagens:

[...] naquela ocasião já se via o clube interditado ou fechado e sempre que eu passava ali, tinha vontade de voltar nele, entrar, ver como é que ele estava por dentro. Aí eu descobri que naquela época, quem cuidava do clube era o barbeiro Ivo e tinha um outro rapaz que auxiliava ele nesse cuidado que tinha com o clube, [...] conversando com ele, disse que tinha muita vontade de entrar lá, fazer fotos lá dentro, ver como está a situação do clube. Eu consegui que ele me acompanhasse até o clube, na parte interna, naquele dia não tinha energia elétrica. Então, as janelas fechadas ou entreabertas, a iluminação era péssima. [...] Mas, dessa forma que eu consegui entrar no clube e fotografar o que era possível diante das circunstâncias que tinha lá. [...] realmente é um sentimento de pesar. Sentimento para quem frequentou, eu não digo nos melhores momentos do clube, mas em um bom momento, bom momento para a nossa época como juventude e um bom momento pessoal para mim. Eu gostava de frequentar ali, namoradas tive ali, danças, essas coisas todas. E, olhar um clube como mostra nas fotos, com uma deterioração, as coisas abandonadas, jogadas, as fotos mostram muito bem isso. É muito triste! Porque tu chegar em um ambiente que tu frequentou, tinha vida, tinha música, tinha juventude, e entrar

naquilo ali, uma penumbra! Uma falta de luz, às vezes, em alguns momentos, tendo que pular obstáculos para passar de um lado para o outro, é um sentimento muito ruim que se tem. E o terceiro momento talvez seja o pior, que agora tu vê que caiu o teto, praticamente se perde as esperanças de que ele possa ser restaurado, dificilmente vai se conseguir que se assemelhe aquilo que era. Então, não existe outro sentimento que não de tristeza. E as fotos servem, pelo menos não foram fotos do período bom, que não se tinha naquela época facilidade de fotografia que se tem hoje, mas são fotos que se registram o que chegou a ser próximo do que foi em termos de estrutura, o caixeiral²⁴.

É possível perceber nesse relato três importantes características, a primeira é o retorno ao clube, e isso é a relação de afeto; a segunda é o pesar diante da situação vigente e a terceira é o registro fotográfico, como um processo de guarda sobre o tempo presente do objeto. O luto vai se instalando e reconfigurando a forma como o objeto passa a ser vivenciado no tempo em que estamos, ou seja, uma nova proposta de pertencimento daquele espaço, daquela memória do local. Além disso, o desafio da situação econômica que a sociedade brasileira, e na cidade de Rio Grande não é diferente, e mundial enfrentam é um impeditivo para a efetivação de um projeto de restauro. Isso aumenta a distância entre o objeto recuperado, o seu uso e a sua inserção no contexto social.

²⁴ Entrevista realizada em 22/10/2017.



Figura 16: Escada principal do Clube Caixeiral de Rio Grande. O Clube já se encontrava fechado e passando por ações judiciais. Fotógrafo: Regys Macêdo. Data: 2005. Acervo Pessoal: Sr. Regys Macêdo.

Nessa imagem (fig. 16) a escada aparece sob outro ângulo e o olhar de cima para baixo é o anúncio do fim, da derrota, daquilo que ficará no passado, outrora. Percebemos ao longo do trabalho que a escada principal do clube tinha o status de glamourosa, entrar no clube e subir era estar em ascensão, era o refinamento, o pertencimento a um espaço onde “poucos” conseguiam estar.

O sentimento de evasão, a ausência do entendimento de quem foi embora e o motivo pelo qual ocorreu são possíveis de se perceber na imagem (fig.17). Observamos que, aos fundos do clube no andar superior, onde havia a copa, o restaurante, o vazio do espaço demonstra essa insegurança do pertencimento.



Figura 17: Copa do CCRG. O Clube já se encontrava fechado e passando por ações judiciais.
Fotógrafo: Regys Macêdo. Data: 2005. Acervo Pessoal: Sr. Regys Macêdo.

Seguindo a lógica, é o texto da própria memória, uma micro memória que busca encontrar no presente o valor do passado, o simbolismo das práticas, dos lugares e das pessoas que ali passaram e perpassam diariamente, agora na sua ausência. Ou seja, aquilo que a câmera capturou é a representação dos vestígios, mas não da memória, enquanto objeto, pois o seu grupo produtor, os classistas caixeirais, já se dissociou na temporalidade entre o passado e presente.

A imagem de um prédio pomposo que representava o seu tempo, e parte de um grupo da sociedade, permanece com essa mesma representatividade diluída no próprio espaço temporal, pois não tem mais a sua presença de um grupo na sua totalidade nem tão pouco os vestígios que sustentam essa memória.

Quando percebemos que a imagem é uma mediadora entre o presente e o passado, registramos o que Parente (2011) nos coloca:

Vivemos num mundo onde tudo circula. Tudo deve circular o mais rapidamente possível: os veículos, os enunciados, as imagens, as informações, os homens. No entanto, tudo parece estar no lugar, todas as diferenças se anulam tudo se tornou intermutável. Os homens fazem viagens imóveis, como se eles mudassem de lugar para evitar uma mudança de “clima” (PARENTE, 2011: 17).

Essa circulação da qual falamos sobre a imagem remete muito mais à percepção da informação do que aos vestígios propriamente ditos, mas o prédio continua desintegrando-se no mesmo local. A imagem que restou, certamente, serve como captura de um espaço no tempo, um momento que não se repetirá mais. Torna-se, assim, um processo de memória não vivenciado, mas vivido todos os dias pela abstração de sentido.

O clube enfrentou muitos dissabores em momentos distintos, principalmente durante a segunda metade do século XX. A partir do ano de 1988, com a nova Constituição Brasileira, o clube, que já apresentava alguns problemas financeiros e dificuldades para manter seu patrimônio, viu nesse documento jurídico uma ameaça ao patrimônio consagrado por uma memória coletiva, já que ele permitia o acesso irrestrito de frequentadores, sem ter a exigência de aprovação de sociedade, ou melhor, de um pertencimento ao clube.

Entre idas e vindas, acelerava-se uma preocupação para com o patrimônio do clube. Esse acesso livre às suas dependências acaba por quebrar um estigma social conservador, ou seja, a seleção natural que era feita pelos estatutos e pela diretoria do Clube acabaram sendo remodelados de maneira informal, porque também a situação financeira estava se agravando.

2. 2 Competência Governamental (2013 – 2009)

A situação do CCRG mudou drasticamente. Com as ações judiciais que o clube enfrentava e o fechamento de sua atividade, o prédio, assim como o acervo ficaram por um tempo em espera de seu destino.

Em 2004 o prédio entrou no inventário de bens imóveis da Cidade de Rio Grande²⁵, e estava em acordo com a medida protetiva prevista no artigo 216 da Constituição Federal.

O patrimônio material do clube foi designado para os trâmites do Ministério Público Estadual²⁶. Em 10 de Dezembro de 2008, diante de representantes legais tanto do clube quanto da Prefeitura Municipal do Rio Grande, ficou definido que o patrimônio existente seria repassado à Prefeitura Municipal do Rio Grande e especificamente ao usufruto da Escola de Belas Artes Heitor de Lemos (EBAHL). Então, a partir disso, deveria ser providenciado todo o processo de salvaguarda desse patrimônio.

A imprensa desde essa data tem lembrado à comunidade esse processo através de notícias e reportagens com um espaçamento temporal significativo, como veremos a seguir (fig. 18, fig. 19, fig. 20, fig. 21, fig. 22, fig. 23).

²⁵ A Ficha de Inventário de Bens Imóveis Municipal encontra-se disponível no link: <http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/inventario-de-bens-culturais> (ver anexo B p. 259).

²⁶ A Escola de Belas Artes Heitor de Lemos pertencente à Secretaria de Município da Educação de Rio Grande foi a beneficiada com a transferência do Prédio do CCRG e aguarda o restauro do prédio, sendo que a obra está orçada atualmente em 13 milhões de reais. O documento do Ministério Público Estadual (ver anexo C p. 260).

Plano legaliza mais de cinco mil lotes em seis bairros

Projeto orçado em cerca de 1,2 milhão garante a titularidade das propriedades às famílias

Mariana Santos

Rio Grande. O Plano de Regularização Fundiária de Rio Grande vai regularizar 5.335 mil lotes em seis bairros do município rio-grandino. O contrato de execução da medida foi assinado em maio pelo prefeito Fábio Branco (PMDB) e a empresa vencedora da licitação, Engeplus Engenharia e Construção. No bairro Getúlio Vargas o projeto custou R\$ 377 mil e o recurso foi fornecido pelo Banco Mundial. A outra parte da verba totalizada em R\$ 866 mil é oriunda do Projeto de Expansão Portuária (PAC I) e beneficiou moradores da 4ª Secção da Barra, Hidráulica, Profilurb I e II, Humaitá e Querência.

Branco ressaltou a grande área irregular da cidade e citou que 90% dos problemas do segmento foram resolvidos com as principais comunidades organizadas passando a ter documentação regular. "Considero este projeto como muito importante para a comunidade rio-grandina, era um compromisso meu de campanha. A garantia do título de propriedade é fundamental. As pessoas ficam inseguras com os locais onde moram e não conseguem nenhum tipo de incentivo público por serem irregulares", disse ao avaliar o programa como divisor de águas.



Clube Caixeiral será restaurado



Espaços regularizados são de áreas consolidadas há muitos anos

O prefeito fez questão de ressaltar que os lotes regularizados são de áreas consolidadas há muitos anos. "Tem terrenos que passam de pai para filho, tem quase cem anos na família e são posse. O que nós fizemos foi regularizar áreas públicas onde era possível", explica. Dessa forma o administrador do município garante que é contra invasões de áreas públicas, principalmente de forma desorganizada. "Pelo que já vi no comando da prefeitura posso dizer que 90% das pessoas que invadem terrenos públicos não vão morar naquele local. Elas revendem e repassam o problema para quem realmente está em situação de vulnerabilidade social", conceitua. "Que isso não sirva como incentivo para a invasão. A comunidade precisa saber os prejuízos que esta desorganização causa ao longo do tempo. Gostaríamos de construir praças, creches e outros órgãos públicos porém não temos espaço", revela Branco.

O gestor municipal encerra trazendo o dado de que 25 mil unidades habitacionais estão aprovadas pela prefeitura para serem construídas nos próximos anos, superando o déficit de 17 mil identificado como demanda no município. Nesta primeira e mais demorada etapa, a empresa mapeou e coletou dados sobre os lotes. O próximo passo é o encaminhamento para o registro de imóveis para que a prefeitura possa entregar as escrituras dos

terrenos aos ocupantes.

Parque Marinha

O prefeito informa que as áreas invadidas nos dias atuais terão as providências cabíveis tomadas para retirada dos posseiros. Esta semana cerca de 60 demarcações foram feitas em um terreno no bairro Parque Marinha. Pessoas utilizaram de barracas e outros meios para demarcar seus espaços. A prefeitura entrará com pedido de reintegração de posse entre hoje e amanhã.

Revitalização. Na mesma coletiva de imprensa Branco apresentou o projeto para o restauro do prédio histórico do Clube Caixeiral e da Casa Nader. O patrimônio histórico do município foi repassado para a prefeitura e abrigará a Escola de Belas Artes Heitor de Lemos (Ebahl). O projeto está orçado em R\$ 5 milhões e o projeto aguarda licitação para execução.

Através de uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SME) a Ebahl terá uma Escola de Música onde serão ministradas as aulas da disciplina de música que se tornaram obrigatórias no currículo escolar. De posse dos dois prédios a edificação terá entrada pelas ruas Marechal Floriano e General Osório, segmentando os alunos que serão levados ao local pelo transporte escolar municipal.

Clube Caixeiral já tem projeto de restauro



Prédio será a nova sede da Escola de Belas Artes Heitor de Lemos

Em entrevista coletiva à imprensa, na tarde de ontem, o prefeito Fábio Branco apresentou o projeto de restauração do prédio do Clube Caixeiral, datado de 1912 e que possui uma fachada em estilo eclético. Elaborado pela empresa Arquium Construções e Restauro, o projeto prevê investimento de aproximadamente R\$ 5 milhões na restauração deste imóvel e da Casa Nader, localizada na rua General Osório, nos fundos do prédio do Caixeiral, uma vez que ambos estão incluídos em um programa da Secretaria Municipal de Educação.

Conforme relatou Branco, o prédio do Clube Caixeiral será a nova sede da Escola de Belas Artes Heitor de Lemos (Ebahl). E como a música será incluída no currículo escolar, a Ebahl será integrada

a essa proposta. O secretário municipal de educação, Luiz Arthur Dornelles, explicou que, a partir da restauração, o imóvel do clube, localizado na rua Marechal Floriano Peixoto, ficará ligado ao da Casa Nader. No primeiro a Ebahl realizará cursos livres e no segundo, cursos de música da matriz curricular para alunos da escola básica e ensino fundamental.

O segundo prédio integra a lista de imóveis de interesse histórico do Município. A licitação para execução do projeto de restauro deverá ser feita pela nova administração do Município, que tomará posse em 1º de janeiro. O prefeito Fábio Branco destacou que o projeto é uma ferramenta importante para Rio Grande, pois está bem elaborado, permitindo a captação de recursos.

CARMEM ZIEBELL

Prédio do Caixeiral está em processo de tombamento municipal

TATIANE FERNANDES

Fotos: Fábio Dubaíá

O prédio do antigo Clube Caixeiral, datado de 1912, está em processo de tombamento pelo Município. De acordo com o titular da Secretaria de Município de Educação (SMED), André Lemes, o Executivo Municipal estava pleiteando o tombamento do prédio histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (Iphae), para facilitar a captação de recursos para o restauro. Entretanto, de acordo com ele, o Iphae manifestou, no final de 2014, que não tinha interesse em tombá-lo. Dessa forma, Lemes informou que foi iniciado o processo de tombamento pelo Município, mas ainda sem prazo para a conclusão.

O secretário explicou que, quando um prédio é tombado pelo Iphae, ele recebe isenção de impostos e apoio do Estado para a preservação, podendo inclusive receber incentivos da Lei Rounet de incentivo à cultura. Quando o tombamento é municipal, recebe somente isenções do município, cujos valores são menores. Sem o tombamento e sem recursos, o secretário informou que não existe previsão de início das obras do projeto de restauro, que inclui, além da revitalização do Caixeiral, revitalização da Casa Nader, localizada na rua General Osório, nos fundos do prédio.

O orçamento previsto para a obra é de cerca de R\$ 6 milhões. Segundo o secretário, após o restauro, o prédio deverá abrigar uma extensão da Escola de Belas Artes Heitor de Lemos (Ebahl), com sede emprestada e provisória junto ao



Teto desabou em março de 2014

Praça Rio Grande Shopping Center.

Relembra

O Ministério Público repassou o prédio para a prefeitura, em 2008, para abrigar a sede da Ebahl. A antiga Secretaria Municipal de Educação e Cultura (Smec) contratou, no final de 2012, uma empresa para realização do projeto arquitetônico de restauro do imóvel.

Em agosto de 2013, a Secretaria de Município da Educação (SMEd), na atual gestão

municipal, concluiu o projeto de restauro e deu andamento aos projetos de análise topográfica e físico-construtiva do prédio, análise do entorno urbano e o histórico da edificação, que também já foram finalizados. Toda documentação foi enviada ao Iphae no final de 2013, para encaminhar o tombamento do prédio.

No mês de março de 2014, o telhado do prédio desabou sobre o segundo andar da edificação e o Executivo Municipal notificou o Iphae, solicitando agilidade no tombamento. No final do ano passado, o Iphae informou que não havia interesse em tomar o prédio.

A estrutura, em ruínas, encontra-se, desde o desabamento do telhado, com tapumes em frente à fachada do prédio e com o segundo piso escorado, numa tentativa de evitar novo desmoronamento.

O prédio possui uma fachada em estilo eclético e foi inaugurado em 1912, para abrigar a classe caixeiral.



Datado de 1912, prédio situado na rua Marechal Floriano encontra-se em ruínas



Segundo piso está escorado, para evitar novo desmoronamento

Figura: 20: Jornal Agora – 06/08/2015

Transcrever a história de uma entidade classista não garante a proximidade dos fatos mais relevantes do grupo, apenas redireciona a materialidade e a imaterialidade a um processo menos agressivo de esquecimento.



Frente do antigo Clube Caixeiral é usada como abrigo por sem-tetos



Nas ruas Marshal Floriano Pinheiro, 658, área central da cidade, está situada a prédio histórico do Clube Caixeiral, datado de 1912. O local, que já foi muito frequentado pela sociedade rio-grandense, encontra-se praticamente em ruínas. O teto desabou em abril de 2014 e o local foi interditado. Mais recentemente, pessoas em situação de rua resolveram utilizar o espaço na calçada, entre a fachada do prédio e o terreno, para passar a noite. A situação vem incentivando a violência. **PÁGINA 11**

Figura 21: Jornal Agora 04/07/2017

O cotidiano tem apresentado outra linguagem de expressão quanto ao CCRG (fig. 21). O pertencimento recriado a partir do abandono do local está fragilizado e encontra em outros grupos uma sobreposição de memórias. O uso do local, entendido como inapropriado pelas condições que oferece, configura-se pelo abuso da memória que não consegue a ressignificação dentro do contexto presente.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Moradores de rua utilizam a frente do Caixeiral para passar a noite

Aparente descaso com o prédio histórico chama atenção da vizinhança

TATIANE FERNANDES
tati@jornalagora.com.br

Na rua Marechal Floriano Peixoto, 458, área central da cidade, está situado o prédio histórico do Clube Caixeiral, datado de 1912. O local, que já foi muito frequentado pela sociedade rio-grandina, encontra-se praticamente em ruínas. O teto desabou em abril de 2014 e o local foi interditado. Mais recentemente, pessoas em situação de rua resolveram utilizar o espaço na calçada, entre a fachada do prédio e o tapume, para passar a noite. A situação vem incomodando a vizinhança que denunciou o caso à reportagem.

As pessoas passam a noite e deixam vestígios. No local, na tarde de ontem (3), foram encontradas peças de roupas, colchões, travesseiros, lonas, caixas e recipientes, entre outros pertencentes em péssimo estado. Um trabalhador da garagem ao lado informou que a situação já tem mais de um mês. Uma usuária do estacionamento afirmou que acha um absurdo o prédio público estar abandonado. "É o Caixeiral, o Centro de Cultura, prédios tão bonitos e abandonados pela prefeitura, que prefere gastar uma fortuna na compra de uma casa na Vitorino em vez de reformar e utilizar os prédios que estão caindo", opinou. Outro morador das redondezas lembrou que viveu bons momentos nos tradicionais bailes de Carnaval no Clube Caixeiral e também lamentou o descaso com o patrimônio público.



Teto do prédio histórico desabou em 2014



Fotos: Bruno Zanetti Karalut/A

Vestígios de ocupantes são encontrados no local

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sobre as pessoas que passam a noite no local, a agente do Serviço Especializado em Abordagem Social da Secretaria de Município de Cidadania e Assistência Social, Fabiane Soares, informou que, na semana passada, a pedido do prefeito, abordou um morador de rua que estava utilizando o espaço. Segundo a informação, o referido cidadão dividia o local com mais dois e teria dito que deixaria a área.

Fabiane contou que não sabe se o mesmo cidadão continua instalado ali ou se o local já está ocupado por outras pessoas. Ela informou que as pessoas não podem ser retiradas à força e que o trabalho é muito delicado. Disse que, na abordagem, as equipes fazem encaminhamentos dos moradores de rua para o abrigo da Assoran, para o Centro Pop ou para as comunidades terapêuticas. Fabiane contou ainda que é feito todo um trabalho de resgate das famílias das pessoas, de ajuda de custos para retornarem às suas cidades, quando são pessoas de fora, e também do resgate da cidadania, no auxílio para a confecção de documentos. Entretanto, informou que muitos não querem ajuda e nesses casos é preciso fazer todo um trabalho para fortalecer o vínculo com o cidadão, que normalmente é muito desconfiado. Dessa forma, consegue-se intervir se-

gundo Fabiane.

Após falar com a reportagem, Fabiane informou que faria, na manhã de hoje (4), nova abordagem no local. Ela também disse que articularia com a equipe do Consultório na Rua, da Secretaria da Saúde, para que também fizessem uma abordagem no local na noite de ontem (3).

PRÉDIO

Sobre a recuperação do prédio histórico, o secretário de Município de Educação, André Lemes, informou que existe um projeto pronto para o restauro. De acordo com ele, o valor da obra é de aproximadamente R\$ 6 milhões. Lemes

informou que já havia financiamento alinhavado com a Petrobras, através da LIC Municipal, e que a obra havia sido liberada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (Iphae). No entanto, disse que com os desdobramentos da operação Lava Jato, o Município acabou perdendo o financiamento da Petrobras. No momento, informou que o Município não tem recursos para recuperar o antigo prédio.

Com relação às pessoas que utilizam o espaço à noite, Lemes informou que foram fechadas portas e aberturas, impedindo o acesso ao prédio. Ele também mencionou que a Guarda Municipal vigia o local para garantir a ordem à noite.



Sem-tetos aproveitaram o tapume para se abrigarem

PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Serviços Urbanos limpa calçada do prédio do antigo Clube Caixeiral

Local continha vestígios de moradores de rua que utilizavam o espaço entre a fachada do prédio e o tapume para passar a noite

TATIANE FERNANDES
tati@jornalagora.com.br

Uma equipe da Secretaria de Município de Controle e Serviços Urbanos (SMCSU) limpou, ontem (5), a calçada do prédio histórico do antigo Clube Caixeiral. O local estava sujo e continha vestígios de moradores de rua que utilizavam o espaço entre a fachada do prédio e o tapume para passar a noite. A reportagem esteve no local na segunda-feira (3) e visualizou itens como peças de roupas, colchão, travesseiros, cobertas, recipientes e outros materiais em péssimo estado, além de muito lixo. O caso havia sido denunciado pela vizinhança, que se sentia incomodada com a situação que, segundo informações, já durava mais de um mês.

Na terça-feira (4), a agente do Serviço Especializado em Abordagem Social da Secretaria de Município de Cidadania e Assistência Social, Fabiane Soares, informou que foi ao local pela manhã e abordou um cidadão em situação de rua



Ontem (5), a calçada foi limpa pela equipe da SMCSU.

que estava dormindo na calçada. Ela contou que sugeriu ao cidadão que procurasse abrigo na Assoran e também que buscasse auxílio no Centro Pop, mas, de acordo com ela, o homem negou a ajuda. Dessa forma, Fabiane disse que solicitou ao morador de rua

que retirasse seus pertences, porque os Serviços Urbanos fariam a limpeza do local.

De acordo com Fabiane, existem em Rio Grande mais de 50 pessoas em situação de rua que não utilizam o abrigo da Assoran. O Serviço Especializado em Abordagem Social

realiza, em parceria com a equipe do Consultório na Rua, um trabalho de resgate dessas pessoas. Ela informou que nas abordagens a tentativa é de encaminhar as pessoas para o abrigo, para o Centro Pop ou para a comunidades terapêuticas. Também é oferecido au-

xílio para confecção de documentos e com relação à compra de passagens para o retorno à cidade de origem, quando a pessoa é de fora. Além disso, as equipes desenvolvem ainda a busca de familiares dessas pessoas, para que retornem para as suas famílias. Entretanto, disse que muitos não querem ajuda e nesses casos o trabalho é muito mais delicado, porque requer a criação de um vínculo para ganhar a confiança das pessoas que, em geral, são muito desconfiadas.

O prédio histórico do antigo clube Caixeiral, situado na rua Marechal Floriano Peixoto nº 458, é datado de 1912 e está praticamente em ruínas. O teto desabou em 2014 e o local está interditado. Segundo informações do secretário de Município de Educação, André Lemes, existe um projeto pronto para o restauro do prédio. No entanto, o orçamento previsto para a obra é de aproximadamente R\$ 6 milhões, e o Executivo não tem recursos para o restauro.

Figura 23: Jornal Agora 06/07/2017

Podemos, então, compreender através da “memória dos locais” que o poder simbólico possui uma força física ou moral, mas ele não tem significação se não for analisado diante do meio social que o propaga. Esse meio caracteriza tal poder, seja ele econômico, político ou sócio-cultural.

O poder simbólico é o resultado do movimento da realidade, e que, de forma integrada, concebe o espaço e os elementos que ali habitam (BOURDIEU, 2007: 8/9), mas essa relação nem sempre é muito clara no mundo social, pois pode parecer conflituosa a um olhar externo, embora para quem a vive ela tenha as suas justificativas para tal aceitação.

O reconhecimento de esse poder simbólico só é concebível quando da identificação dos símbolos, pois são eles que constroem a relação de significação entre dominante e dominado. A representação do indivíduo ou do grupo está em como se mostra o símbolo, e é essa a medida do poder simbólico. Cria-se um choque quando queremos definir o teor da representação, pois existe uma construção de poder que promove a ação de uma pessoa ou grupo e assim se faz representar.

Segundo Jacques Le Goff, “os materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador” (LE GOFF, 2003: 526). Se a memória apodera-se dessas formas, faz desaparecer o quanto estagnamos a sobrevivência das memórias, pois, ao delimitarmos dois pontos distintos, corremos o risco de não aceitarmos as variantes dessas formas.

Mas a forma como se conduzem os documentos é a forma como são ressignificados dentro do seu contexto e, principalmente, fora dele.

Precisamos buscar o entendimento da relação monumento/documento dentro da esfera caixeiral. O que de fato nos provoca a ter um entendimento sobre o que é monumento ou o que é documento (fig. 24)? Existe uma relação de poder entre ambos? Ou é apenas uma materialidade que ainda não foi significada dentro do seu espaço?



Figura 24: Imagem aérea dos fundos do CCRG. Fotógrafo: Marcus Maciel. Data: Março de 2018. Acervo Pessoal: Gianne Zanella Atallah

Passados quatro anos após a queda do telhado, as imagens (fig. 24) mantêm um impacto tão importante como em 2014. Sem intenção direta, contribuímos para uma segregação memorial, o fato de querermos não esquecer, não perder o bem cultural e, ao mesmo tempo, a sociedade como um todo torna-se responsável pela reivindicação silenciosa de uma memória dotada de restos.



Figura 25: Imagem aérea da frente do CC de Rio Grande. Fotógrafo: Marcus Maciel. Data: Março de 2018. Acervo Pessoal: Gianne Zanella Atallah

A pintural mural (fig.26) que está na parede do clube, no salão principal, no andar superior, demonstra o desgaste, o apagamento material, mas não de uma memória, pois ela não se relaciona aos ideais do clube porque como pintura decorativa, ao ser executada, já demonstrava um adorno sem qualquer relação com a memória do local.



Figura 26: Imagem aérea do CCRG. Pintura Mural década de 1980-1990. Fotógrafo: Marcus Maciel. Data: Março de 2018. Acervo Pessoal: Gianne Zanella Atallah

O decreto de nº 15.205, de 24 de Janeiro de 2018, determina o tombamento do prédio do antigo clube caixeiral como patrimônio histórico e cultural do município de Rio Grande. De acordo com o artigo 2º sobre o tombamento, nesse documento fica contemplada a fachada principal no processo de salvaguarda. Assim, não desejamos contestar um procedimento baseado em legislação e laudos técnicos para tal execução, mas esperamos uma reflexão da sociedade quanto a essa medida protetiva, já que o procedimento não acompanha a ação do tempo.

Quando falamos da reflexão social, isso implica o envolvimento da sociedade e o seu entendimento sobre o objeto em estudo, como esse se configura na memória social de uma coletividade, que está acima da memória coletiva do clube e seus frequentadores. É preciso ressignificar como os sentidos da memória reconhecem o objeto dentro do espaço social, o seu valor de memória, e não apenas enquanto espaço físico, e os perigos que essa edificação possa vir a causar aos transeuntes.

Há uma convocação sendo feita pelo clube, pois é preciso ouvir o objeto, a respeito de sua memória histórica, uma memória que não se ajusta ao tempo presente e que se esconde no próprio passado. Se ainda não percebemos, estamos diante de um novo *fechamento de portas* (fig. 27) e isso cabe à memória social dos indivíduos discutirem, refletir o valor de memória a partir do uso e desuso do bem cultural.

É importante relacionar a edificação aos seus bens culturais produzidos, ou seja, o que está por trás das portas. Ambos separadamente promovem uma descontinuidade do processo memorial, seja ele histórico ou social. Além de acervos pessoais e conversas com frequentadores, foi possível analisar documentos encontrados para entendermos o que envolve a esfera do clube e sua trajetória.

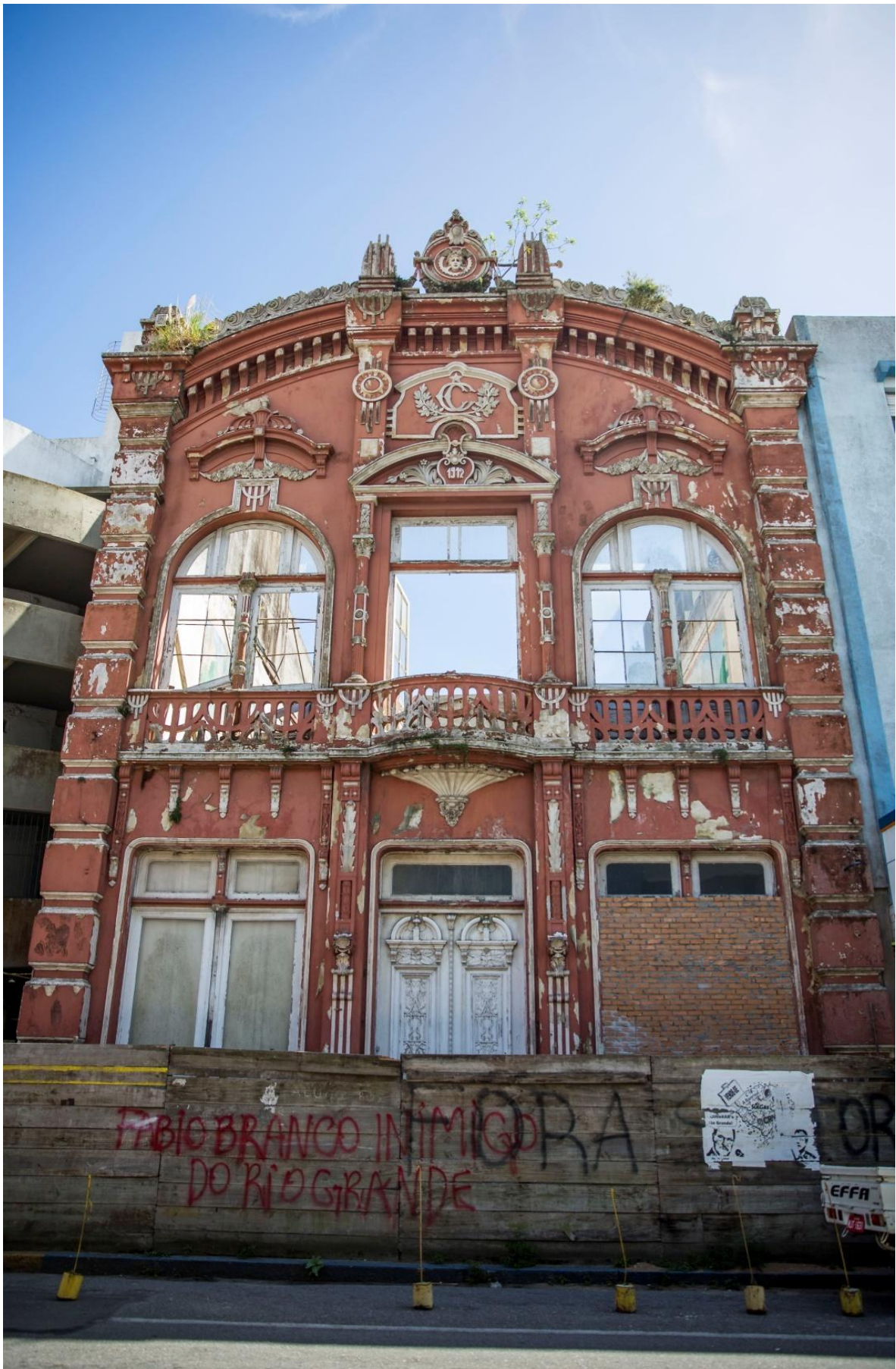


Figura 27: Imagem da fachada principal do CC de Rio Grande. Fotógrafo: Marcus Maciel.
Data: Março de 2018. Acervo Pessoal: Gianne Zanella Atallah

CAPÍTULO 3

DO 1º FECHAMENTO DAS PORTAS (2000)

AO 2º FECHAMENTO DAS PORTAS (1895)

Neste capítulo serão abordados os dois extremos: o *fechamento* das portas no ano 2000 e o *fechamento das portas* em 1895 no CCRG a partir da formação classista, ou seja, veremos quem eram os caixeiros em 1895 diante da formação da categoria e sua evolução, o que sucedeu e como essa categoria foi sendo transmutada, influenciada por novos contextos sociais.

3.1 Do “*fechamento das portas*” ao espaço social

Segundo Bourdieu (2007),

Não é ao acaso que os indivíduos se deslocam no espaço social: por um lado, porque eles estão submetidos [...] às forças que conferem sua estrutura a esse espaço; e, por outro, porque sua inércia própria, ou seja, *suas propriedades*, cuja existência pode ocorrer no estado incorporado, sob a forma de disposições, ou no estado objetivado, por meio de bens, títulos, etc, opõe-se às forças do campo (BOURDIEU, 2007: 104). (grifo do autor)

Esse deslocamento da categoria caixeiral funcionava de maneira interna e externa, de modo que o ponto principal era o aspecto político, internamente pela luta dos anseios da mesma, externamente pelo reconhecimento à causa caixeiral. Em 1895, quando o clube foi fundado, as reivindicações pelo fechamento consolidaram-se pelo espaço de lutas que teriam, ou seja, o reconhecimento da classe pela classe, não mais como “pessoa física”, mas como pessoa jurídica.

O contexto que se apresentava desde os fins do século XIX e principalmente até a primeira metade do século XX era o de uma economia baseada na produção de matérias-primas agropecuárias e a modesta repercussão industrial, devido às poucas mudanças quanto ao nível de produção, ou seja, havia uma carência na modernização industrial.

Entre 1889 e 1930, o comércio gaúcho, varejista ou atacadista, comercializava produtos agrícolas coloniais, produtos da indústria regional ou nacional de bens de consumo e produtos importados que passassem pelos portos de Porto Alegre e Rio Grande. O comércio varejista, advindo dos “armazéns” ou “vendas”, estava nas pequenas cidades e vilas do interior, que eram abastecidos por colonos ou pelos caixeiros viajantes, que dispunham de

produtos importados vindos do comércio atacadista da capital e da cidade portuária de Rio Grande (HERRLEIN JR.; CORAZZA, 2007: 139).

Durante os dez primeiros anos do século XX, Borges de Medeiros instituiu um plano de obras e saneamento em várias cidades e Rio Grande, que se destacava no interior, passou por esses planos, aos moldes positivistas, que desejavam alavancar o Estado, em mudanças estruturais dentro do espaço urbano (SOARES, 2007: 295-6). Apesar de ser uma meta governamental, os caixeiros contribuíram em parte por estas melhorias, pois a categoria instalava-se em cidades de pouca infraestrutura e, como dispunham de muitos deslocamentos, era possível a modernização tornar-se uma reivindicação social.

Percebe-se que a cidade de Rio Grande, nessa fase pós-República, já apontava como uma das cidades do interior mais próspera, e essa situação promovia um cosmopolitismo, ainda que de forma pouco proposital, mas que conduziria a um afloramento cultural. Isso em parte estava ligado à sua situação portuária, apresentando uma importante variação na indústria.

Assim como Porto Alegre e Pelotas, Soares (2007) destaca Rio Grande como uma cidade onde

a vida econômica dependia do patrimônio, das rendas e do consumo da elite de proprietários, dos profissionais liberais, dos grandes comerciantes e dos funcionários, isto é, cidades tipicamente rentistas, onde o mercado consumidor era restrito, porém suntuoso, com um consumo de luxo de produtos importados, o que justificava a importância do setor comercial (SOARES, 2007: 294).

Os caixeiros reconhecidos por sua luta entre meados de 1850-1930 mais intensivamente, conheceram outra realidade, um campo simbólico, como nos ressalta Bourdieu (2007):

Os “sistemas simbólicos”, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentindo imediato do mundo [...] supõe aquilo a que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências (BOURDIEU, 2007: 9)”. (grifo do autor)

A hierarquia tinha dois sentidos: patrão e empregado/ diretoria e sócio, primeiramente, se nos locais de trabalho havia claramente uma relação de submissão patronal, a subjugação do sistema, no salão do clube mantinha uma hierarquia sócio-cultural, já que os cargos ocupados em sua maioria eram pelos donos de casas comerciais. A diferença é que nesses espaços de sociabilidade havia uma aproximação maior entre ambos os grupos, a sociabilidade era uma convivência em prol do fortalecimento e respeitabilidade da categoria, que estava estruturada na hierarquia político social, fundamentando a dominação de classe dentro de uma mesma classe (dominador-dominado).

O CCRG foi fundado em 03 de Maio de 1895²⁷, nasceu republicano e sob os auspícios do positivismo. Sendo assim, nesse desenvolvimento econômico recorrente em Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, podemos observar um distanciamento entre os interesses operários e os caixeiros, como ressalta DUARTE (s/d):

tinham no entanto, consciência de que eram empregados e como tal deviam unir-se. Este é o sentido da frase “um por todos e todos por um”. Porém como membros do corpo comercial, dividiam interesses comuns com seus patrões. Ou seja, as ações das lideranças caixerais eram pautadas não pelo debate em torno de questões de interesse do operariado, mas sim pela busca da ascensão sócio-profissional destes trabalhadores em atividades comerciais e mercantis (DUARTE: s/d, p. 09).

Teve como sócios fundadores Antonio Cintra Junior; João de C. de Freitas; Frutuoso Pêgas; Aristides dos Anjos Sandim; Augusto Alves; Franklin Pêgas; Augusto Murça; Francisco P.G. Cruz; Joaquim P. Barboza; Carlos E. Daniel; João G. Grafulha; Domingos Pereira Teixeira; Albino Vaz Dias²⁸.

Segundo a Coluna Fatos e Coisas de Antanho (1941 apud LEVIEN, 2013: 06) o 1º Presidente foi o Sr. Antonio Carlos da Fonseca e Silva no dia da fundação e após, no dia 05 de Maio de 1895, formou-se uma nova diretoria assim composta: Presidente Amancio Silva; Secretário José Joaquim Gonçalves Barreto; Tesoureiro: Manoel Guedes Ferreira; Comissão para organização do Estatuto: João L. Coelho e Júlio Meireles e Francisco

²⁷Anteriormente a essa data, em Rio Grande, segundo Lourenço (2004), existiu o Club Caixeiral Sul Rio-Grandense (1889-1891). Consta até o momento que foram clubes distintos, mas devido à ausência de registros documentais, não podemos comprovar até a presente data.

²⁸ Relação de Nomes de Sócios fundadores no Estatuto do Clube Caixeiral de Rio Grande de 10/07/1993.

Echegoyen; Comissão para angariar sócios: José Teixeira Marques, Anselmo Garrastazu Jr., João Luiz Monteiro.

A luta pelos anseios de respeito à categoria estabeleceu uma ampla relação através de correspondências intermitentes à Intendência Municipal como forma de reforçar as necessidades trabalhistas da categoria.

Assim, em 19 de setembro de 1895, uma correspondência ao Intendente Municipal de Rio Grande, Sr. Coronel Augusto Álvaro de Carvalho, do então Sr. José Luis Costa Coelho²⁹ por parte do CCRG, evidenciava a insegurança e a insatisfação do poder público, diante da fiscalização do cumprimento da Lei do Fechamento das Portas.

Não tendo esta sociedade pleno conhecimento de certeza de fechamento de portas commerciaes nos ditos feriados de 14 de Julho e 20 de setembro indicados pela tabela de feriados, como estaduais, e tendo mesmo suscitando-se duvidas por parte do commercio, pede a V^aS^a se digne esclarecer se estes dous feriados são incluídos na lei que é obrigatório o fechamento de portas pelos feriados da republica. (Documento Administrativo enviado pelo CCRG à Intendencia Municipal em 21/09/1895)

É importante ressaltar que o CCRG mantinha uma vivência político-social do positivismo a começar pelo calendário republicano e as datas cívicas. A própria data de fundação do Clube (03/05) remetia a uma referência simbólica do Calendário Republicano sugerido pelo Centro Positivista e pela Igreja Positivista do Brasil e adotados pelo governo provisório da República. Nessa data comemorava-se a descoberta do Brasil e não em 22 de Abril (LEAL, 2006: 64-5).

Entre tantas hipóteses abordadas por Leal (2006), marcamos esta:

Os positivistas da IPB [...] somente em 1899, por ocasião dos preparativos para comemorar o quarto centenário da descoberta publicaram um texto explicativo. [...] Para eles, a descoberta se dera realmente em 22 de Abril de 1500, porém por um erro e pelos sentimentos religiosos da época que aceitavam tradições sem questioná-las a data do descobrimento foi associada à festa de Vera Cruz que ocorria em 03 de Maio, fazendo que os portugueses e depois os brasileiros consagrassem essa data como a da descoberta (LEAL, 2006: 86).

²⁹ Primeiro Secretário do Clube Caixeiral de Rio Grande em 1895.

A relação das festas cívicas está associada à pátria, à proteção, ao enaltecimento da nação, no caso do nosso objeto, à categoria como lugar de formação de memórias, e isso se estabiliza com aspectos simbólicos que ressignificam alguns momentos como a imagem a seguir, com a diretoria do clube. O encontro do grupo, onde todos são homens com um mesmo padrão de vestimenta (fig.28), em uma imagem posada, assegura ao Clube o status de extensão do lar para uma sociedade conservadora, onde mesmo a categoria, tendo tido uma trajetória árdua no que concerne à sua afirmação social, conquistava aos poucos o respeito da sociedade. Segundo Batalha (2009),

São trajes usualmente reservados para missas dominicais, para ocasiões mais formais do não trabalho. A maneira como esses trabalhadores se vestem demonstra o quanto a ação política no espaço público, ou seja, no palco privilegiado do teatro político, representa um corte com o cotidiano. Esse vestuário revela também a busca de respeitabilidade, de incorporação a convenções aceitas no espaço político. [...] No seu traje não há afirmação classista; pelo contrário, há a tentativa de incorporação e aceitação de convenções comuns, que estabelecem distinção entre o traje usado para um comício de um político tradicional, para assistir da calçada à passagem de um dignatário estrangeiro, como o Rei da Bélgica, ou aquele envergado na manifestação operária (BATALHA, 2009: 257-258).

É possível observar nas imagens a austeridade da pose, a necessidade de aceitação coletiva e a manutenção de uma respeitabilidade do clube para com a sociedade (fig. 28, fig. 29; fig. 30).



Figura 28: Imagem dos Membros da Diretoria do CCRG. Sentados da Esquerda para a Direita: Srs. Antonio Gomes Farias, João C. de Freitas e Cintra Júnior. Em pé da Direita para a Esquerda: Srs. Luiz Monteiro Jr., Fructuoso Pêgas, Augusto Alves e Franklin Pêgas. Fotógrafo: Carlos Daniel. Data: 28/04/1901. Acervo: Fototeca Municipal Ricardo Giovannini.

Em 1901, ainda havia certo constrangimento pelo não cumprimento da lei de fechamento. Em um primeiro momento o fechamento estabelecido aos domingos e feriados havia sido alterado para a abertura até às 9 horas de domingos e feriados, como forma de fazer a limpeza do ambiente de trabalho durante o verão, já que durante o restante do ano era feito durante o dia e a noite. O desafeto se instaurou devido ao fato de alguns comerciantes manterem as casas comerciais abertas entre 10 e 11 horas da manhã, mantendo vendas escondidas. Essa situação confirmava os dissabores que não eram recentes entre o CCRG e a Sociedade União Varejista de Rio Grande³⁰, por esses últimos descumprirem a legislação municipal imposta excluindo o caixeiro de seus direitos legais, como o descanso semanal³¹.

³⁰A Sociedade União Varejista de Rio Grande foi fundada em 16 de Dezembro de 1888 por um grupo de comerciantes em ascensão, atualmente designa-se Associação Comercial dos Varejistas. Disponível em: <http://riograndevirtual.com.br/entidades/varejistas/index.html>.

³¹ Correspondência ao Intendente Municipal Conrado Miller de Campos enviada pelo Presidente do CCRG Sr. Antonio Cintra Junior em 19/03/1901.



Figura 29: Imagem do Grupo de Associados do CCRG. Data:28/04/1901.
Fotógrafo: Carlos Daniel. Acervo Fototeca Municipal Ricardo Giovannini



Figura 30: O Sr. Marcondes Gaspar de Oliveira e sua esposa pertenciam à Diretoria do Clube. Ano: 1990/1991. Fotógrafo não identificado. Acervo pessoal: Marcelo Degani

Esse modo positivista de pensar encontrou nas ações burguesas, no Brasil entre os séculos XIX e XX, um código de ética social associado a um novo modo de vida. Até então, o cotidiano mais rural do que urbano estava associado ao modelo patriarcal, onde o homem, na figura do pai, dos irmãos e do marido, sobrepunha o seu poder, como forma de proteção sobre as mulheres da casa, bem como a todos os outros indivíduos que estavam dentro

da área residencial. Com o poder burguês ocorreu o fortalecimento do cotidiano urbano e, conseqüentemente, uma nova organização social da família. Essa esteve mais próxima de uma efervescência sociocultural, até então restrita às residências rurais, e houve um contato com o *novo*, que propiciava um conforto em bens de consumo provenientes principalmente da Europa.

Mas esse contato com o moderno não significava mudança nos papéis sociais, pois se até o século XIX a mulher dentro da família tinha um papel mais oprimido pela educação que recebeu, e pelo sistema em que viveu, ou seja, se o pai/marido ou irmãos eram o protetor–dominador, todos os outros indivíduos, empregados (escravos) da casa estavam para servi-la. Esse sistema de comportamento era uma extensão do poder masculino e a mulher fazia parte de um pequeno mundo rural, sem muitas sociabilidades, sem muitos afazeres domésticos, sem muito aprendizado. Tudo era delimitado pelo homem, a partir do momento em que delimitava o seu espaço de poder.

Com a ascensão do poder burguês e da ideologia positivista, a mulher era o símbolo dessa conjunção e as ações da burguesia contestavam um sistema arcaico de organizar a sociedade, no qual o sistema senhorial não se renovou e nem mesmo acabou até, pelo menos, a primeira metade do século XX.

E essa instituição social remete ao homem, à construção do prestígio que, além de ser social, passa a ser político. A burguesia carregava em si uma renovação de um código moral já estabelecido pelo sistema patriarcal, a diferença estava no espaço em que o produziu. Se antes o modo de vida rural era precário na qualidade, o urbano oferecia uma variedade de opções quanto ao conforto, modo esse de vida que fundamentava o poder moral.

A burguesia parecia carregar esse estigma social recorrente desde o século XV aproximadamente, pois a nobreza era definida pelo prestígio social a partir do nascimento e tinha essa necessidade de ser aceita socialmente. Assim, o que vemos é que, enquanto a burguesia cresceu financeiramente e remodelaram os modos de viver, a nobreza perpetuou-se na estabilidade social, ou seja, as portas da sociedade estavam sempre abertas, mesmo que tivessem perdido o status econômico.

Enquanto isso, nos espaços de trabalho eram constantes as reclamações sobre os abusos dos patrões sobre os empregados. A quase nulidade da mulher no espaço público não contribuía para essa questão de

legislação trabalhista. Essa reivindicação repetiu-se por várias oportunidades e tinha o amparo no Código de Posturas, artigo 130, parágrafo §30.

[...] em cumprimento a uma das clausulas que lhe impõem os seus Estatutos qual a de [...] pelo interesse das classes que representa [...] contra um abuso posto em pratica por alguns senhores comerciantes desta cidade, abuso que importa em grave prejuízo da maioria de seus associados e do caixeiro riograndense em geral. Queremos nos referir á já tão debatida questão de fechamento de portas.[...] foi facultado aos Senhores comerciantes locais abrirem os seus estabelecimentos até às 9 horas da manhã aos domingos e dias feriados, para limpeza e arrumações unicamente. Dessa concessão, já um tanto prejudicial à classe caixeiral, tem abusado muitos senhores, comerciantes conservando seus estabelecimentos abertos e negociando nos dias referidos até meio dia, uma hora da tarde [...] importando em grande desrespeito as leis municipais em vigor, é uma extorsão feita à classe caixeiral desta cidade nas poucos poucas horas a que tem direito para dedicar à repouso, passa-tempo ou interesses particulares.³²

A necessidade de reconhecimento e de transparência no que concerne à sua organização ficava clara quando a categoria caixeiral, através de seu presidente e diretoria, cobravam a união, sentimento que deveria movimentar toda a luta do caixeiro, e ainda evidenciavam que a falta de união ofuscava a capacidade da categoria, já que Rio Grande desfrutava de uma posição privilegiada economicamente até 1920. Apostavam nos rapazes que atuavam no comércio como o futuro do ideal caixeiral e condenavam nas entrelinhas outras associações recreativas classistas (BITTENCOURT, 2007) que competiam com o clube caixeiral, tais como: Clube do Comércio (1900), Associação dos Empregados do Comércio (1901) e Sociedade União Comercial dos Varejistas (1888).

No Relatório do Clube, na Gestão de 1903, havia um manuscrito ao final sobre a classe caixeiral em Rio Grande. Aqui o texto permanece na íntegra:

Seja-nos licito dizer algumas palavras sobre este assunto. Ellas obdecem a uma reflexão segura. São dictadas por quem só deseja ver a classe caixeiral unida e forte, para poder ser alguma cousa, e mostrar aos seus collegas do Brazil inteiro que no seu centro existe a sombra de um ideal, um desejo, uma aspiração a realizar. Quem olhar para o meio em que vivemos e onde exercemos a nossa actividade comercial, nota um pacto que pela sua natureza mostra que a nossa classe deixa muito a desejar quanto ao seu espirito de união. O comercio desta cidade é talvez o mais importante do Estado, havendo aqui estabelecimentos que tem empregados

³² Correspondência enviada ao Intendente Municipal, Conrado Miller de Campos pelo Secretário do CCRG, Sr. Gonçalves, em 25 de Junho de 1902.

*intelligentissimos os quaes aliados ao nosso Club, poderiam levari-o avante, pela estrada do progresso, prosseguindo com dedicação esta obra que outro, com muito sacrificio encantavam. Adherem elles à nossa idea? Trasm elles seu elemento intellectual e o concurso proficuo de que tanto necessitam as sociedades para seguirem a vinda do progresso? Nada disso se dá. É com vivo pesar que o dizemos. O Club Caixeiral é uma instituição que deve interessar a todos os empregados do commercio. Estes, deixando lá fora certos exemplos que não tem explicação alguma, e que são unicamente determinados por uma falta orientação, devem vir trabalhar connosco nesta obra que, com grande sacrificio, temos erigido, única e exclusivamente com o desejo de mostrar aos demais Estados da União Brasileira que aqui no Rio Grande existe um Club, o qual, graças aos esforços extraordinarios de uma porta da mocidade do commercio, tem marchado com desassombro o inaudito fazendo em pouco tempo o que muitas sociedades congêneres não têm conseguido fazer em muito tempo, e em outros meios onde existem melhores elementos. O Club Caixeiral do Rio Grande é composto de moços modestos do comercio; e esta qualidade que as características mutem trazido grande sympattia por parte desta culta população, que sabe fazer justiça a quem merece e a quem tem trabalhado com amor por uma causa que defende e por um ideal que procura realisar. Que a classe caixeiral reflexione sobre estas considerações ditadas por quem somente deseja ver o seu engrandecimento*³³.

Ainda em 14 de julho de 1903, foi inaugurado o estandarte do Grêmio Dramático, idealizado pelos Srs. João C. de Freitas e José Luiz Monteiro Jr.

Em julho do mesmo ano, o Sr. João C. de Freitas, então diretor do Jornal a “Lucta”³⁴, exonerou-se do cargo, em virtude de sua transferência para Bagé. A redação do jornal ficou a cargo de uma comissão composta pelos Srs. Germano Berg, Satyro Grafulha, Hugo de Sá Campello, sendo o diretor o presidente do Clube. Foi resolvido que a publicação da “Lucta” se fizesse quando o exigissem os interesses sociais.

Prestavam assistência médica ao clube os Drs. Guahyba Rache e Miró Alves.

Além de seguidas denúncias à Intendência Municipal, o CCRG através de sua Diretoria, no ano de 1906, fez uma denúncia onde citava o nome de alguns comerciantes que infringiam as leis municipais.

³³Relatório da Gestão Social de 1903 do Presidente Antonio Joaquim Ferreira de Campos, apresentado à Assembleia Geral de 24 de Janeiro de 1904.

³⁴O periódico era o instrumento oficial e tinha como objetivo discutir pelos direitos e defesa da classe caixeiral de Rio Grande, além de tratar de assuntos referentes ao Clube. Circulava de 2 em 2 meses, era gratuito para os sócios do clube e uma comissão instituída pela Diretoria era responsável por organizar o periódico (Estatuto do CCRG, 1904, artigos nº 111, 112 e 113).

Como interpretes e legítimos defensores da Classe Caixeiral a que nos orgulhamos a pertencer, vimos respeitosamente perante V.Sa citar os nomes de alguns comerciantes dentre os muitos existentes que conservam abertas à concorrência publica as portas de seus estabelecimentos aos domingos e dias feriados em horas não determinadas em lei. Eil-os Lourenço Bordagorry, João Alt, Norberto Horman, Antonio de Souza Alagano, José Lopes Areias Jr., Luiz G. Bastos e Oscar Asti.³⁵

Ainda nesse documento, o clube salienta que possui testemunhas de sua confiança para caso de necessidade. Em correspondência do dia 27 de Abril de 1906, o clube ainda apontava que os Srs. Lourenço Bordagorry e Luiz G. Bastos e também o Sr. Lino Saraiva de Oliveira, proprietário do Armazém Central, mantinham os devidos estabelecimentos abertos, descumprindo a lei municipal.³⁶

O descumprimento da lei em vários momentos demonstrava a falta de maturidade dos patrões com relação aos empregados. O não cumprimento era muito mais entendido como um jogo de força de uma mesma categoria, mas em posições sociais diferentes. Segundo Bourdieu (2007),

As diferentes classes e fracções de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais (BOURDIEU, 2007: 11).

A classe caixeiral de Rio Grande significou-se em seu sentido real enquanto caixeiros e depois num imaginário, quando demonstrava tentar viver num passado inalcançável, reforçado pelo legado deixado, ou parte dele, e a proposta de um prolongamento do que não existirá mais.

No capítulo posterior a este, pretendemos cotejar lembranças do CC de Rio Grande desde 1895 até seu encerramento de atividades em 2000, tanto de caráter institucional quanto privado de pessoas que frequentavam o clube, mantendo mais do que um contato familiar, ou a extensão do lar, mas um encontro em si mesmo.

³⁵ Correspondência enviada ao Intendente Municipal, Juvenal Octaviano Miller pelo Presidente do CCRG, Sr. Antonio Cintra Junior, em 11 de Abril de 1906.

³⁶ Correspondência enviada ao Intendente Municipal, Juvenal Octaviano Miller em 27 de Abril de 1906.

CAPÍTULO 4
POR TRÁS DAS PORTAS

Neste capítulo, intitulado *Por trás das portas*, pretendemos cotejar lembranças do CCRG desde 1895 até seu encerramento de atividades em 2000. Essas lembranças serão pontuadas como atividades socioculturais, rememoradas através de notícias, relatos pessoais, imagens, documentos, tanto de caráter institucional quanto privado de pessoas que frequentavam o clube, mantendo mais do que um contato familiar, ou a extensão do lar, mas um encontro em si mesmo.

Para isso, pontuamos o capítulo em três partes: a primeira descreve a consagração da categoria em sua sede social, através de ações culturais que reforçavam o papel dos caixeiros na cidade de Rio Grande; a segunda parte ampara-se nas mudanças políticas a partir da Era Vargas, onde o espaço tem a preponderância recreativa sobre a política e, por fim, a terceira parte trata do início do fim, apoiando-se em atividades que possam dar um suporte econômico ao patrimônio adquirido pelo clube ao longo dos anos. Nessas três partes está implícito o papel da memória, ela é a principal propulsora do grupo, a partir do momento em que o interesse em comum reuniu esse grupo, mas também é a problemática a ser questionada, quando esse grupo não se renovou e continua a encerrar pequenos núcleos memoriais.

Até o fim da República Velha, os salões tinham outra configuração social. Segundo Needell (1993),

Dois elementos, portanto, eram comuns aos salões do Segundo Reinado e aos da *Belle Époque* [...]. Em ambas as épocas, o salão era primeiro, um aspecto importante e informal do sistema de poder na estrutura sócio-econômica [...] e, segundo, algo definido e expresso em termos culturais idênticos [...] Evidentemente, este aspecto instrumental aplica-se também ao salão da *Belle Époque*. Na verdade, considerando o crescimento da população da cidade e o ritmo acelerado das mudanças, a importância do salão seria logicamente realçada. Ele ajudou a manter como antes, os relacionamentos convenientemente personalizados. [...] era uma sociedade familiar cujas portas ninguém procurava forçar. [...] Este âmbito restrito, ao lado das instituições aqui discutidas, proporcionava as condições ideais para aquela atmosfera seleta tão útil à condução dos negócios da classe dominante (NEEDELL, 1993: 136-137).

Essa citação que destacamos adaptava-se muito bem ao CCRG até meados de 1930. Veremos o quanto algumas atividades proporcionadas pelo clube aos seus sócios mantinham a recreação social e familiar e, ao mesmo tempo, mantinham uma hierarquia comportamental: as regras do clube e a própria administração estabeleciam uma hierarquia patronal dentro e fora do

clube como forma de fazer permanecer a integridade da luta caixeiral nos espaço de trabalho e no principal ponto de encontro: *o clube*.

A partir dos anos de 1930, com a *Era Vargas*, um novo cenário começa a se delinear. A criação do *Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*³⁷ e do Decreto nº19.770 de 1931, que promulga a *Lei da Sindicalização*³⁸, irão reorganizar a política trabalhista, que até então se configurava com leis que já existiam antes de 1930, mas que, além de não serem cumpridas, não incluíam todas as categorias profissionais, tanto quanto direitos e deveres do trabalhador e patrão. Essas novas expectativas sugestionavam a valorização do trabalhador.

Nesse contexto, o CCRG enfrentou uma situação de transição, assim como tantos outros clubes classistas principalmente, entre a sua formação original e as suas expectativas com relação a novos desafios. Antes de 1930, havia uma busca política enquanto classe e a respeitabilidade pela sua sede, o que demonstrava o equilíbrio diante de uma sociedade em transformação.

Após 1930, o aspecto sócio-cultural comprometia-se pela salvaguarda de uma memória coletiva amparada pelo costume. E o processo de mudança dessa deveria parecer uma continuidade e não uma ruptura. Segundo Hobsbawn (1997),

nas sociedades tradicionais, tem a dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o expresso na história. [...] A decadência do “costume” inevitavelmente modifica a “tradição” à qual ele geralmente está associado (HOBSEBAWN, 1997: 10).

³⁷ **Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio**, criado pelo Presidente Getúlio Vargas, teve como primeiro ministro do Trabalho Lindolfo Collor. A ele coube colocar em andamento um conjunto de medidas destinadas a mudar o padrão das relações de trabalho no país. Partia-se do pressuposto de que apenas com a intervenção direta do poder público seria possível amortecer os conflitos entre capital e trabalho presentes no mundo moderno. (Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial>)

³⁸ **Decreto nº 19.770 de 1931- Lei de Sindicalização**: a nova lei tinha como objetivo geral fazer com que as organizações sindicais de empresários e trabalhadores se voltassem para a sua função precípua de órgãos de colaboração do Estado. A intenção, portanto, era colocar em prática um modelo sindical baseado no ideário do *corporativismo* (Doutrina que propõe a organização da sociedade com base em associações representativas dos interesses e das atividades profissionais, ou corporações. Graças à solidariedade dos interesses concretos e às fórmulas de colaboração daí derivadas, seriam removidos ou neutralizados os elementos de conflito, como a concorrência no plano econômico, à luta de classes no plano social, ou as diferenças ideológicas no plano político). (Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial>)

Entender as atividades que estavam por trás das portas do CC Rio Grande nos permite cotejar o passado e o presente sobre aquilo que era entendido como 'tradição' e que, com o tempo, perdeu elementos que ressignificassem. Essa perda de elementos está em sinais que definem o espaço, as situações, as ligações ao corpo e ao espírito, e está codificada no local, deixando perceber quando o costume não se preparou para o seu próprio entendimento, mesmo ressignificando um passado através de elementos simbólicos.

4.1 A memória por trás das portas - recreação institucional

Ao abrir as portas do Clube, nos deparamos com uma essência simbólica do *corpus* que ali habita e que, ao mesmo tempo, desconhece o tamanho da energia que possui. Assim nos diz Assmann (2011):

A memória não conhece a norma corpulenta e incorruptível da medida temporal cronológica. Pode mover o que há de mais próximo até uma distância indeterminada e trazer o que está distante até muito próximo, às vezes próximo demais. [...] O vínculo peculiar entre proximidade e distância confere aura a esses locais neles se procura um contato direto com o passado. A magia atribuída aos locais da recordação se explica por conta de seu status de zona de contato (ASSMANN, 2011: 359).

A rememoração inicia por um elemento simbólico que transcende a sua utilização material, ou seja, a *escada* sendo um conjunto de degraus que permite o acesso a outro pavimento representou no CC de Rio Grande o vínculo de aproximação entre o eu e o passado vivido, atribuindo um espaço de valor de tempo que não se permite contar dentro de uma memória narrativa, pois seu valor está em o quanto aquilo possibilita sustentar a existência do indivíduo dentro da memória do local, e não tão somente a sua memória em particular. Aqui neste capítulo, assim como no capítulo 2, será percebida a representação memorial que nossos entrevistados demonstram a partir de suas lembranças acerca do clube. Pelos sentidos da memória entendemos como a memória do CCRG se constituiu.

A escada principal do clube causava certo impacto a quem o frequentava: ela dava acesso ao piso superior, onde estava o salão principal e onde ocorria o ponto alto das festas do clube, representava também o espírito

recreativo, já que muitas atividades se desenrolavam nela. Esse espaço social dentro do clube é marcado por várias simbologias no que concerne ao elemento arquitetônico. Mas principalmente entre os séculos XIX e XX, nas residências burguesas, ela significava ascensão social e também os elementos que a adornavam representavam o poder aquisitivo de cada família em suas respectivas classes sociais (FLORA, 2017: 30). No imaginário do indivíduo, ela transparece de maneira mais recreativa. O Sr. Péricles Gonçalves nos fala sobre a relação dele com a escada na infância.

Parecia uma coisa pequena, estão guardadas as proporções, estou fazendo uma analogia. Claro, a criança olha uma porta de dois metros, é uma coisa. O cara com 1,80 olha uma porta dessas... Claro que eu não tenho 1,80, mas não sou mais do mesmo tamanho mesmo sendo baixinho, do tamanho que eu era quando criança. Então aquilo era muito imponente, o caixeiral era muito imponente, aquela escada com os dois braços indo para o lado direito e esquerdo, no primeiro lance ali, e aquela entrada era muito bonita, era muito... E tenho a lembrança lá dos fundos aonde tinha o bar que era tudo em madeira, todas as paredes eram com madeira envernizada, como era muito comum em prédios. O governo do sul era assim³⁹.

O encanto, tanto na infância quanto na adolescência, causava uma emoção muito forte, o sentimento de pertencimento ao local estava nesse trajeto entre a porta principal e o andar superior. A Sra. Berenice nos contou que *“eu gosto de coisa antiga, tinha móveis antigos e a escadaria eu achava maravilhosa. Subir na escadaria era... Eu como guria, eu achava um encanto”*⁴⁰.

Para o Sr. Marcelo Degani, *“A escadaria de acesso ao salão principal era um ponto obrigatório para fotos, principalmente no final dos bailes de carnaval”*⁴¹. (fig. 31).

Os relatos da escadaria apoiam-se na materialidade, as ações do grupo sobre a escada, como descer, subir, sentar, por menos significativas que pareçam. São os sinais que o objeto comporta e são eles que se podem perceber na imagem (fig. 31) em um baile de carnaval da década de 1980. ‘Estar na escada’, remetia à alegria, ao dever cumprido, ao registro do trabalho cumprido para com o clube. Na imagem é possível perceber também que a

³⁹Entrevista realizada em 24/07/2017.

⁴⁰Entrevista realizada em 07/11/2017.

⁴¹Entrevista realizada em 31/07/2017.

ornamentação faz referência à 'boca' humana, órgão que dá acesso à parte interna do corpo.



Figura 31: Os pais do Sr. Marcelo Degani juntamente com a Diretoria do CCRG ao final de um Baile de Carnaval. Data: Década de 1980.

Chegar ao salão principal era a confirmação do *glamour*, o espaço de convivência, o encontro marcado, a música, a conversa, as relações afetivas, o riso, os jantares, as festas temáticas, as pessoas... o desafio social da luta caixeiral.

Mas estar no tempo presente e rememorar as lembranças, segundo Halbwachs (2006), significa que

Podemos *estar* no tempo, no presente, que é uma parte do tempo, e, no entanto não sermos capazes de *pensar* no tempo, de nos transportar pelo pensamento ao passado próximo ou distante. Em outras palavras, da corrente das impressões, é preciso distinguir as correntes do pensamento propriamente dito ou da memória: a primeira está estreitamente ligada ao nosso corpo, não nos fez sair de nós – mas não nos abre nenhuma perspectiva sobre o passado, as segundas têm sua origem e a maior parte de seu curso no pensamento dos grupos diversos aos quais nos ligamos (HALBWACKS, 2006: 155) (Grifo do autor).

Há uma tentativa plena de rememorar as memórias do clube no tempo presente e registrar essa exteriorização nesta pesquisa. Estar no tempo presente não significa que nossos entrevistados desejem expor suas lembranças em sua maior parte, pois, além de a memória ser seletiva, as lembranças constituem códigos de segurança. Se entendermos que as lembranças são parte de um indivíduo, mas que elas retêm informações de outros indivíduos, então analisamos até que ponto essas lembranças podem ou devem ser reveladas. Existe uma consciência de si, mas existe uma consciência sobre o outro.

Os Estatutos de 1904 e 1933 do CCRG organizaram a normativa política e sócio-cultural do clube, mas cabe ressaltar que o Estatuto de 1904 ainda conservava os aspectos da fundação no que concerne à instrução como forma de fortalecer simbolicamente, não a categoria, mas a sua luta, a sua permanência social e a sua aceitação pública. Já o estatuto de 1933 recria uma ligação com um novo período político no Brasil.

Os artigos 135 e 136 do Estatuto de 1904 do CCRG tratavam acerca do emblema do clube. Segundo tais artigos,

“o pavilhão do clube será azul escuro ao centro, em cores amarelas, as iniciais CC, encimadas por uma estrela e, embaixo o emblema da fraternidade usados em dias de festas, festas consagradas pela constituição federal e estadual, funerais e documentos oficiais do clube.” (Estatuto CCRG, 1904: 37).

Abaixo destacamos a utilização do emblema em documentos, sendo que na primeira imagem (fig. 32) consta o símbolo da fraternidade, detalhe que remete à presença positivista na estrutura do clube, diferentemente da segunda (fig. 33), que apresenta um novo traçado e a ausência do símbolo da

fraternidade e que, conseqüentemente, é o atestado de enfraquecimento do positivismo diante de sociedades consideradas tradicionais.



Figura 32: Emblema do CCRG em 1904



Figura 33: Emblema do CCRG em 1925

Em 29 de Maio de 1902, de acordo com a Ata nº 78, e tendo como Presidente o Sr. Pedro Nunes Machado, foi estabelecido que o clube disponibilizasse aulas de música, estando sob a responsabilidade dos Srs. Idiart e Candido Procópio Pereira, e aulas de escrituração mercantil sob a responsabilidade do Sr. Guilherme Rodolpho Emil⁴². Essa ação reforçava o quanto a instrução era importante para os caixeiros na cidade de Rio Grande, ou seja, era o delineamento de uma ação que consolidava a memória do grupo para com a cidade, mostrando que esses trabalhadores tinham uma

⁴²Livro de Atas nº 2 da Diretoria, pg. 18 (verso).

responsabilidade político-social a partir da aprendizagem, e não estavam à mercê apenas do trabalho braçal.

Em 03 de Maio de 1901, o CCRG inaugurou o Grêmio Dramático⁴³, quando então completava seis anos de existência, meio cultural social de luta pelos direitos da categoria. Segundo o Estatuto de 1904, a composição do Grêmio Dramático era de 01(um) diretor, um 01 (ensaiador), 01(um) arquivista e os amadores precisos, sendo que deveriam realizar 06 (seis) saraus, podendo chegar até 09 (nove), se estivessem em comum acordo com a Diretoria. Tais saraus previam auxílio a instituições piás (orfanatos), a famílias sem recursos. Era proibida a realização de qualquer sarau em benefício de qualquer corporação do próprio clube⁴⁴.

O documento de 24 de junho de 1901 do CCRG à Intendência Municipal do mesmo município demonstra a finalidade do Grêmio Dramático, que ia além do entretenimento.

A Directoria deste Club por esquecimento deixou de solicitar de V.S a necessária isenção do imposto sobre o espectáculo hontem realizado pelo Grêmio Dramático neste Club, em beneficio da Viuva D. Candida Castellan. Razão pela qual vimos perante V.Sa e confiado no seu coração generoso solicitar-mos essa dispensa e ao mesmo tempo pedir-vos que nos desculpais n'esta falta que involuntariamente commetemos⁴⁵.

O Grêmio deveria ser composto de sócios do clube, exceto as damas que seriam contratadas pela Diretoria de acordo com a necessidade dos saraus. No caso de falta, o membro externo deveria ser aprovado pela Diretoria.

Além do aspecto de socorro mútuo, o teatro desempenhava um papel mediador acerca do valor da pátria, enaltecendo datas nacionais, tanto nos feriados quanto em significação.

Observamos que as datas de comemoração faziam alusão ao Calendário positivista, entre elas a data da Independência do Brasil e, para isso, o Grêmio Dramático do Clube encarregava-se dessas atividades

Por determinação da Directoria deste Club me é dado a honra de ir a vossa presença convidar-vos para assistir ao espectáculo que em

⁴³Correspondência enviada pelo Sr. João de Freitas, secretário do CCRG, em 25/04/1901.

⁴⁴ Estatuto de 1904 do CCRG: artigos 103,104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, pg. 31-32.

⁴⁵ Correspondência enviada ao Intendente Municipal, Conrado Miller de Campos, pelo Secretário do CCRG Sr. João de Freitas, em 24 de Junho de 1901.

Commemoração a Independência do Brasil. [...] Com o Concurso de nosso Gremio Dramactico, sábado próximo as 8 1/2 horas da noite no Theatro 7 de Setembro.⁴⁶

Temos a subida honra de convidar-nos para assistir ao espectáculo de gala, que em comemoração ao 1º anniversario de nosso Gremio Dramactico, bem como a gloriosa data da descoberta de nossa Pátria, realizará aquelle na noite de 3 de Maio, no Theatro 7 de Setembro.⁴⁷

Essas datas comemorativas inseridas no calendário positivista, criavam uma perspectiva de memória histórica, onde a trajetória do clube mantinha seu alicerce, o nacionalismo enaltecido no espaço social, e ao mesmo tempo a manutenção da memória coletiva do clube, que agregava a sua origem e ao mesmo tempo os valores positivistas: valor a pátria e a família.

No dia 3 de Maio de 1903, foi inaugurada a Banda Musical do Clube Caixeiral que, de acordo com o Estatuto de 1904 do CC Rio Grande, deveria ser composta por um regente e demais músicos. O regente poderia ser sócio ou não do Clube e os demais membros precisavam ser do Clube. As atividades da Banda se restringiam à agenda do Clube ou então a eventos autorizados pela Diretoria⁴⁸. Teve como Maestro Miguel Sarni, era formada por rapazes e o instrumental foi adquirido pela atividade de uma comissão que era formada pelos Srs.: Armando Barlem, Ismael Luiz Christino e Alberto Marinho, sendo entregue em 06 de abril de 1903.

No mesmo ano, entre os dias 11 de outubro e 15 de novembro, através da Diretoria, tendo como Presidente do Clube o Sr. Antonio Joaquim Ferreira de Campos, foi feita uma proposta à ala mais jovem do Clube para a realização de uma *Kermesse*⁴⁹, com o objetivo de angariar fundos para a construção da

⁴⁶Correspondência enviada ao Intendente Municipal, Conrado Miller de Campos pelo Secretário do CCRG, Sr. João de Freitas, em 05 de Setembro de 1901.

⁴⁷ Correspondência enviada ao Intendente Municipal, Conrado Miller de Campos, em 29 de Abril de 1902.

⁴⁸ Estatuto de 1904 CCRG: artigos 101 e 102 pg. 30.

⁴⁹ Ressaltamos que a *Kermesse* possui uma oscilação de informações, ou seja, em alguns Clubes como em Porto Alegre e Pelotas, a mesma apresentava-se como um grupo de mulheres, fossem irmãs, esposas, filhas principalmente de homens, sócios do clube, e esse grupo tinha por objetivo promover atividades para angariar fundos financeiros para o clube. Em Porto Alegre, esse grupo promovia atividades para arrecadar dinheiro e, além de ter uma reserva financeira para o clube, utiliza esse recurso para alforriar escravos. Em Pelotas, esse grupo possuiu um periódico com o nome *Kermesse*, e na Biblioteca Pública Pelotense, encontra-se datado da década de 1930. Em Rio Grande, além do registro do relatório acima citado, não foram encontrados outros registros de atividades, nem mesmo que a *Kermesse* tenha se instaurado como um grupo feminino.

sede própria. De acordo com relatório de atividades do referido Presidente no ano de 1904, consta que

“durante o seu funcionamento (*kermesse*), os salões se achavam repletos do que há de mais selecto na sociedade rio-grandense, transparecendo em todas as fisionomias a satisfação plena por essa festa da mocidade, coroada do melhor êxito possível (Relatório de Atividades do CCRG, 1903: 19).

Aos rapazes⁵⁰ foi encarregada à ornamentação do salão e a construção das “tendas”, para cuja utilização foi realizado um sorteio entre as senhoritas sócias do clube, que seriam as “tendeiras”. Dentre elas destacaram-se: Custódia Barcellos (fig.39), Adalgisa Monteiro, Cândida Soares (fig.35), Esther Roger, Othilia Moraes (fig.40), Emilia Berg (fig. 42), Joaquina Camboim, Arminda Assumpção (fig.37), Julieta Miranda (fig. 46), Marieta Garnier, Helena Miranda (fig.45), Alice Perdigão (fig.41), Joanita Monteiro (fig.44), Isaura Miller (fig.43) Hermínia Alt (fig.34), Marieta Waugham, Rolinha Soares (fig.36), Yantje de Boer (fig. 38), Carmelita Carneiro, Diva Boa Nova e Adylles Carneiro⁵¹.



Figura 34: Imagem da Srta. Hermínia Alt.
Acervo Fototeca Municipal Ricardo Giovannini. Data: 1903

⁵⁰ Os rapazes que se destacaram na *Kermesse* foram: Germano Berg, José de Oliveira Bastos, Adolpho Kiestheman, Carlos Moura Faria, Alberto Coimbra, Pio Alves da Silva, Armando Pinto e José Luiz Monteiro Junior (Relatório de Atividades do CC Rio Grande, 1903: 20).

⁵¹Relatório de Atividades do CCRG, 1903: 19.

Para as moças filhas, irmãs, esposas de sócios, a compostura era comprovada nos salões do CC Rio Grande. As atividades deveriam estar em consonância com a aprovação do clube e de seus sócios, comportamento plenamente normal nos séculos XIX-XX. E no espaço do CCRG, assim como em clubes do mesmo período, era comum a questão simbólica do gênero na conduta do público e do privado.



Figura 35: Imagem da Srta. Cândida Soares
Acervo Fototeca Municipal Ricardo Giovannini. Data: 1903



Figura 36: Imagem da Srta. Rolinha Soares
Acervo Fototeca Municipal Ricardo Giovannini. Data: 1903



Figura 37: Imagem da Srta. Arminda Assumpção.
Acervo *Fototeca Municipal Ricardo Giovannini*. Data: 1903



Figura 38: Imagem da Srta. Yantje de Boer.
Acervo *Fototeca Municipal Ricardo Giovannini*. Data: 1903



Figura 39: Imagem da Srta. Custódia Barcellos
Acervo *Fototeca Municipal Ricardo Giovannini*. Data: 1903



Figura 40: Imagem da Srta. Othilia Moraes
Acervo *Fototeca Municipal Ricardo Giovannini*. Data: 1903



Figura 41: Imagem da Srta. Alice Perdigão
Acervo *Fototeca Municipal Ricardo Giovannini*. Data: 1903



Figura 42: Imagem da Srta. Emilia Berg
Acervo *Fototeca Municipal Ricardo Giovannini*. Data: 1903

Em Rio Grande, analisando-se a ascensão dos clubes classistas e não tão somente a própria categoria em função do prestígio econômico, mas a extensão familiar dos sócios percebe-se que todas as atividades desenvolvidas no cerne do salão do CCRG, no caso a ser discutido, as moças, filhas dos sócios, que representavam as famílias tradicionais daquela coletividade, demonstrando as suas impressões sociais, ou melhor, a construção destas para a sociedade que frequentavam.

Nesse contexto, discutiremos a imagem e seu registro que, segundo MAUAD “dos três momentos da história das imagens de consumo anteriores ao advento da fotografia - idade da madeira (século XIII), idade do metal (século XV), idade da pedra (século XIX), correspondentes respectivamente às técnicas da xilogravura, da água-forte e da litografia” (MAUAD apud A. Gilardi: 1976) vem ao encontro de uma sociedade que carece de informação escrita, seja pela carência de aproximação dos mesmos, ou pela condição social a que estão destinados desde o nascimento, assim a cultura visual passou a estabelecer progressivamente um código simbólico que quando submetido ao registro pode ser manipulado estabelecendo uma relação de poder entre quem retrata e quem é retratado.

A prática fotográfica vislumbrava um ritual, partindo desde o fotógrafo que participaria do processo, até mesmo o modo como portar-se diante da câmera, pois ali estavam sendo representadas formas sociais de comportamento e a situação financeira como forma de estabelecer um status social.

Assim, em Rio Grande, entre tantos fotógrafos que vislumbraram a imagem não só como uma ação profissional, mas como a arte em si, destacamos *Ricardo Giovannini*⁵², que segundo BEAL (2005), ao chegar aqui em Rio Grande no final do século XIX, era caracteristicamente um fotógrafo das famílias mais abastadas, e aqui não foi diferente. Tornou-se um ícone como pessoa e como profissional e mantinha um Estúdio na zona central da

⁵²*Ricardo Giovannini* foi o fotógrafo responsável pelas fotografias que iremos analisar a seguir. Moças, filhas de sócios do CCRG/RS que tiveram as suas imagens captadas em Estúdio. A importância da imagem estaria na lembrança deixada para algum evento ocorrido dentro do próprio espaço. Fotógrafo italiano nascido em 24/07/1853 em Parma na Itália, e que já tinha feito passagem por Porto Alegre, Pelotas e Bagé principalmente, desenvolvendo ampla carreira profissional como pintor, fotógrafo e barítono. Aqui irão desenvolver essas mesmas atividades, produzindo um número significativo de retratos pintados e fotografias feitas em seu Estúdio (BEAL, 2005).

cidade, que atualmente estaria localizado na Rua Marechal Floriano, em Rio Grande.

Ao analisarmos as imagens, percebe-se o seu olhar em um ponto distante, o que transmitia uma sobriedade e retidão, valores importantes advindos da educação recebida. Ela trajava uma roupa com detalhe em renda e vários detalhes com pregas e bordados. Ao fundo percebemos a ausência de um fundo temático. De acordo com Stancik (2011: 10) *“representações através dos quais o retratado mostrava-se não conforme ele “realmente” era, mas tentando satisfazer expectativas não apenas suas, mas dos possíveis destinatários de cópias daquele souvenir cuja troca entre parentes e amigos tornava-se habitual”*.



Figura 43: Imagem da Srta. Isaura Miller.
Acervo *Fototeca Municipal Ricardo Giovannini*. Data: 1903

Isso estabelecia um diálogo simbólico entre quem captava a imagem e quem era registrado, pois havia um ritual de preparo para a produção da imagem: aparência, roupa, postura, a relevância da produção do momento fotográfico, era o desejo de perpetuar uma representação de si mesmo, e ao mesmo tempo a construção de uma memória categorizada, ou seja, a quem lembrar como ser lembrados, desafios de sensações ao olhar a imagem e o

entendimento do papel dessa imagem no contexto coletivo para uma entidade classista.

Percebemos um olhar sério, os cabelos levemente presos e que davam a impressão de movimento. O traje caracterizou-se por uma cor clara com detalhes delicados no peitoral. O fundo, como característica tradicional, apresentou-se escuro. Essa imagem representa a austeridade burguesa, pois tem a predisposição do infinito, da incógnita social, de uma classe social que elaborou uma trama de transitar nas mais diversas camadas sociais, mas sem perder o “status de novos ricos”.



Figura 44: Imagem da Srta. Joanita Monteiro.
Acervo *Fototeca Municipal Ricardo Giovannini*. Data: 1903



Figura 45: Imagem das Srta. Helena Miranda
Acervo Fototeca Municipal Ricardo Giovannini. Data: 1903



Figura 46: Srta. Julieta Miranda
Acervo Fototeca Municipal Ricardo Giovannini. Data: 1903

Desse grupo foram feitos registros fotográficos, como uma lembrança do envolvimento de uma ala jovem e comprometida com o clube. Essas imagens são de moças, filhas e irmãs de sócios do CC de Rio Grande, e tiveram a sua presença captada de modo que demonstrasse uma retidão, o que percebemos nas fotos individuais das mesmas. Não podemos esquecer que, comparadas às outras imagens de gênero, no caso às dos homens, eles são captados em grupo, o que acaba por significar a força de representação dentro de um espaço público-privado. Quanto a mulheres e crianças, as primeiras são captadas mais individualmente e quase sempre em estúdio para não demonstrar uma vivacidade feminina.

Em 1909, de acordo com a Ata nº 14, de 04 de julho de 1909, em sessão ordinária no Clube, através de um ofício da *Sociedade de Instrução e Recreio*⁵³, assinado pelo seu secretário Sr. Accacio Alcântara Filho, que informava que, em Assembleia Geral do dia 13 de Junho, resolveram incorporar o patrimônio da referida sociedade para o CCRG, estabelecendo algumas condições. Essa sociedade mantinha um elo com os princípios do século XIX, período de sua fundação, e não conseguiu manter a sua sociabilidade diante das transformações políticas que vinham ocorrendo no país. O CCRG foi vislumbrado por tal sociedade como um clube em ascensão e que teria as condições adequadas para se estabelecer como um guardião dessas memórias, tanto que nas condições impostas para a passagem do patrimônio, percebe-se uma memória que busca pela sua tradição inventada,

⁵³ A Imperial Sociedade Instrução e Recreio foi fundada em 28/07/1854 e teve suas atividades encerradas em 1909. Era uma sociedade bailante e que tinha por fim a instrução aos sócios (línguas estrangeiras, curso secundário, ginástica, esgrima, dança e música) além de bailes mensais. Aceitava homens e mulheres como sócios, desde que ambos praticassem atividades adequadas ao sexo, oferecidas pela sociedade. Com o advento da República, e um mês após, em 15/12/1889 em Assembleia suprimiu-se a palavra “Imperial”, ficando o nome Sociedade de Instrução e Recreio. Em 1905, após muitas tentativas, a escassa receita acabou por forçar o fechamento do Clube e o seu repasse de todo o patrimônio, assim como os sócios, ao CC de Rio Grande. A. Comemorar todos os anos o aniversário da Sociedade de Instrução e Recreio (28/07/1854) e hastear o pavilhão da mesma sociedade; b. Dar o nome de “Sociedade, instrução e Recreio” ao Salão onde funcionava a Biblioteca do Clube Caixeiral de Rio Grande, colocando na mesma sala uma placa com os dizeres: “Instrução e Recreio – 1854-1909”; c. Manter na mesma sala o nome dos sócios fundadores, beneméritos e já falecidos; d. Os Srs. Coronel Rodrigo Teixeira de Almeida, Arthur Flavio Martins e Barão de Arroio Grande passaram a ser sócios honorários do Club Caixeiral; e. Conservar emoldurado o retrato de D. Pedro II, ex-sócio Protetor da Sociedade de “Instrução e Recreio”, bem como o arquivo da mesma; e. Os sócios da sociedade “Instrução e Recreio” que querem fazer parte ativa do Club Caixeiral serão aceitos sem o pagamento da joia, e de acordo com os Estatutos; e terão a categoria de sócios distintos, estendendo-se este direito aos sócios da Sociedade “Instrução e Recreio” que já fazem parte do “Club Caixeiral”. MONTEIRO, Antenor de Oliveira. Novembro de 1940. p.1-15.

estar em outro espaço físico e, mesmo assim, reinventar locais que rememorem essa coletividade que se intersecciona com outra coletividade.

No dia 14 de Julho de 1912, de acordo com a Ata nº 42 A⁵⁴, foi realizada no Salão Nobre da Intendência Municipal uma sessão solene para a abertura da Exposição Municipal promovida pelo CCRG com o patrocínio da Intendência Municipal e comemorativa à inauguração do Palacete social do CCRG, na Rua Marechal Floriano, nos nº 168 e 172, estando várias autoridades civis e militares presentes, o corpo consular, representantes da imprensa e de diversas associações, a Diretoria do Clube, os membros do Conselho Deliberativo e diversos associados. Entre outras solenidades, ocorreu a Exposição com mostra de produtos comerciais. Cabe ressaltar que, nesse período, Rio Grande desfrutava de uma movimentação comercial importante, juntamente com Pelotas e Porto Alegre.

Essa exposição configura uma narrativa histórica relevante para o CCRG pelo fato de confirmar a importância da categoria diante da sua escolha e atuação profissional, e a maneira como isso interferia na vida particular de cada membro da família. Além disso, o CCRG repetiu por alguns períodos essa atividade. Observamos que nas imagens, crianças (fig. 47, fig. 48) reproduzem de maneira temática algumas atividades comerciais em Rio Grande.

⁵⁴ Idem, pg. 33 (verso) e 34 (frente).



Figura 47: Imagem de Crianças, filhas e filhos de Sócios do Clube, durante a Exposição representando as atividades do Correio. Fotógrafo: Photographia Moderna Francisco Giacobbo. Ano: 1912. Acervo Fototeca Municipal Ricardo Giovannini

Observa-se nas imagens (fig. 47, fig. 48) que a presença infantil remete à extensão do lar e, ao mesmo tempo, à ligação da família com a profissão dos pais. É um encurtamento do elo social, sem perder a clareza de que essa troca de sinais alimenta a produção dos espaços do clube e de casa.



Figura 48: Imagem de Crianças, filhas e filhos de Sócios do Clube, durante a Exposição representando as atividades da cidade. Fotógrafo: Photographia Moderna Francisco Giacobbo. Ano: 1912. Acervo Fototeca Municipal Ricardo Giovannini

O papel da mulher em espaços público-privado é uma recorrência de seus valores e poder aquisitivo. Assim a imagem fotográfica tornou-se documento enquanto registro, e monumento enquanto trunfo de ascensão social, ou seja, na prática, todas as atividades dentro do CCRG registradas pela imagem fotográfica demonstravam a evolução sócioeconômica dos frequentadores e do clube, mas ao mesmo tempo o domínio que a mulher exercia neste espaço público.

Na imagem (fig. 49) de uma festa temática, com um cenário ao fundo em forma de uma casa com janelas, observa-se no interior três mulheres e um homem e no lado externo, nos degraus, cinco meninas, trajando vestido na cor clara, meias, sapatos e enfeite na cabeça no mesmo tom. A análise da imagem mostra a prática do Clube, como extensão do lar. A mulher no papel de esposa, mãe, tia, prima dentro do núcleo casa-família e as meninas sob o controle desse poder simbólico, ocupando um espaço decrescente a frente da casa sob o olhar vigilante da família.



Figura 49: Imagem de Moças, filhas de Sócios do Clube, juntamente com o casal proprietário do comércio em exposição e demais sócias do Clube. Fotógrafo: Photographia Moderna Francisco Giacobbo. Ano: aproximadamente 1930-1940.
Acervo Fototeca Municipal Ricardo Giovannini.

Segundo Ana Maria Mauad,

A pose é o ponto alto da *mise-em-scène* fotográfica no século XIX, pois através dela combinam-se a competência do fotógrafo em

controlar a tecnologia fotográfica, a ideia de performance, ligada ao fato de o cliente assumir uma máscara social, muitas vezes, não lhe competia e à possibilidade de uma nova forma de expressão adequada aos tempos do telégrafo, trem a vapor, enfim, um tempo que tinha como diversão imaginar o futuro (STANCIK apud MAUAD, 2011: 12-13).

Comprovadamente o domínio da relação família-clubes dominava as atividades e ações, pois neste só frequentavam pessoas que desenvolviam a mesma atividade, os “caixeiros”, que com o passar do tempo desfrutavam de uma ascensão social. Desta forma mantinha-se o controle de quem e de onde provinham essas pessoas. Consequentemente a mulher tinha um papel social importante, a ela cabia manter essa integração bem como as atividades ali desenvolvidas.

E quanto a imagem fotográfica, registro permanente e também um poder invisível instalado, pois o registro não era exatamente aquilo a que se propunha, mas estabeleceu um processo de memória.

Essa memória, como construção da ação-reação estabelece dois pontos distintos: o tempo e o imaginário, que tem uma relação de encontro, sem definir limites entre si.

O tempo acerca-se da formação de um espaço construído em etapas, que não são de evolução, mas sim de interação com as mudanças, e de desafios aos conceitos pré-estabelecidos.

A releitura da imagem representa a busca do espaço, o imaginário se estrutura nas recordações vividas, pois enquanto fantasia, irá canalizar a relação direta de atividade ou emoções, que estão conscientes através do que foi vivido, diferentemente da imaginação como fantasma, que se tem como uma fantasia irrealizada, o desejo de ter vivido o momento.



Figura 50 : Imagem da Exposição de 1933. Fotógrafo: não identificado Data:1933

Acervo Fototeca Municipal Ricardo Giovannini



Figura 51: Imagem da Exposição 1934. Fotógrafo: não identificado Ano: 1934

Acervo Fototeca Municipal Ricardo Giovannini

Nos anos de 1930, com a nova visibilidade do Estado – trabalhador é possível perceber as ações de clubes classistas, mais contidas (fig. 50, fig. 51), com um olhar mais profissional do que familiar. A separação da recreação social com relação à recreação institucional começa a acontecer de maneira gradual.

4.2 A memória por trás das portas - A recreação social

As décadas que se sucederam pós 1935-1940 configuraram o clube mais como um espaço recreativo e de encontro de famílias, como sendo uma extensão do lar. Os bailes temáticos e festas tinham por intuito fazer prevalecer um código de comportamento para aqueles que frequentavam o clube. Os anseios da classe caixeiral estavam mais implícitos nas atividades sociais,

como forma de manifesto não só político, mas sociocultural. E assim, famílias que desfrutavam de condições financeiras vantajosas e prestígio profissional e social mantiveram a importância do clube diante da sociedade.

De acordo com Bergson,

o que a vida e a sociedade exigem de cada um de nós é uma atenção constantemente vigilante, a discernir os contornos da situação presente, é também certa elasticidade do corpo e do espírito, que nos dê condições de adaptar-nos a ela. *Tensão e elasticidade*, aí estão duas forças complementares entre si que a vida põe em jogo (BERGSON, 2007: 13) (grifo do autor).

Assim, a memória se mostra em constante vigilância mesmo que esteja retida no espírito, a sua maleabilidade só se revela quando encontra em si mesma o poder simbólico do relembrar. Ela estabelece pontos de referência para manter um encadeamento memorial.

O CCRG mantém pontos de referência a partir de sua herança material, e também através da memória de quem passou por lá como frequentador, funcionário, integrante da diretoria, admirador, entre outros. Segundo Halbwachs (2006),

Se pusermos em primeiro plano os grupos e suas representações, se concebemos o pensamento individual como uma série de pontos de vista sucessivos sobre os pensamentos desses grupos, então compreendemos que possam retroceder no passado mais ou menos segundo a extensão das perspectivas que lhe oferece cada um desses pontos de vista sobre o passado tal como representado nas consciências coletivas de que participa (HALBWACHS, 2006: 155).

A Sra. Ydna Martinez rememora esse passado, ou seja, ela retrocede até o ponto onde as suas lembranças se encontram com o afeto coletivo e, assim, ela dialoga com o passado relatando como iniciou seu contato com o Clube, ainda quando jovem, quando seu pai, o Sr. Mario Correa Álvaro, foi Presidente por várias gestões⁵⁵. *“Então, o papai foi muitos anos presidente do caixeiral, ele gostava muito, o papai era muito de baile, de festa, muito animado, ele procurava esse entusiasmo e passar para o clube⁵⁶.”*

⁵⁵O CCRG, nas primeiras décadas de existência, elegia uma nova diretoria para mandatos de 01 (um ano). A partir dos anos de 1950, esse mandato passou a ter prazo de 02 (dois) anos (Acervo Documental do CC Rio Grande).

⁵⁶Entrevista realizada em 21/10/2017.

Segundo o Sr. Péricles Gonçalves, o Sr. Mario Correa Álvaro foi Presidente,

durante um bom tempo, o caixeiral ele foi presidido por uma pessoa só, no sentido de não haver alternância de poder, a diretoria ficou durante muitos anos na pessoa do senhor Mario Correa Álvaro, que era dono de um cartório aqui na cidade. Quando se fala no nome do Mario Correa Álvaro, se ligava ao caixeiral, quer dizer, eles se misturavam, ele e o caixeiral, porque ele deve ter sido presidente por mais de 20 anos, né? Então esta pessoa se dava bastante com o meu pai, até por conta do meu pai participar dos bailes, como a sociedade de Rio Grande participava, porque o baile do caixeiral era na segunda-feira de carnaval, quando as outras sociedades não davam baile⁵⁷.

Essa introjeção entre o “eu” e o fazer dentro do espaço privado e do público proporciona a confluência de memórias, tanto a individual quanto a coletiva, sendo que a coletiva se sobrepunha às lembranças individuais, à personificação do espaço social, onde essas lembranças foram produzidas, mantendo as outras lembranças produzidas pelos outros círculos sociais em estado de espera.

Na data magna do clube, o Sr. Mario fazia aniversário, segundo a Sra. Ydna Martinez,

[...] 3 de maio, justamente no dia do aniversário do meu pai. Faziam banquetes, eram famosos pelos pratos gostosos e diferentes que apresentavam. O papai não entendia nada de francês, entendia de inglês porque ele trabalhou na Swift, não, no banco inglês, os irmãos dele trabalharam na Swift. Então ele sabia inglês, mas francês ele não sabia, mas eu não sei como ele colocava os nomes no cardápio tudo em francês, [...] tudo em francês. Eram festas muito bonitas e a gente gostava também de festejar (fig. 52)⁵⁸.

⁵⁷Entrevista realizada em 24/07/2017.

⁵⁸Entrevista realizada em 21/10/2017.



Figura 52: Jantar em Comemoração ao Aniversário do CCRG. Ano: década de 1950. Acervo Pessoal da Sra. Ydna Martinez.

De acordo com Ecléa Bosi, “A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos e referência peculiares a esse indivíduo” (BOSI, 1994:17). Assim, a relação com o clube na família da Sra. Ydna a instiga a trabalhar a sua memória, mais do que uma simples lembrança, os seus pontos de referência perduram pelo elo que a família mantinha. Ao escutá-la, foi possível perceber o sentimento de reencontro com a saudade, a importância de recontar um tempo vivido.

Os outros bailes, dos quais eu me lembro, eram assim, no natal e na páscoa. Na páscoa o pai comprava na Leal Santos, uma fábrica que havia aqui muito famosa, comprava latas e latas de bolacha daquela bolacha Maria para a criançada. Então ele distribuía bolachas e guaraná, e houve um ano que ele sorteou coelhinhos vivos para as crianças, era uma festa. [...] E quando era natal (fig.53), ele armava no centro do salão uma grande árvore de natal, eu me lembro de que houve um ano... Que ele sempre festejou o natal na nossa família. Então eu tinha muitos enfeites bonitos que emprestei um dia pra colocar naquela árvore de natal também, como era muito grande não havia enfeite que chegasse... Então eram também muito animados os

bailes de carnaval, de natal. E ele fazia muito baile infantil, no natal e na páscoa⁵⁹.



Figura 53: Jantar de Natal. Data: Década de 1950. Acervo Pessoal da Sra. Ydna Martinez

A Sra. Ydna também nos conta a respeito do carnaval, que, com o passar do tempo, acabou tornando-se umas das festas mais importantes para o clube. Além disso, o carnaval mantinha um ritual em pequenos detalhes que ficam evidentes, como é o caso do confete e da serpentina que o clube distribuía fartamente como símbolo do modo burgês. Ao olhar as fotografias de seu acervo pessoal, ela nos relata:

O Clube Caixeiral de Rio Grande era famoso pelos bailes que dava, eram os de carnaval os mais famosos, então todo mundo no carnaval gostava de correr, os que eram sócios e os que não eram queriam conseguir convites porque eram bailes muito animados. [...] Quando era carnaval, eu sei que ele encomendava de fora da cidade sacos de confete, serpentina, ventarolas de papelão, reco-recos, apitos e tudo aquilo ele distribuía no carnaval. Na segunda feira de carnaval era o ponto alto do carnaval, porque as senhoras iam de vestido de baile, as moças de fantasias, até as senhoras também. Eu digo as senhoras porque geralmente a gente não se fantasia, mas se vestiam de traje de gala e os homens iam de smoking e gravatinha. Era o ponto alto. Não era por isso que não havia entusiasmo. [...] E no

⁵⁹Entrevista realizada em 21/10/2017.

salão do caixeiral, no lado direito e no lado esquerdo uma parte mais alta, feito uma plataforma de madeira, não sei se existe até hoje... Ruiu tudo. [...] Não tem mais vestígios. E ali ficavam mesinhas e as cadeiras, então quem quisesse comprar uma mesa pras festas, ficava na mesa, naquela parte mais alta. Quando chegava o entusiasmo do carnaval, nos bailes, as pessoas dali faziam carnaval atirando serpentina, confete, tocando reco-reco, então era entusiasmado⁶⁰.

A tradição do confete e da serpentina também é relatada pelo Sr. Péricles Gonçalves:

Era um baile (fig.54) com abundância de distribuição de serpentina, confete, o salão ficava com centímetros de confete e era uma coisa muito interessante, era uma coisa bem farta, a distribuição de apito, língua de sogra⁶¹.

Além disso, a memória dos sentidos aqui se caracteriza pelo tato. No relato do Sr. Péricles é possível perceber sua precisão sobre a textura, quando se refere à abundância de confete e de serpentina.



Figura 54: Baile de Carnaval. Data: Década de 1950.
Acervo Fototeca Municipal Ricardo Giovannini

⁶⁰Entrevista realizada em 21/10/2017.

⁶¹Entrevista realizada em 24/07/2017.



Figura 55: O Sr. Mario Álvaro Corrêa e sua esposa trajando roupa de gala. Data: s/d Acervo Pessoal da Sra. Ydna Martinez.

Além disso, o carnaval no CCRG tentava manter uma tradição, onde o ponto alto era o baile de segunda-feira. As vestimentas de gala nos salões preservavam o padrão aristocrático urbano, já que a fantasia remetia à folia de rua e isso só foi sendo aos poucos inserido no clube. As memórias desse baile vão ao encontro das palavras do Sr. Péricles Gonçalves:

Na década de 40, foi à década que meu pai começou a frequentar, os bailes, por exemplo, de carnaval do clube caixeiral eram bailes de meia gala, não poderia entrar com qualquer roupa, tinha que entrar com camisa branca, calça preta e uma faixa na cintura porque era um baile não comum. Inclusive, eu não sei se outra sociedade de Rio Grande exigia esse tipo de vestimenta para um baile de carnaval, já na minha época poderia até entrar fantasiado, eu participei muitas vezes de bailes com máscara, e nesta época, segundo o meu pai, as mulheres iam com vestido condizente, com meia gala e os homens com essa faixa... Eu me lembro de um... está na minha memória

apenas: deles indo para o baile, e o meu pai com uma faixa vermelha na cintura⁶².

Esse ritual que envolvia o carnaval do CCRG com relação à vestimenta era um código que definia um grupo selecionado, aqueles que poderiam manter-se, adquirir um determinado padrão de roupas e estar em um grupo seletivo. O traje de gala define-se para festas superformais, isso demonstrava que o carnaval era reservado, e dentro do clube a importância ao evento era relevante para a manutenção de uma recreação institucional. Mesmo com essa formalidade, entre nossos entrevistados foi possível perceber que o lugar suscitava a alegria e que o divertimento era componente importante que transparecia no sorriso, nas músicas.

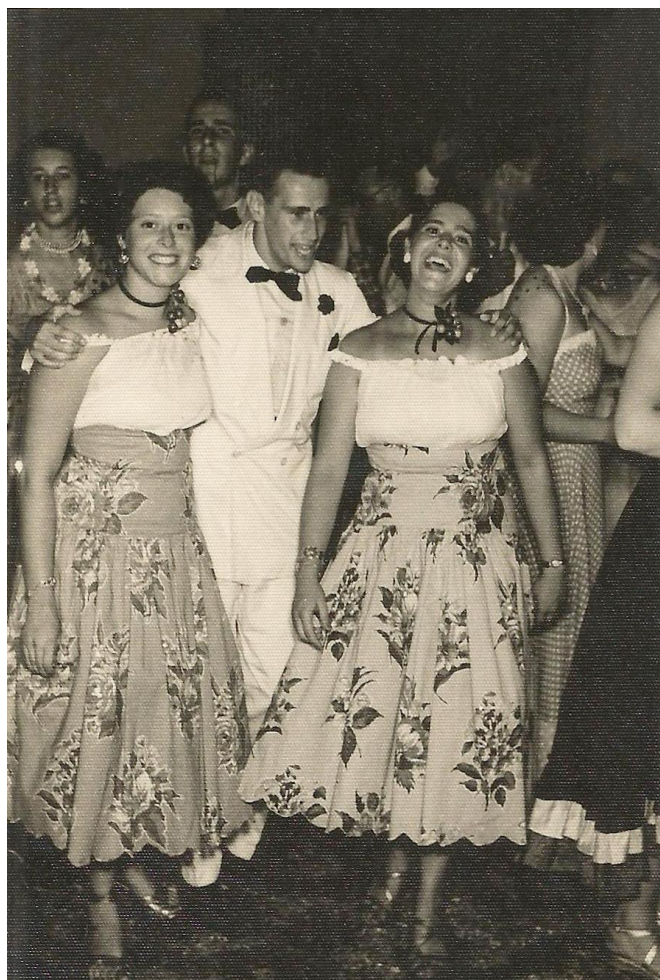


Figura 56: Sra. Ydna Martinez (à esquerda), Ubirajara Martinez (ao centro) e Angela Guimarães.

Data: 23/02/1952. Acervo Pessoal da Sra. Ydna Martinez.

⁶²Entrevista realizada em 24/07/2017.

A alegria era algo contagiante, entusiasmado, como nos relatou a Sra. Ydna. Segundo Bergson (2007),

O riso deve ser alguma coisa desse tipo, uma espécie de *gesto social* (fig. 56). Pelo medo que inspira, o riso reprime as excentricidades, mantém constantemente vigilantes e em contato recíproco certas atividades de ordem acessória correriam o risco de isolar-se e adormecer; flexibiliza enfim tudo o que pode restar de rigidez mecânica na superfície do corpo social (fig.57) (BERGSON, 2007:15).



Figura 57: Sra. Leonor e Sr. Mario Correa Álvaro.
Data: Década de 1950. Acervo Pessoal da Sra. Ydna Martinez.

A organização do clube quanto aos seus eventos é uma demonstração de interesse pelo seu associado, do reconhecimento e, ao mesmo tempo, do cuidado com quem transitava dentro do clube. A seleção musical do baile fazia um apelo à memória musical do clube, as músicas emitiam um código de sinais através das letras lembradas por muito tempo. Segundo o Sr. Péricles Gonçalves:

Eu acho que também faz parte de um contexto, os próprios bailes de carnaval fazem parte de um contexto, os bailes de hoje não são os mesmos, até porque os carnavais de hoje não são mais os mesmos,

nós nos preparávamos para o carnaval (fig. 57), era antecedido inclusive com publicações das músicas que tocariam naquele carnaval, tinham mais ou menos parecido com palavra cruzada, daquele tamanho, os livretos, era *Melodia* o nome do livreto, que traziam as letras do próximo carnaval, e a gente ficava decorando as letras pra poder cantar nos bailes [...] tinha lá o "Índio quer Apito", cada um no seu tempo,"Jardineira", coisas que até hoje a gente lembra. Qual a música do último carnaval? Não teve no último carnaval, não tem mais isso. Então eu acho que é tudo fruto de uma época, não há mais preparação para o carnaval. O carnaval em algumas partes do Brasil são trios elétricos, não tem carnaval. No Cassino, meio que reergueu esse tipo de carnaval popular, que antigamente nossas escolas de samba e as academia: Império Serrano, As Mariquitas, Quebra Osso, Marilu, esse ai desfilava pelo Marechal e atrás tava todo mundo, hoje não, hoje é desfile. O pessoal ficava na arquibancada vendo como se fosse um desfile militar, sem participação. No Rio de Janeiro o pessoal participa um pouco, canta, mas o samba enredo também era antecipado, todo mundo sabe o tema da Portela. Era mais ou menos o acontecia com o povão antes, hoje é só quem vai lá à Sapucaí. E eu tenho a impressão que com o passar do tempo também isso diminuiu, porque há uns anos trás a gente sabia de cor os sambas enredos⁶³.



Figura 58: Imagem do Baile de Carnaval. s/d. Acervo Fototeca Municipal Ricardo Giovannini

Essa ritualização à qual o sócio e o seu espaço eram submetidos fez com que essas lembranças se transformassem em um trabalho da memória, no exercício de recriar cada momento e exteriorizar somente aquilo que pode

⁶³Entrevista realizada em 24/07/2017.

contribuir com a memória coletiva. Existe, ainda que não declaradamente, uma convivência memorial, entre o corpo e o espírito, um lembrar para não esquecer, exteriorizar para não ser esquecido.

Dentre outras festividades, havia as festas temáticas, que remetiam a um encontro onde a garantia de estar no coletivo era a continuidade do espaço privado. Em 1935, encontramos o registro da Festa da Neve (fig.59) e é importante observar que o traje era algo sempre muito importante dentro do espaço do clube.



Figura 59: Imagem da Festa da Neve. Ano: 1935.
Acervo Fototeca Municipal Ricardo Giovannini.

Em 1950, uma das festas mais movimentadas eram as festas juninas (fig. 60), que agregavam a família, o clube e a recreação dentro de um caráter regionalizado.

A importância de manter um calendário tradicional era também uma forma de refletir as vontades dos sócios, mas será que, ao refazermos uma releitura do tempo vivido, conseguimos de fato perceber onde o objeto de

estudo fraqueja diante de sua memória e sucumbe ao esquecimento?
Sabemos o que é o esquecimento?

Buscamos um passado que muitas vezes não vivenciamos, pois essa busca são as nossas inquietações quanto ao presente e não por um tempo vivido. O passado é formado por ciclos temporais, que se entrelaçam entre si até encontrar o presente e esse tornar-se novamente passado.



Figura 60: Imagem da Festa Junina. Aproximadamente década de 1950. Algumas pessoas identificadas da esquerda para a direita: Olenca Miranda Neves, Maria Amelia Rey Barlem, Walter Britto Neves, Geter Oliveira, Cecy Ramos, Antonio Salomão Faria, Sr. e Sra. Machin, Maria Araújo, Tereza, Amadeu, Caroline Costa Miranda, Recaman, Perez.

Acervo Fototeca Municipal Ricardo Giovannini.

4.3 A memória por trás das portas – a resistência

Os anos de 1960 em diante configuram um novo ciclo memorial dentro da memória coletiva do CCRG. O clube já reconhecidamente por sua tradição em bailes de carnaval irá agregar outras atividades visando a outro lado que sempre existiu, mas que agora se tornava um agravante: a sustentação do patrimônio que o clube tinha adquirido ao longo de várias décadas.

A infância e a idade adulta são polaridades específicas de gostos e definição na vida do indivíduo. As lembranças entre ambas as fases demonstram um clube recreativo em busca de manutenção social. As décadas posteriores a 1960 sofriam a grande influência de costumes americanizados enaltecidos pela Guerra Fria, acontecimento que polarizou o mundo em dois blocos, o capitalista e o comunista, pós II Guerra Mundial. Assim, novas propostas de divertimento foram acontecendo. Segundo o Sr. Regys, a sua aproximação para com o clube começou na Infância e ele acabou conhecendo outro ciclo de memória do clube já nas décadas seguintes.

A minha vivência no caixeiral, ela já começou desde a infância, com os bailes infantis de carnaval na década de 60. E isso eu me lembro, tenho na memória, de ter ido aos bailes infantis de carnaval. Lá pela década de 60, eu devia ter uns oito, nove anos. E me lembro, com bastante ou um tanto quanto de clareza, de sair do baile infantil e fazer o meu lanche, não dentro do clube, fazia o meu lanche na praça que fica ao lado. Por que, naquela época, no caso, o carnaval era na Marechal Floriano e a praça já tinha aquela estrutura de banquinhas e de lanches, churrasquinhos, sanduíches. [...] Depois, na década de 70 e 80, com as boates do caixeiral, aí já na fase de adolescência para a fase adulta. Então, na década de 70 e 80, mais ou menos, pelos anos de 78 até 82, mais ou menos, todo o sábado a noite tinha boate do caixeiral, aonde se reunia a garotada toda, tudo nessa faixa etária, 16, 20 anos, 22 anos. Sábado era ponto de encontro, era um dos principais pontos de “curtida”, vamos dizer assim, hoje se fala vamos a uma festa, se ia na boate do caixeiral. Era frequentado por uma classe média, um pouco mais acima, um pouco mais abaixo, e, todo mundo ia se divertir nas boates do caixeiral. Inicialmente, essas boates do caixeiral, elas foram festas no salão principal, lá em cima, então como toda a boate daquela época, era um ambiente escuro, com aquelas luzes, aquele globo que ficava circulando, emitindo luzes ao redor, era som mecânico. E, se passava praticamente a noite inteira, começava a boate lá por umas 23h30min, meia noite, por aí, e ia até umas três, quatro horas da madrugada, essas eram as boates do caixeiral. Inicialmente, foi feito lá no salão principal, mas utilizando todo o andar de cima. A maior parte do tempo que eu frequentei as boates do caixeiral, eu não era sócio. Mas, era comum naquela época, o que a gente dizia naquela época, “a gente furava”, então, furava até mesmo com uma certa permissividade dos porteiros, os porteiros identificavam “não é guri que vai fazer bagunça”. Então, a gente dava um jeito de arrumar uma carteira emprestada ou uma conversa com os porteiros, e entrava. Eu fui ser

sócio do caixeiral, por minha conta, em 82, agosto de 82. A partir daí, como tem na carteirinha (fig.61) ali, que eu fui ser sócio⁶⁴.



Figura 61: Carteirinha de Sócio do CCRG. Acervo Pessoal de Regys Macêdo

De acordo com o Sr. Regys, essa ‘liberdade’ de acesso ao clube demonstrava também o apreço enquanto proteção, extensão familiar, ser conhecido, sendo uma aproximação do coletivo.

Podemos observar que nessa terceira parte, o clube ainda se permite oscilar entre o público e o privado. Ou seja, as regras de conduta que ainda permeiam o espaço público denotam o seu funcionamento como privado. Mas a busca por novos sócios procurava novas atrações. A sociedade dita “tradicional” desejava se “modernizar”, se recontextualizar em um plano de representações culturais, que não colocasse em risco a identidade cultural do clube, onde a sociedade depositava a confiança dos seus no espaço público-privado do clube.

Como nos conta o Sr. Marcelo Degani, filho do Sr. Marcondes Gaspar de Oliveira, Tesoureiro do Clube, o prédio nos anos 80 havia passado por algumas reformas, e assim

aumentava eventos tipos jantares, aluguéis para festas e como era os anos 80 e a moda era boates e discotecas, também o Caixeiral criou a sua chamada de BARZINHO – CANTO QUENTE DO CAIXEIRAL (fig.62). Os eventos sociais aumentavam assim o número de sócios aumentava, mas nessa época se caracterizava como um clube para jovens casais e não para solteiros, pois na época sofria uma grande concorrência do Clube Águia Branca. Também na parte inferior tinha o salão de jogos, que era composto por 2 mesas de bilhar, uma delas era muito antiga, foi restaurada e era disputada entre os jogadores

⁶⁴Entrevista realizada em 22/10/2017.

profissionais. Também tinha mesas de ping-pong e pimbolim que também era muito concorridas. Esse salão de jogos atraía muitos jovens a noite nos dias de semana e eu era um deles⁶⁵.

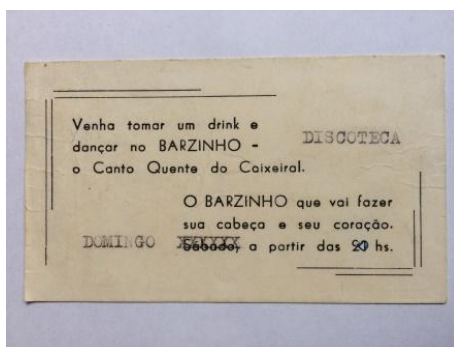


Figura 62: Convite para a Boate do CCRG. Anos de 1980. Acervo Pessoal de Marcelo Degani

Outro evento bastante concorrido no clube era o Concurso Senhorita Caixeiral, segundo conta o Sr. Marcelo Degani.

Como no estado existia diversos clubes caixeirais, ocorria uma vez por ano um concurso de beleza entre todas as entidades, como o clube já estava todo reformado e voltando as suas atividades sociais, em 1982 ocorreu o evento para a escolha Senhorita Caixeiral da cidade de Rio Grande (fig. 63) e em 1983 o clube sediou o evento estadual com a participação dos demais clubes do estado (fig. 64), foi um grande evento para a entidade que estava se reestruturando, sendo na época um sucesso⁶⁶.



Figura 63: Evento para a escolha da Senhorita Caixeiral da cidade de Rio Grande. Data: 1982. Acervo Pessoal do Sr. Marcelo Degani

⁶⁵Entrevista realizada em 31/07/2017.

⁶⁶Idem.



Figura 64: Credencial do Sr. Marcelo Degani no evento da Senhorita Caixeiral RS, sediado no CCRG. Ano: 1983. Acervo Pessoal do Sr. Marcelo Degani.

Mas as problemáticas financeiras eram uma sequência, o que caracterizou uma instabilidade no clube por não conseguir pagar as contas. Então o clube passou a contar com menos sócios e mais ‘padrinhos’, que usavam de seus próprios recursos para ajudar nas promoções sociais do clube. O Sr. Sergio, que foi da Diretoria do CCRG entre as décadas de 80 e 90, relata as promoções e todo o empenho do grupo envolvido para manter o clube.

E as promoções tinham os bailes de carnaval, eu ajudava a fazer as decorações. Sem dinheiro. Todo mundo abnegado, aquela coisa toda. E um dia eu disse, eu vou fazer alguma coisa pra ficar bonito. Eu fiz uma ornamentação, termo meio estranho. Todo com papel higiênico, eu comprei papel higiênico e umas tintas e embebi na tinta, azul, preto, amarelo, verde, tudo que é cor, depois desfie papel crepom, comprava confete, que era caro naquela época e eu fiz. Digo: quanto que vai sair essas coisas? Ai colocamos as coisas lá e no carnaval tinha 3 bailes, 1 adulto e 2 infantis. Inclusive eles desfilavam, concurso de fantasia lotava aqui, ali. Bom, e tinha um evento que era a Senhorita Caixeiral, que era sempre em todas as cidades que tinham Caixeiral nesses eventos, cada um escolhia uma candidata e depois faziam o estadual, Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria, Bagé...⁶⁷

Além disso, a pressão pelo aparecimento de novas casas noturnas, bem como a estética dessas novas casas, sem a necessidade do ‘ser sócio’, pagar mensalidade, demonstrava aos indivíduos certa liberdade civil, a opção de escolha pelo local. Acrescido a isso, essas novas propostas possibilitaram uma descentralização, se instalando em novos bairros da cidade. Apesar de esses novos clubes ofertarem uma nova proposta, eram entidades desconhecidas e o fato de pagar e entrar gerava um desconforto maior ainda. A Sra. Zoraia frequentava o clube aproximadamente na mesma época em que nossos

⁶⁷Entrevista realizada em 13/12/2017.

entrevistados acima participavam do clube em uma posição mais administrativa. Ela relata as suas memórias enquanto sócia.

A gente usava à noite o caixeiral, então naquela época, sim, era onde o pessoal se reunia para as boates, tudo muito tranquilo, não tinha brigas, não tinha nada disso. O que se bebia era hi-fi, cuba libre, gim-tônica. Se ocupava a escada, o pessoal sentava na escada, namorava na janela, debruçada nos parapeitos lá. Era quase todo mundo do mesmo nível, eram grupos e muita gente se conhecia, grupos que se conheciam. Pode ser só de tanto ir ao caixeiral – sempre as mesmas caras - porque todo mundo ia nesses lugares. Aquelas músicas de carnaval que hoje não existem mais, que hoje eles não tocam mais. Pessoal se fantasiava de *palhação*, isso na década de 80, aquelas fantasias também mais antigas. [...] Eu era adolescente. O pessoal costumava ir com aquelas fantasias antigas, as músicas eram as mais antigas, o pessoal se divertia direto, não tinha briga, era realmente um ambiente saudável. Meu pai era muito *durão*, não permitiria de nenhuma forma que eu fosse do tipo: “Ah! Tem um arco-íris...” Ele não deixava ir. Entendeu? Então ele sabia que o caixeiral era uma coisa tipo familiar, era um Clube familiar. E que outras pessoas, de outras famílias, mesmo que a gente fosse uma classe média mais simples, os amigos, ele conhecia os pais e tudo, então ele dizia que lá está tranquilo. Às vezes vinha o meu irmão, às vezes não vinha, mas os nossos grupos eram pessoas saudáveis, a gente não fumava, não usava drogas, se tomava um drink, uma coisa assim e, se dançava a noite toda até acabar mesmo. [...] Todas as boates ficavam lotadas, os bailes de carnaval, ficavam lotadas! A copa estava sempre cheia, tinha bastante gente trabalhando, era um lugar de muito movimento, era o lugar que a gente tinha para ir, realmente por ser o lugar mais saudável, mais familiar. E que as pessoas confiavam, os pais confiavam. [...] É, naquela época ninguém ficava se agarrando, se beijando. O pessoal queria namorar, às vezes ia lá para a beira da janela, lá fora. Não se tinha costume na época, como tem hoje. O pessoal se divertia bastante, claro que se namorava claro que se paquerava, óbvio. Mas não era essa coisa assim quanto hoje⁶⁸.

Nos anos 80, começamos a assistir outro cenário que já vinha desde a década de 1970: o surgimento das Discotecas, influência trazida do exterior e das principais capitais brasileiras. Tal influência chegou à cidade de Rio Grande e acabou interferindo diretamente no CCRG. O Sr. Gelson vivenciou essa mudança frequentando tanto o CCRG quanto outros locais de divertimento.

Ai eu passei a ser sócio e frequentar tanto os bailes quando os snookies pra se jogar, barzinhos, mas isso era mais para os homens. As mulheres usavam mais o salão com os namorados e maridos da época, então assim, que eu me lembre de 78 a 80 foi muito tempo frequentado, muito bom, era um ambiente seletivo, ótimo pra casais. [...] depois de 80 [...], veio as discotecas, aquelas coisas. Arco Iris, boates que abriram por toda a cidade, foi ai que dissipou. E ai não sei

⁶⁸Entrevista realizada em 1º/11/2017.

se ele não acabaram, porque o pessoal acabou indo para outros lugares. [...] O evento Embalos de Sábado à Noite, do filme, quando ele veio pra Rio Grande, naquela época que os filmes passavam no Rio de Janeiro e vinha pra cá seis meses depois. E quando veio pra cá e o pessoal viu o filme, começou a mudar um pouco a visão das pessoas foi divisão de água prá nós, os jovens da época. Ai surgiu o Arco Iris, nos mesmos padrões do filme [...] e dali começaram a surgir outros né? Não tão pomposo que nem o Arco Iris, mas abriram outros menores, barzinhos colocando aquelas coisas que ninguém conhecia, aquela coisa girando com aquela luz, e começou a dividir o pessoal. Surgiu naquela época também os bailes da Furg, era [...], baile da medicina, engenharia... Mas a turma frequentava os seus bailes, então isso também pode ter ajudado a tirar a sociedade. A gente era sócio da sociedade e os outros não havia necessidade, era entrar e pagar uma coisinha na porta, subir e ganhar um *ticzinho* então isso ajudou um pouco também [...]⁶⁹

Mais um ciclo de memória começa a se encerrar, as novas tendências instauram-se com a força de novas perspectivas da sociedade. E diante de um cenário já conhecido pela memória de outros, o Sr. Gelson faz um comparativo com a nova fase que se apresentava.

O que contam os mais velhos, é que era muito bom o caixeiral, o Saca Rolha, praticamente monopolizaram na época, isso nos anos 40/50/60, eram os dois que existiram aqui, eram muito bem frequentados. Mas da minha época acho que foi importante entre aspas, pra cooperar um pouco com a decadência da sociedade, que foi justamente quando começou a existir as discotecas, barzinho... Acabou com a sociedade, eu acho que cada um... [...] Eu era jovem, eu ouvia falar muito do caixeiral, do Saca Rolha e tal. Foi a primeira sociedade que eu fui sócio, eu me sentia orgulhoso por ser sócio, aquilo pra mim era um glamour, eu achava muito legal. O que eu gostava de fazer mesmo era uma época que eu tava começando um relacionamento, eu era apaixonado pela minha namorada, que foi depois minha esposa. Era muito bom [...] naquele lugar, me sentia no auge, ela adorava também estar naquele lugar. Eu achava muito legal, de além de estar em lugar que eu gostava e com a pessoa que eu gostava e a pessoa também gostava daquele lugar, a primeira coisa que eu fazia era entrar e ficar no hall conversando com o pessoal, ou se não subia e outro casal sentava junto com a gente, ficávamos trocando ideia, conversando e tal, mas basicamente era isso. Eu sentia certo orgulho, eu em sentia um guri, pô, eu sou sócio de uma sociedade, que legal. Tinha carteirinha pra entrar, não pagava nada, claro só a sociedade, mas mostrava carteirinha e passava isso durante um tempo, porque os porteiros já nos conheciam e nem precisava, o porteiro às vezes estava na noite quando eu vinha jogar snooker, as opções eram poucos. Basicamente era isso, orgulho de ser sócio, de repente a gente tinha uma ideia que sociedade é uma coisa pra velho, eu era um guri e já era sócio, eu achava legal⁷⁰.

⁶⁹Entrevista realizada em 20/11/2017.

⁷⁰Idem.

Quando ele ressalta a cooperação no processo de decadência, fica evidente que um novo ciclo no clube se aproxima e que a resistência pela perda se tornará mais tarde uma forma de luto memorial.

A Sra. Virgilina conheceu o CCRG a partir do momento em que foi trabalhar lá. Como não era natural de Rio Grande, ela contemplava uma nova situação e em pouco tempo passou a coordenar a programação do CCRG.

E dentre essa programação social que tinha, a gente pode destacar três fundamentais, que eram: organização do carnaval, o carnaval do caixeiral tinha um ritual, que eu vinha a aprender tudo isso, porque não era da cidade, não conhecia; de geralmente contratar a mesma banda, desde que eu entrei no clube até sair, foi sempre a mesma banda que tocou no carnaval; tinham certas músicas que entravam na agenda, que o presidente e a diretoria exigiam que fossem incluídas na programação; e tinha também o famoso filé com fritas, que os sócios mais antigos, senhores, com suas famílias. Enquanto os jovens se divertiam no salão lá em cima, as pessoas de mais idade ficavam lá embaixo e era servido esse filé com fritas, que era tradicional do caixeiral. Outro evento era a escolha da senhorita caixeiral e da cidade, que era bem interessante. Eu me lembro que ao final da minha gestão, no clube era difícil de encontrar moças que quisessem participar do desfile, e depois levar essa senhorita caixeiral eleita em Rio Grande, para concorrer no estado do Rio Grande do Sul. E, tinha a questão do vestido, que o melhor vestido também era muito elogiado. As colunas sociais dos jornais das cidades, sempre traziam à *baila* a festa e destacavam os vestidos das moças, então se tinha um cuidado muito rigoroso com o vestido da moça⁷¹.

O certame da Senhorita Caixeiral ia ao encontro com outros concursos de beleza realizados na época, mas, para ser uma Senhorita Caixeiral, era necessário se encaixar em alguns pré-requisitos, como nos fala a Sra. Virgilina. Ele mantinha um ritual que não competia apenas aos concursos de beleza, mas sim à ritualização da sociedade – clube enquanto lar. Mesmo sendo um espaço público, sua concepção era de privado, ou seja, ali eram definidos regramentos e conduta como forma de proteger aqueles que frequentavam o espaço. O clube cumpria mais do que a sua função política e recreativa, mas sim ética e moral para com a sociedade geral.

Bom, nos termos da época, primeiro ser uma moça de família (fig. 65) e ter desenvoltura, ser bonita e preencher uns requisitos de conhecimentos gerais, ser sócia, filha do sócio. Primeiro requisito era esse, ser filha do sócio, filha do sócio participava. De modo que, ao longo do tempo, essas moças que estariam nessa faixa etária de concorrer à senhorita Caixeiral, como o quadro de sócios diminuía efetivamente as filhas nessa faixa etária para concorrer, ao longo do tempo ia diminuindo. Então, lá pelos anos 90, início de 93, 94, já

⁷¹Entrevista realizada em 26/07/2017.

estava difícil de encontrar sócios que tivessem filhas que quisessem concorrer, que ainda tivessem na faixa etária dos vinte e poucos anos, por aí. [...] Sempre era uma grande preparação, faziam eventos iniciais para se angariar mais fundos da receita do clube, dos associados e dos eventos, faziam mais alguns eventos entre a ala jovem, inclusive, para apresentar essas candidatas, porque eram várias, para que elas se conhecessem, tomassem chá juntas, disfrutassem o ambiente do grupo, toda essa preparação. O vestido, o traje para a festa, era ônus da candidata e de sua família, mas o vestido para concorrer no Estado era ônus do clube, geralmente era vestido muito caro. Então, elas tinham que conhecer bastante o histórico do clube, a vida social, não é? Ser frequentadoras... Preencher um questionário e tirar uma nota mais ou menos interessante. E, se apresentar com desenvoltura, sociabilidade, ser simpática com os associados. Então, tinha um ritual, elas eram apresentadas para os sócios em algumas festas, até chegar o grande dia da escolha e quem escolhia eram os jurados da comunidade. Geralmente, algum expert da área da beleza ou das artes, um jornalista, colunista social, enfim. E, outras autoridades participavam do jantar (fig), depois escolhia-se a senhorita e depois começava o baile. Era o baile da Senhorita Caixeiral, o baile era dela. Então, depois se descia para a secretaria com as planilhas de voto de jurados, eu muito acompanhei isso. Só a diretoria, os jurados não participavam, e, geralmente, o voto final, se houvesse empate, qualquer discordância, o voto de minerva era sempre do presidente do clube. Isso na escolha da Senhorita Caixeiral da cidade de Rio Grande. E, essa moça, ao longo das festividades durante o ano, até passar a faixa para a sucessora, ela tinha que ser efetiva no clube, estar sempre presente⁷².



Figura 65: Certame Senhorita Caixeiral CCRG - Candidatas. Data: Novembro de 1989. Acervo Fototeca Municipal Ricardo Giovannini

⁷²Entrevista realizada em 26/07/2017.



Figura 66: Certame Senhorita Caixeiral CCRG - vista parcial do salão. Data: Novembro de 1989. Acervo Fototeca Municipal Ricardo Giovannini.

As regras de conduta mantinham o clube nos vários concursos de beleza, pois na maioria das vezes as candidatas dali participavam de outros concursos que não só o Senhorita Caixeiral. A manutenção da ordem instaurada mostrava que a referência da perda aproximava-se. A ausência de candidatas que quisessem participar esgotava-se, pelo simples fato de que os sócios que frequentavam, mudavam os seus interesses.

Então em nossa análise desejamos entender qual a memória que reivindicamos? Há uma morte pré-anunciada quando o clube não consegue mais encontrar em si mesmo os referenciais iniciais. Quando Halbwachs (2006) nos fala de memória coletiva e sua duração deixa evidente que a base disso é como o indivíduo conduz a interpretação de suas memórias

[...] se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Dessa massa de lembranças comuns,

umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes. Não é de surpreender que nem todos tirem o mesmo partido do instrumento comum. Quando tentamos explicar essa diversidade, sempre voltamos a uma combinação de influências que são todas de natureza social (HALBWACHS, 2006: 69).

O luto pré-anunciado da memória coletiva nos coloca numa situação de reflexão quanto ao valor do que é entendido como esquecimento, e não pelo simples fato de o objeto ser esquecido, mas também por ele se revelar nas memórias dos que ali frequentaram o clube, como também a continuidade da memória, entendida como pós-memória. Isso significa os restos que ainda se encontram desse objeto, seja a edificação, o legado documental ou a memória dos indivíduos e como eles se inserem nesse contexto, já que há uma acentuação da perda de significado no tempo presente.

CAPÍTULO 5

O ESQUECIMENTO

Neste capítulo, nos propomos a discutir o *esquecimento* e seus desdobramentos a partir do nosso objeto de pesquisa, o CCRG, partindo da justificativa da mesma que foi analisar a gestão da memória social de uma categoria, os caixeiros na cidade de Rio Grande/RS, diante de suas ações, tanto político-econômicas, quanto socioculturais, e como essa memória micro coletiva foi sendo inserida ao processo macro memorial. Essas discussões ampararam-se na delicada relação entre a *memória social/coletiva* e a *memória histórica* já discutida anteriormente, no *capítulo 1*, e, conseqüentemente, no processo de predestinação ao esquecimento e à pós-memória que aqui serão analisados.

Quando nos propomos a apontar a gestão da memória social de uma categoria, ou seja, o que estava por trás das portas do clube, nossa direção estava atrelado a algumas questões principalmente, com o fechamento do clube nos anos 2000, essa falência veio pela questão financeira, mas também moral.

Os processos administrativos seguidos pelos processos judiciais, a situação financeira que já se agravava desde a década de 1970, as mudanças comportamentais na sociedade, sendo as mais destacadas nas décadas de 1930, com a Era Vargas, na década de 1970 com a Ditadura Militar, e as Discotecas nas décadas de 1980 e 1990, e por fim nos anos 2000 as novas tecnologias, essas questões indicavam a memória micro, enquanto contexto local, e macro enquanto contexto estadual e regional.

O fechamento parecia encerrar um ciclo, a memória enquanto lembrança se esquivava para não entrar num processo de amnésia e os vestígios materiais que ainda habitavam o lugar, aguardavam a salvaguarda.

Entre os anos de 2000 e 2009, foram nove anos de espera, de desgaste, pois o tempo não combina com a materialidade que está desprovida de cuidados. Ao ser repassado ao poder público em 2012 foram mais três anos, e atualmente, dezoito anos passados do encerramento das portas, essa memória ainda está em estado de espera. Mas se for olhar para trás, de qual fechamento das portas estamos falando? Em qual momento o sentimento de ausência foi mais latente? Qual fechamento das portas realmente nos interessa? O de 1895? O de 2000? O de 2012? O de 2018?

O de 1895 era pelos ideais trabalhistas, o de 2000, concluímos ser pela falência, o de 2012, por um novo *corpus* que ocuparia o espaço da sede, ou

seja, novas memórias sobrepostas a um passado que reivindicava o próprio passado, em 2018, o prédio que oferta riscos aos transeuntes, foi fechada em uma das janelas laterais (fig. 27), nesse último observou-se que há um novo ciclo de fechamento reiniciando.

O ato de fechamento que sempre se mostrou tão pontual, como então ele dialoga com o passado? Ele pressupõe o fim? Ou ele prolonga a duração do passado? Podemos durante essa pesquisa, desfrutar das memórias de indivíduos que frequentaram o CCRG, como já foi visto nos capítulos anteriores, e ao nos concederem relatos orais sobre as vivências no clube, podemos perceber que há uma convivência memorial, não de indivíduo para indivíduo, mas do indivíduo para o clube, e pelo ato de lembrarem o clube como se ainda frequentassem ele, mesmo tendo o pleno conhecimento da situação em que se encontra o mesmo, nos fez perceber que nossa justificativa inicial de compreensão acerca da memória social do clube, está equivocada.

Alguns sentimentos, como saudade, alegria, cumplicidade os mantém conectados com um tempo em que insistimos em ter a *verdade* sobre, precisamos dela para justificar um passado que nos identifica, mas não nos pertence, pois não devemos esquecer que a *identidade* marca um encontro com o nosso passado (RUTHERFORD, 1990 apud SILVA; HALL; WOODWARD, 2014, p.19), enquanto que a *identificação* é um processo de articulação (HALL, 2014), então estamos em transição entre um e outro.

O grupo de entrevistados, ao relatar suas vivências, reforçava a materialização da memória, o aconchego de lá estar, e a insistência pela permanência de suas lembranças resguardadas naquele tempo.

Além disso, os vestígios memoriais ainda existentes tanto no espaço institucional quanto privado são mantidos pelo afeto, sendo em ambos, esse afeto se mostra de maneira diferente, nos entrevistados, são tratados com zelo, com uma saudade de si mesmo, enquanto que no espaço institucional, ele tem como missão deixar-se recriar um novo sentido de valor, pois ali desfruta do contato com outras memórias e a sua releitura diante do tempo presente é dotada de um coletivo, que não mais o seu de origem.

5.1 Sobre os Conflitos de Memória

Tentar explicar a memória e como ela se cria e recria a partir de seus contextos sociais e seus meios produtores assemelha-se a tentar explicar um labirinto com muitas entradas e saídas. Assim, a partir do nosso objeto de estudo, o CCRG, a reflexão sobre memória social desde sua trajetória, o que parcialmente foi o nesta pesquisa, estabelece alguns pontos de análise: o que sobressai na reivindicação da memória caixeiral? O que é visto – a *sede social*, enquanto *meio de memória*, o *legado material* que está sob guarda de instituições de proteção, que são *lugares de memória*, ou ainda sob a guarda grupo de indivíduos que por ali passaram e retêm na sua memória lembranças acerca do que não está esquecido, mas sim depositado junto a outras memórias que o corpo e o espírito podem abarcar.

São rememoradas a partir do momento em que entram em contato com um código de sinais que estabelece o afeto ou o desafeto pelo clube, onde os sentidos da memória são estimulados para tal.

Outra questão a considerar é: como essa memória do CCRG, ao ser evocada, se potencializa? Pois ao observarmos a trajetória do clube percebemos que a sua resignação o direciona para o esquecimento, que também é um tipo de memória, cuja abstração acentua-se pelo negativismo e pelo luto.

O coletivo se fortalece não só com o rememorar, mas com a aproximação da materialidade que comprova a memória e a patrimonialização desse processo, ou seja, um conhecimento mais específico sobre os elementos ainda existentes e a proposta de um processo de salvaguarda.

Essas rememorações são os próprios conflitos da memória, uma extensão do vazio e, ao mesmo tempo, a presentificação de um passado que necessita manter comprovado pela sua existência e pela significação diante de um contexto social interno e externo. Assim, Halbwachs (2006) nos diz que

Não basta que eu tenha assistido ou participado de uma cena em que havia outros espectadores ou atores para que, mais tarde, quando estes a evocarem à minha frente, quando reconstituírem cada pedaço de sua imagem em meu espírito, esta composição artificial subitamente se anime e assuma figura de coisa viva, e a imagem se transforme em lembranças. [...] o mesmo acontece neste conjunto de testemunhas exteriores a nós, temos de trazer uma espécie de semente da rememoração a este conjunto de testemunhas exteriores

a nós para que ele vire uma consistente massa de lembranças. Ao contrário. Quando uma cena parece não ter deixado nenhum traço em nossa memória, se na ausência dessas testemunhas nos sentimos completamente incapazes de reconstruir qualquer parte dela, os que um dia a descreverem poderão até nos apresentar um quadro muito vivo da cena – mas que não será uma lembrança (HALBWACHS, 2006: 32-33).

Esse estranhamento memorial transita entre a lembrança pessoal e o conhecimento do passado, ou seja, a lembrança de outro não pode ser rememorada por mim, mas de acordo com o nível de conexão que existir entre nós, poderá recriar, através de contextos sociais, uma aproximação entre passados. Caso não tenhamos pertencido ao mesmo grupo de convivência, essa recriação de contextos sociais terá a tarefa de identificar elementos simbólicos que aproximavam a conexão em um mesmo lugar, sem rememoração.

E dentro de um contexto social específico, os grupos que se organizam desfrutam de vários momentos em comum, mas, ao mesmo tempo em que rememoram parcelas específicas do seu grupo, a transição entre os grupos não dá a certeza de continuidade de memórias desse contexto. Essa alternância de comportamento social entre ser passivo e ser ativo, sendo o primeiro um receptor e o segundo um produtor de memórias, vale, ao mesmo tempo, para qualquer indivíduo promover momentos que com o tempo serão recortados. A continuidade vai dissociando-se porque aquele momento vivido não acontecerá novamente, aquele lugar não estará mais do modo que estava quando o fato ocorreu. Assim,

Quando muitas correntes sociais se cruzam e se chocam em nossa consciência, surgem esses estados que chamamos de intuições sensíveis e que tomam a forma de estados individuais porque não estão ligados inteiramente a um e a outro ambiente, e então os relacionamos a nós mesmos. [...] no contraste entre sua vivacidade e a banalidade de impressões ou pensamentos anteriores, na riqueza que eles subitamente desvendam em nosso eu, porque representam uma combinação original de elementos de origens variadas. Também não é menos verdade que esta combinação ou associação se explique pelo encontro, em nós, de correntes que têm uma realidade objetiva fora de nós – nem tanto por nossa espontaneidade interna (HALBWACHS, 2006: 58-59).

As correntes sociais em nosso objeto estão associadas a um espaço temporal de construção do clube (1895) até o seu encerramento de atividades (2000) e se permearam pela passagem de vários ciclos que se formaram por

indivíduos que se qualificaram por sócios ou não sócios, diretoria e funcionários do clube de um modo geral. A proposição de ações e reações que se entrecruzaram ao longo desse período é extensa e complexa dentro do contexto da memória social dos caixerais. Se formos analisar, cada elemento que tenha dado a sua contribuição e, entenda-se, não financeira somente, mas social, veremos que a classe que assumiu uma identidade de clube problematizou em cada indivíduo uma forma de manifestação autobiográfica diante da realidade CCRG.

Para nós, dentre todos os meios que o corpo e o espírito transitam está à referência para uma interação maior e, de modo muito particular, esse corpo é o sujeito, são as percepções, pois, em cada meio que transita, eles criam uma particularidade. Trata-se da relação corpo-objeto, da qual Bergson nos diz que “os objetos que cercam meu corpo refletem a ação possível de meu corpo sobre eles” (BERGSON, 2006:15/16).

Nessa ação corpo-objeto, os sentimentos do lembrar recortam-se à medida que se relacionam com o passado e o ato em si remonta à forma de representação de como o corpo foi no passado e como será no presente. A representação se mostra sobre dois pontos em que a ação armazenou-se na memória.

Esses dois pontos são tratados por Bergson (2006) como o realismo e o idealismo. Pois a partir do momento em que as lembranças tornam-se compartilhadas, seja para um indivíduo, ou para um grupo, a relação entre esses dois pontos fará uma oscilação não premeditada para o presente, a partir do passado vivido. Aquilo que Bergson (2006) nos aponta como realismo e idealismo é definido por ele mesmo como

[...] um conjunto de imagens governadas em suas relações mútuas por leis imutáveis, onde os efeitos permanecem proporcionais às suas causas, e cuja característica é não haver centro, todas as imagens desenvolvendo-se em um mesmo plano que se prolonga indefinidamente (BERGSON, 2006:22).

E quanto ao idealismo,

[...] existem percepções, isto é, sistemas em que estas mesmas imagens estão relacionadas a uma única dentre elas, escalonando-se ao redor dela em planos diferentes e transformando-se em seu conjunto a partir de ligeiras modificações desta imagem central. É dessa percepção que parte o idealista, e no sistema de imagens que

ele se oferece há uma imagem privilegiada, seu corpo, sobre a qual se regulam as outras imagens (BERGSON, 2006:22).

Existe entre o idealismo e o realismo uma visão dualista de recordar a própria memória. O indivíduo, dono de seu corpo e seu espírito, tem num determinado recorte temporal um conjunto de imagens do qual ele, assim como outros, construíram significações a partir de suas ações. Ao perceber que esse conjunto de imagens pode ser apenas imagem num espaço de memória sem intencionalidade definida, captura uma imagem que se rememora com os sentidos, ou seja, ao mesmo tempo em que no conjunto ela pode ser apenas uma partícula de lembrança, ela pode tornar-se o fio condutor da própria trajetória dessa memória. Por isso Bergson (2006) nos diz que “a percepção dispõe do espaço na exata proporção em que a ação dispõe do tempo” (BERGSON, 2006:29).

Por isso, quando Bergson nos afirma que “o corpo, sempre orientado para a ação, tem por função essencial limitar, em vista da ação, a vida do espírito” (BERGSON, 2006: 209), ele nos faz perceber que a vivência externa, onde o corpo está, no presente, não irá rejuvenescer, nem tão pouco terá a mesma essência da agilidade física que teve em outros momentos.

Quanto às recordações, queremos salientar que existe um outro fio tão importante quanto o fio condutor entre o corpo e o espírito, que é o esquecimento. O esquecimento, no nosso entendimento, só é uma ameaça à saúde quando ele degenera fisicamente as funções do corpo, o que não seria o nosso foco de estudo. Ao contrário, o esquecimento é o resultado da seleção que o corpo faz a partir da relação que ele comunga com o espírito, e, na melhor das hipóteses, seria o que o ser vivenciou no momento da ação, mas ele se reflete de maneira inversa. A busca não está em lembrar, mas sim em como lembrar.

O esquecimento é uma representação das percepções sobre o corpo que, num primeiro momento, são realistas e que, com o passar do tempo, tornam-se idealistas. O esquecimento é uma resposta de sobrevivência para o passado. Quando ouvimos algumas pessoas dizerem que se lembram de tais coisas e de outras não, há uma significação nisso, pois “eu idealizo o futuro que quero alimentar”. Lembrar-se de coisas boas não significa esquecer as coisas ruins, mas significa a representação que crio para o mundo que me

observa, para as pessoas que me procuram, para a pesquisa que me busca, o ser que fui um dia.

Mas que fique claro, nessa ação de representação não existe algo premeditado; existe sim a resposta da relação entre corpo e espírito. E nisso se compactuam as palavras de Bergson quando ele nos diz que “o que chamamos ordinariamente um fato não é a realidade tal como apareceria a uma intuição imediata, mas uma adaptação do real aos interesses da prática e às exigências da vida social” (BERGSON, 2006:214).

Evidentemente que a lembrança apresenta-se em nível de significação diferente para cada um dos indivíduos, com a sua própria representação. Não podemos esquecer que nós indivíduos, sem agirmos propositalmente, criamos representações interna e externamente. O nosso olhar sobre nós mesmos, e os padrões recorrentes sobre isso, são simultâneos aos padrões de representatividade que criamos para os outros. O fio condutor para tais intersecções parte da(s) categoria(s) em que estamos inseridos e são o nosso suporte social.

Essa memória, como construção da ação-reação, estabelece dois pontos distintos: o tempo e o imaginário, que têm uma relação de encontro, sem definir limites entre si.

O tempo acerca-se da formação de um espaço construído em etapas, que não são de evolução, mas sim de interação com as mudanças e de desafios aos conceitos pré-estabelecidos.

Enquanto o tempo busca o espaço, o imaginário se estrutura nas recordações vividas, pois, enquanto fantasia, irá canalizar a relação direta de atividade ou emoções, que estão conscientes através do que foi vivido, diferentemente da imaginação como fantasma, que se tem como uma fantasia irrealizada, o desejo de ter vivido o momento.

Destacamos que para as recordações vividas temos no esquecimento um desafio de não deixá-las sucumbir, pois as emoções, mais do que os fatos, serão fortalecidas na existência real de um grupo. Quando este chegar ao último integrante, a memória não acabará junto com ele, pois as lembranças serão sustentadas pelos sentidos, que deverão ser registrados não só através da história oral, mas de outras fontes. Enquanto uma delas ainda existir, as lembranças serão mantidas ‘vivas’, mesmo que com olhares diferentes sobre elas.

Quando Maurice Halbwachs (2006) nos fala em memória coletiva e o tempo, utiliza-se a si como exemplo:

Pode-se dizer que o que rompe a continuidade de minha vida consciente e individual, é a ação que sobre mim exerce, de fora, uma outra consciência, que me impõe uma representação em que está contida (HALBWACHS, 2006:121).

Isso nos reconfigura ao contexto vivido a partir da ação do grupo e da sua posterior fragmentação, que ocorre pela troca de informações temporais, ou seja, a memória reconstitui os sentidos, mas estes não falam por si, falam pela formação e pela inserção do indivíduo no contexto. A memória condiciona-se e limita-se ao poder de se fazer lembrar, como lembrar, e o que deve ser lembrado, muitas vezes pela própria trajetória do indivíduo dentro do contexto em questão.

Aliás, compartilhar não significa necessariamente interagir, pois o compartilhamento recria nossas representações, de acordo com o tempo presente, mas a memória e o imaginário retêm o passado, fazendo esse recorte temporal.

5.2 Os desdobramentos do esquecimento

A memória enfrenta o desafio de suas lembranças, de materializá-las através de sinais, entendidos como imagens, e nos perguntamos até que ponto ela se torna aceitável para o registro. Segundo Gagnebin (2006)

Por que a reflexão sobre a memória utiliza tão frequentemente a imagem – o conceito – de rastro? Porque a memória vive essa tensão entre presença e a ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente. Riqueza da memória, certamente, mas também *fragilidade* da memória e do rastro. Podemos também, observar que o conceito de rastro rege igualmente todo o campo metafórico e semântico da escrita, de Platão a Derrida. Se as “Palavras” só remetem às coisas na medida em que assinalam igualmente sua ausência, tanto mais os signos escritos, essas cópias de cópias como diz Platão, são, poderíamos dizer deste modo, o rastro de uma ausência dupla: da palavra pronunciada (do fonema) e da presença do “objeto real” que ele significa (GAGNEBIN, 2006:44).

A tensão entre presença e ausência, também se justifica pela forma como o discurso é construído e se ele tende a ser social ou histórico, o primeiro privilegia a memória, os interesses dessa, e o segundo privilegia as fontes, aquilo que é percebido por muitos olhares, e acaba perdendo seu poder de negociação com o espaço temporal, ambos procuram uma verdade do passado que parece ser alcançável.

A distância que se promove com essa problemática, entendemos como o esquecimento, uma forma de memória, que enfrenta a problemática do passado, como apontado por Ricoeur (2007):

De fato, o que o esquecimento desperta nessa encruzilhada é a própria aporia, que está na fonte do caráter problemático da representação do passado, a saber, a falta de confiabilidade da memória; o esquecimento é o desafio por excelência oposto à ambição de confiabilidade da memória. Ora, a confiabilidade da lembrança procede do enigma constitutivo de toda a problemática da memória, a saber, a dialética de presença e ausência no âmago da representação do passado, ao que se acrescenta o sentimento de distância próprio à lembrança, diferentemente da ausência simples da imagem, quer esta sirva para descrever ou simular. A problemática do esquecimento, formulada em seu nível de maior profundidade, intervém no ponto mais crítico dessa problemática de presença, de ausência e de distância, no pólo oposto a esse pequeno milagre de memória feliz constituído pelo reconhecimento atual da lembrança passada. É nesse ponto crítico que é proposta a grande bifurcação [...], a saber, a polaridade entre duas grandes figuras do esquecimento profundo, que denomino esquecimento por apagamento dos rastros, e esquecimento de reserva [...] (RICOEUR, 2007: 425).

Entre o esquecimento por apagamento dos rastros, aquele que estamos a observar em nossa pesquisa, a partir do CCRG e sua sede social, onde o tempo não negocia com o corpo – prédio e objetos, e o esquecimento de reserva, nossos entrevistados que mantêm suas lembranças “protegidas” dos usos e abusos da memória.

Mas nesse último, há uma delicada situação que deve ser levada em consideração, o ato de rememorar, excessivamente, no intuito de nada perder, o que é um engano profundo, pois a memória ao fazer a sua seleção, ela acaba por descartar, negar elementos do passado, pode direcionar o indivíduo ao excesso de imaginação, essa rememoração festiva do tempo vivido pode comprometer a veracidade buscada pela memória social.

Analisando o CCRG como um objeto em fase de perda, entendemos que o CCRG é um corpo-objeto (RICOEUR, 2007), a esfera que se produziu a partir

dele, os frequentadores, os bens culturais, entre outros, são o corpo vivido (RICOEUR, 2007). Na tentativa de rememorar esse corpo-objeto, somos apreendidos por ele, pela relação que se estabelece ao misturar as próprias trajetórias, e a relação de poder que se instaura um sobre o outro. Percebemos, assim, a relação entre o indivíduo e o clube, como reconhedores de sua própria memória a partir de um pertencimento instaurado.

A consonância entre corpo vivido e corpo-objeto faz com que o rastro permaneça sempre atualizado no espaço temporal. Ele se confirma pelo simbolismo que estabelece a partir do que assinalamos como ausência, a distância do passado vivido. O tempo presente é um exercício mental de compreender o outro quando o raptamos do seu meio e o aprisionamos em um lugar de memória na tentativa de salvaguardar essa memória. Segundo Gagnebin (2006) sobre a significação do rastro

Rastro que é fruto do acaso, da negligência, às vezes da violência; deixado por um animal que corre ou por um ladrão em fuga, ele denuncia uma presença ausente – sem, no entanto, prejudicar sua legibilidade. Como quem deixa rastros não o faz com intenção de transmissão ou de significação, o decifrar dos rastros também é marcado por essa não-intencionalidade.[...] Rigosamente falando, rastros não são criados – como são outros signos culturais e linguísticos -, mas sim deixados ou esquecidos (GAGNEBIN 2006:113)

Há uma ansiedade memorial em não esquecer e, ao mesmo tempo, em contribuir para que isso ocorra aceleradamente, pois a perda é configurada de impacto diante do acontecido e a trajetória que o corpo-objeto enfrentou até chegar àquele momento foi sucumbida pela falta de releitura sobre esse processo.

Essa presença da ausência comprova que somos dotados de confiança na materialidade. O CCRG está fisicamente representado por sua sede social, pois cabe ressaltar que esta pesquisa entendeu que a categoria caixeiral é antes de tudo reconhecida em primeiro plano pela sede social e não pelos ideais e feitos que a concebesse até ali. Assim, essa materialidade que ali insiste na sua permanência, ou melhor, resiste, e que comprova o presente e as ações que se desenvolvem em prol do corpo-objeto é que mantém a necessidade de lembrar e não rememorar. Essa problemática leva a considerar o uso e os abusos do esquecimento (RICOEUR, 2007)

Por que os abusos da memória são, de saída, abusos do esquecimento? Nossa explicação [...] por causa da função mediadora da narrativa, os abusos de memória tornam-se abusos do esquecimento. De fato, antes do abuso, há o uso, a saber, o caráter inelutavelmente seletivo da narrativa. Assim como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo. A ideia de narração exaustiva é uma ideia performativamente impossível. A narrativa comporta necessariamente uma dimensão seletiva (RICOEUR, 2007:455).

Estamos em contante processo de novas narrativas, as já existentes não sobrepõem as antigas, apenas negociam um lugar na memória. Essa seleção da narrativa nos leva a crer que o esquecimento se pauta naquilo que se torna um sinal dentro de um código pessoal, ou seja, ao narrar já codificamos o afeto ou o desafeto pelo corpo-objeto e, ao adquirir essa forma, acaba por se tornar uma reivindicação.

Entender o esquecimento, quando ele próprio se contradiz, pelo seu significado mais simples que é “a falta de memória”, e essa falta que na realidade não se concretiza de fato, pois percebemos ao longo da pesquisa que na realidade o esquecimento envelheceu, não foi subjugado, ele não acompanha a austeridade do presente, porque ele não é presente, ele está para o presente, assim como o passado está para o futuro: incógnito, ausente de contextualização e não de significação.

5.3 Pós-Memória

O conceito de *pós-memória* vem há um tempo sendo pesquisado, junto aos estudos de memória, e apresenta certa complexidade pela sua aplicabilidade social.

Marianne Hirsch (2014), uma pesquisadora radicada nos Estados Unidos, define a pós-memória como “a relação que a geração posterior é sucumbida ao trauma pessoal, coletivo e cultural daqueles que vivenciaram as experiências anteriormente, ou seja, não estão na busca por reivindicar uma identidade, e sim em como transferí-la, e a abrangência desse processo” (tradução literal)

Entender o processo de existência do CCRG ampara-se no seu significado puro e simples no tempo presente, ou seja, ele está para uma presença que não ocorreu de fato, ou essa presença existe, mas não conversa

com o presente. Segundo Santos (2012), “conceitos como os de trauma e *pós-memória* têm sido cada vez mais trabalhados, indicando que há traços do passado que não chegam ao presente e outros que, embora presentes encontram-se destituídos de significado” (SANTOS, 2012: 13). Podemos observar que de fato os rastros são compartilhados com a sociedade, as implicações estão na forma como são construídas as narrativas. Para Hirsch (1997),

o termo reflete uma oscilação inquietante entre continuidade e cisão, sendo observado nos mecanismos de transmissão de memória aos descendentes de vítimas de grandes eventos traumáticos: trata-se de rememorar/conectar a lembrança de gerações anteriores num processo de memória de ligação (HIRSCH apud ARAUJO, 2012:53).

O agravante pela não reinvidicação de uma identidade, é que isso pré-anuncia a morte da memória coletiva, pois enquanto houver um indivíduo ou objeto que possa rememorar a coletividade (Halbwachs, 2006), estamos assegurados da permanência dessa identidade, da existência dela, mas não de seu entendimento.

O fato de não ser reivindicada como no caso do CCRG, nos parece, que o objeto está ali, porque o tempo age sobre ele, e o desgaste será algo natural, ressaltamos que isso que acamos de nos referir, serve tanto para o prédio, quanto para os relatos orais, assim como as fontes documentais.

Essa ligação deseja conectar grupos que não viveram o momento em um corpo-objeto, mas solidarizam-se com a sua resistência, entendendo os rastros como uma continuidade. Segundo Nora (1993),

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória (NORA, 1993: 01).

Equivocadamente, acabamos por ter os lugares de memória como neutralizadores da perda, temos o estigma de que não são espontâneos, como luto, que significa a relação da perda de algo, e a exetriorização dessa perda até que ela se torne resignada e contida. Enquanto que os meios de memória são o “*objeto e a sua produção simbólica diante do desequilíbrio, o fim do ciclo*”

memorial, a ruptura consigo mesmo, acaba por fortalecer o não entendimento do fim dos meios de memória”.

O entendimento sobre os meios de memória, nos leva a entender o processo que nosso objeto de pesquisa está submetido. A sua atual situação, num primeiro momento pode nos parecer uma desintegração material, tanto do prédio, quanto de documentos e objetos que lá existiam. Mas no momento presente, aquele indivíduo que se coloca como observador/investigador da memória passada que ali existiu, depara-se com um contexto em que o seu referencial de partida não será o início de tudo, como a data de fundação do clube, ou o aparecimento da classe caixeiral na cidade de Rio Grande. Para esse indivíduo, o início para o seu entendimento, será a partir do desequilíbrio temporal existente na vida do objeto em si, a ruína, o resto, pois esses enquanto ali existentes, são produtores de memórias.

A partir dessa conexão, o indivíduo passa a elencar o seu referencial, e a produção de narrativas que recontam o passado vivido num instante atrás, e que colabora diretamente para o distanciamento do fim de uma memória coletiva.

O desafio das narrativas produzidas a partir de um passado desconhecido, é que essas devem ser um elo de ligação, entre o que está presente, e o que foi em algum momento, e não que ambas sejam independentes sem qualquer diálogo, pois segundo Nora, se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história (NORA, 1993:02).

Esse sentimento de perda que ronda a memória é possível perceber nas palavras do Sr. Regys.

[...] o meu sentimento quando eu entrei lá, realmente é um sentimento de pesar. Sentimento para quem frequentou, eu não digo nos melhores momentos do clube, mas em um bom momento, bom momento para a nossa época como juventude e um bom momento pessoal para mim. Eu gostava de frequentar ali, namoradas tive ali, danças, essas coisas todas. E, olhar um clube como mostra nas fotos, com uma deterioração, as coisas abandonadas, jogadas, as fotos mostram muito bem isso. É muito triste! Porque tu chegar em um ambiente que tu frequentou, tinha vida, tinha música, tinha juventude, e entrar naquilo ali, uma penumbra! Uma falta de luz, as vezes, em alguns momentos, tendo que pular obstáculos para passar de um lado para o outro, é um sentimento muito ruim que se tem. E o terceiro momento talvez seja o pior, que agora tu vê que caiu o teto, praticamente se perde as esperanças de que ele possa ser

restaurado, dificilmente vai ser conseguir que se assemelhe aquilo que era. Então, não existe outro sentimento que não de tristeza⁷³

Os obstáculos, segundo o Sr. Regys, de transitar dentro do clube, significam muito mais do a materialidade em decomposição, e sim, o não reconhecimento de um espaço em que foi tão importante para ele, com sentimentos positivos, e que agora se dissipam, com a negação, tristeza, e necessidade de estender o fim, pois o registro de imagens feitos por ele, refletem, essa necessidade de que precisamos ressignificar os rastros através de imagens.

Os testemunhos ouvidos durante esta pesquisa percebem o sentimento de luto memorial. Alguém em algum momento presenciou determinado fato e faz com que outro ou um grupo vivam esse luto pelas narrativas que elaboram.

O Sr. Marcelo Degani aponta outro sentimento dotado de luto, “*duas palavras resumem tudo, a primeira é SAUDADES daquela época que eu vivi com a minha família no Clube Caixeiral e a segunda é TRISTEZA de ver como esse grande Clube está hoje*” (palavras em maiúsculo, forma definidas pelo próprio depoente)⁷⁴.

Dois sentimentos que denotam o luto, a perda do tempo vivido no passado e no passado-presente não encontra o significado mais por si só, assim reforçamos, o que foi trantado anteriormente, os conflitos sobre o entendimento entre *identidade e identificação*, pois ele não terá mais em algum momento, o encontro com o passado, não há chance de reviver o tempo vivido, nem mesmo por suas lembranças.

A articulação com o passado é o que a pós-memória tenta nos aproximar, pois entre a ruptura e a continuidade desse processo, está à inquietação de como isso será transmitido. A resistência a essa articulação, denota que o trauma da perda nos torna estático a essa situação. Segundo POLLAK (1989),

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resisitência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamete às lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989:05).

⁷³Entrevista realizada em 22/10/2017 .

⁷⁴Entrevista realizada em 31/07/2017.

O tempo presente tem uma necessidade de agarrar-se ao passado, e é impotente diante dessa situação. Buscar uma veracidade, que é formada por várias verdades, não autentica o passado e a sua existência diante disso.

Huysssem (2000) utiliza a expressão “emergência da memória”, o estado crítico em que ela encontra-se, suscita a um cuidadoso tratamento, pois o tempo presente está em uma unidade de tratamento intensivo, os indivíduos estão em desencontro, no que anseiam para uma memória coletiva. Percebemos isso nas palavras do Sr. Gelson.

Ali é somente a fachada porque o resto lá dentro não tem como, não tem como, infelizmente o caixeiral vai desaparecer, não se no futuro construirão alguma coisa, mas não o caixeiral. Porque não vai ter mais ninguém pra lutar por ele, alguém que diga não eu quero que se mantenha o caixeiral, que se mantenha o caixeiral, seja caixeiral. Os que tinham né faleceram, pessoas dos anos 80 já eram de idade⁷⁵.

A decepção com a existência do que ainda narra a trajetória do CCRG, e sob o seu olhar, o prédio mantém o valor simbólico, tudo ali aconteceu. E quando não existir mais uma coletividade que se interesse pelo objeto, o que será lembrado?

Devemos nos debruçar, muito mais em como essa transmissão está sendo feita, partindo do pressuposto que sem o registro, essa trajetória sucumbe a nulidade.

O CCRG está entre o esquecimento e a pós-memória, estamos vivenciando o a perda, o trauma, e observamos os dois grupos, os que vivenciaram, e os que não vivenciaram, são apenas observadores e negociadores da ruptura.

⁷⁵Entrevista realizada em 20/11/2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizarmos este estudo para esta fase do doutoramento, queremos apontar algumas constatações que, no decorrer, apresentaram-se de forma que a pesquisa não está em si mesma, como ciclo que se fecha. Portanto, não há teorias conceituais encerradas, muito pelo contrário, devem ser estudadas e cotejadas com outras produções acadêmicas, acervos documentais e relatos orais.

Ao iniciarmos essa pesquisa, nos deparamos com um índice baixo de produção acadêmica, especificamente acerca dos clubes caixeirais, tanto no Brasil, quanto no Rio Grande do Sul. O fato ao que nos referimos é que a produção existente tem uma linha definida mais pela memória histórica do que pela memória social, o que acaba por preterir o reconhecimento da sociedade com relação ao valor de memória da categoria caixeiral e, conseqüentemente, a importância de sua trajetória dentro de um contexto urbano.

Assim, ao buscar as fontes, o processo de seleção também encontrou um desafio comum, a ausência de fontes documentais do CCRG, bem como fontes orais que estavam retidas no tempo. O desafio das entrevistas esteve na expressão da memória social retida no tempo e em si mesma.

Além disso, a própria situação dos clubes caixeirais no Rio Grande do Sul, onde foram parcialmente investigados aqueles que ainda mantêm o funcionamento, enfrenta uma situação de desgaste e de pouca comoção social, o que não está tão distante do nosso objeto de estudo. É importante ressaltar que alguns clubes no Rio Grande do Sul agregaram-se a outros clubes em suas cidades como forma de resguardar a memória de uma coletividade.

No que concerne ao nosso objeto de pesquisa, o CCRG, vislumbramos uma situação de ausência, de perda, de luto e de falta de diálogo com o próprio objeto. A compreensão de valor memorial está muito mais atrelada à presença do prédio, porque ali está o perigo do desgaste material, mas implicitamente está a reivindicação do próprio objeto. Assim, essencialmente o valor da entidade classista, os caixeiros, o seu envolvimento com a cidade de Rio Grande, atuando diretamente no comércio local, regional e nacional, ficou em segundo plano.

Com a mudança nos anos de 1930, com a Era Vargas, o entendimento que nos cerca sobre a memória histórica do grupo concentra-se no papel do Estado, como o principal centralizador das ações político-econômicas. Observamos, então, que, para as sociedades mutualistas de um modo geral, era preciso inovar, sem perder a tradição no seu espaço social. No CCRG não foi diferente, a projeção que o clube adquiriu a partir do incentivo aos bailes de carnaval, além de outras festas temáticas oferecidas a seus sócios, estão até hoje no imaginário daqueles que por ali passaram e vivenciaram tais festas, fossem por si mesmos ou pela sua família, principalmente.

Acreditamos termos explorado nesta pesquisa esse fato mais festivo como a memória do local e entendemos que o valor de memória está nos seus sentidos e, principalmente, em uma cumplicidade memorial do coletivo que por ali passou.

A relação de falar do outro, falar de si mesmo, do coletivo, é estar aprisionado pelo corpo-objeto. Entendemos que esse aprisionamento também é uma forma de memória, é o esquecimento, a luta por manter a perda de algo distante, inatingível, pois enquanto o clube estiver ali presencialmente, a perda estará distante do espírito, mas não do corpo.

Percebemos que a separação do espaço temporal armazena uma resistência que se apropria de suas lembranças para não esquecer. Mas devemos refletir com veemência: por qual motivo devemos lembrar? Porque nos inquieta a necessidade da permanência do passado no tempo presente se, de fato, o presente e o passado não se correlacionam. Mesmo o passado estando presente, a ausência de sinais entre ambos, impõe uma agressividade, o luto que não aceita a perda.

Quando um meio de memória deixa de existir, tornamos sagrados os lugares de memória onde habitam os anseios de eternidade memorial, mas até que ponto os lugares de memória trabalham a favor da memória social quando, de fato, salvaguardam e “escondem” essa memória? Ao mesmo tempo em que protegemos, produzimos a ausência velada, o que está distante do seu meio também passa a ter outro significado.

O passado do CCRG carece de negociação, não com o presente, mas com ele mesmo, com seus rastros e restos. Antes de ser “salvo”, precisamos compreender por que o passado é tão importante para a sociedade riograndina, lembrando que o CCRG não foi uma proposta isolada, quando da

sua fundação, ele foi proveniente de uma proposta que atendia anseios de um tempo passado, que teve incío em outras estados do Brasil, e posteriormente a luta atingiu a amplitude de outras localidades, assim sendo o valor de memória precisa sempre ser revisitado, pois há antecedentes que interferiram diretamente nessa trajetória e a presença material que diminui a cada momento, coteja com a realidade de outros clubes caixeirais.

Não precisamos lembrar daquilo que não vivenciamos, isso é impossível, 'mesmo por tabela', expressão usada por Pollak, mas a aproximação com a lembrança do outro, nos faz exercitar a articulação com o passado, isso é o nosso dever de memória, articular no sentido de valorizar, o passado coletivo, compreender a posição de salvaguarda. Enquanto olharmos a memória social como coadjuvante da história, não entenderemos casos, e aqui do Clube Caixeiral de Rio Grande, enfrentam a falta de articulação da sua trajetória diante da sociedade.

E os lugares de memória não podem correr o risco de que a missão de articulação seja exclusivamente responsabilidade deles. O meio de memória é o articulador do passado, o lugar de memória é o encontro ressignificado com muitos passados, que não foram articulados.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (orgs). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

AGUIAR, Marlise Sanchotene. **Um olhar sobre o palimpsesto urbano: processo de formação e diferentes construções no tempo de um patrimônio arquitetônico às margens do canal São Gonçalo – Pelotas/RS**. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: PUCRS, 2009.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexão sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANJOS, Marcos Hallal. **Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX**. v.1 Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2000.

ANTONACCI, Maria Antonieta et al. **RS: economia & política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

ARAUJO, Vitalina Rosa de; GONÇALVES, Cláudio do Carmo. **Em estado de memória: experiência, memória e pós-memória no relato de Tununa Mercado**. p.51- 70. Disponível em: www.biblioteca.uesc.br/biblioteca/bdtd/201260166D.pdf

ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Orgs.). **História da Vida Privada: da Renascença ao Século das Luzes**. v. 3. Tradução: Hildegard Feist. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, 7-19.

ARRIADA, Eduardo. **Da coxilha do Palmar de Lemos à cidade de Santa Vitória do Palmar**. Porto Alegre: Pacartes, 2015.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2011.

BARRETO, Álvaro. **Dias de Folia: o carnaval pelotense de 1890 a 1937**. Pelotas: EDUCAT, 2003.

BATALHA, Claudio HM. **Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente**. Revista Mundos do Trabalho, vol. 2, n.4, agosto-dezembro de 2010, p.12-22. Disponível em: https://www.researchgate.net/.../274670382_Relancando_o_debate_sobre_o_mutualism
Acesso: Maio 2014.

_____. **Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade?** Revista Brasileira de História. São Paulo, v.12, nº 23/24, p.111-124, set.91/agost 92.

_____. **Sindicalismo amarelo**. s/d. p.1-5. Disponível em: cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/.../SINDICALISMO%20AMARELO.pdf

Acesso: junho 2015.

_____. **Associações operárias, protesto e espaço urbano no Rio de Janeiro da primeira República.** In: AZEVEDO, Elciene et al. **Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX.** Campinas/SP: Editora Unicamp, 2009. p. 251-269.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.** 7ª edição. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BEAL, Marisa. **Estudo sobre a Biografia de Ricardo Giovannini.** Rio Grande, 2005.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória.** Tradução: Paulo Neves. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **O Riso.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BITTENCOURT, Ezio da Rocha. **Da rua ao teatro, os prazeres de uma cidade: sociabilidades e cultura no Brasil meridional - panorama da história de Rio Grande.** 2ª edição revista e ampliada. Rio Grande: Editora da FURG, 2007.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1987, 15-21.

BOSI, Alfredo. **A arqueologia do Estado-Providência.** In: BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992. P.273-307.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Tradução: Fernando Tomaz. 10ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **Dominação masculina.** Tradução: Maria Helena Kühner. 6ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. **A economia das trocas simbólicas.** Organização e seleção Sergio Micelli. 6ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **A Distinção: crítica social do julgamento.** Porto Alegre/RS: Zouk, 2007.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. **Memórias do Varejo no Brasil: uma abordagem cultural através do tempo.** São Paulo: DBA Editora, 2015.

BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res) Sentimento: indagações sobre a questão do sensível.** Campinas/SP: Editora Unicamp, 2004.

CABREIRA, Marcia Maria. **Cultura e Identidade em São Paulo: a imigração síria e libanesa**. In: Eccos Revista Científica UNINOVE, São Paulo: n.1, v.3: 93-103, jun. 2001.

CANDAU, Joel. **Antropologia de la memoria**. Tradução: Paula Mahler. 1ª edição. 1ª reimpressão. Buenos Aires: Nueva Visión, 2006.

_____. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARDOSO, Lúcio. **O viajante**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora José Olympio, 1973.

CARDOSO, Alice; ZAMIN, Frinéia. **Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul: inventário das estações 1874-1959**. IPHAE do Estado do RS. Porto Alegre/RS: Pallotti, 2002.

CARVALHO, José Murilo. **A Formação das almas**. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. 3ª edição. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positivista; Discurso preliminar sobre o conjunto do Positivismo; Catecismo Positivista**. Tradução: José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. **Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

CONFORTO, Marília. **O ex-abolicionista. A memória da escravidão no jornal o Athleta – 1884**. In: Patrimônio e Memória. São Paulo, Unesp, v.8, n.1, p. 138-154, janeiro-junho, 2012. Disponível em: Acesso: janeiro 2013.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Nas horas vagas: Porto Alegre dos Imigrantes (1880-1914)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH- São Paulo, julho 2011, p.1-25. Disponível em: Acesso em: Setembro 2016.

CONTIER, Arnaldo D. **Modernismos e brasilidade**. In: NOVAES, Adauto (Org.) et al. **Tempo e história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

COSTA, Alfredo R. da. **O RGS**. Vol. II. Porto Alegre: Globo, 1922, 9-34.

DAUMARD, Adeline. **Hierarquia e riqueza na sociedade burguesa**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1985.

DAVALLON, Jean. **Comment se fabrique le patrimoine: deux régimes de patrimonialisation**. In: KHAZNADAR, Chérift Alii(coord.) **Le patrimoine, oui mais quel patrimoine?** Paris, Mison des Cultures du monde, 2012.

DIDONET, Zilah Cercal. **O Positivismo e a Constituição Rio-Grandense de 14 de Julho de 1891**. Santa Maria: Imprensa Universitária/UFSM, 1977.

DINIZ, Carlos Francisco Sica et al. **Esporte Clube Pelotas 100 anos – 1908-2008**. Livro Oficial do Centenário. Pelotas: Pallotti, 2009.

_____. **João Simões Lopes Neto: uma biografia**. Porto Alegre/RS: AGE Editora/ UCPEL, 2003.

DUARTE, Paulo César Borges. **A Fundação e os objetivos dos Clubes Caixeirais no RS – 1879 a 1890**. Disponível: http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/downloads/Volume_06_Paulo_Cesar_Borges_Duarte.pdf Acesso em 22/12/2008.

FABRIS, Annateresa (Org.). **Fotografia: Usos e funções no século XIX**. 2ªed.1ª reimpressão. São Paulo: Edusp, 2008.

FAUSTO, Boris. **Trabalho Urbano e Conflito Social 1890-1920**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário Brasileiro Contemporâneo**. Porto Alegre: Editora Globo, 1967.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (coordenadoras). **Usos & abusos de história oral**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. **Patrimônio: discutindo alguns conceitos**. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v.10, nº. 3, 2006, p. 79-88.

_____. **Patrimônio: as várias dimensões de um conceito**. História em Revista, Pelotas, v.10, dezembro/2004, p. 29-39.

FLORA, Marisa Sofia Rodrigues. **Escadas não são só Escadas: A escada como elemento central e gerador de espaço em Arquitetura em Portugal**. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2017. Disponível em: recil.grupolusofona.pt/.../2017.Out.23%2014.32%20DISSERTACAO%20POS%20DE...

FLORES, Hilda A. Hübner. **Sociedade: preconceitos e conquistas**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1989.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação**. Organizado por Rafael Cardoso. Tradução de Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

FONSECA, Pedro C. Dutra. **RS: economia & conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FRANCES, May. **Cartas de uma jovem inglesa na fronteira de Uruguiana**. Porto Alegre/RS: Editora Sulina, 2010.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. 4ª edição. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1996.

_____. **Gente e coisas da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

_____. **Origens de Jaguarão (1790-1833)**. Caxias do Sul: Editora IEL/UCS, 1980.

FREITAS, Sônia Maria. **História Oral: procedimentos e possibilidades**. Arquivo Upado por Murilo Bauer – filewarez. s/d

FONTOURA, Edgar Braga da. **Sinopse da história do Rio Grande: 1737 – 1822**. Rio Grande: Editora da FURG, 1985.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coordenação Geral); RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (Diretores dos volumes). **República Velha (1889-1930)**. v.3 T.1. Passo Fundo: Méritos, 2007.

_____. GERTZ, René. **República Velha: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)**. v.4 T.1. Passo Fundo: Méritos, 2007.

GOULART, José Alípio. **O Mascate no Brasil**. Coleção Terra dos Papagaios. Editora Conquista: Rio de Janeiro, 1967.

GUTFREIND, Ieda. **A historiografia Rio-Grandense**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

_____. **Historiografia sul-riograndense e o Positivismo Comtiano**. In: **Revista Estudos Leopoldenses**. v. 30 nº. 137. Porto Alegre: Unisinos, Maio/Junho 1994.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. **Los marcos sociales de la memoria**. Tradução: Manuel Antonio Baeza e Michel Mujica. Rubi (Barcelona): Anthropos Editorial; Concepción: Universidad de la Concepción; Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. DP&A editora, s/d. Disponível em: www.geoideias.com.br. Acesso em Abril de 2014.

_____. Quem precisa de Identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014. P.103-133.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte/MG: Editora Autêntica, 2014.

HERRELEIN Jr., Ronaldo; CORAZZA, Gentil. **Indústria e Comércio no desenvolvimento econômico (1930-85)** In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coordenação Geral); GERTZ, René (Diretor do volume). **República: Da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)**. V.4. Passo Fundo: Méritos, p. 137-168, 2007.

HOBSBAWN, Eric J. **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a história operária**. São Paulo: editora Paz e Terra, 2015.

_____. **Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado**. São Paulo: editora Paz e Terra, 2015.

_____. RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HIRSCH, Marianne. **Postmemory**. setembro 2016. Disponível em: <http://temoigner.revues.org/1276> . Acesso em: outubro 2017.

_____. **The Generation of Postmemory**. p. 103-128. Disponível em: <https://cup.columbia.edu/.../the-generation-of-postmemory/97802>.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KAFKA, Franz. **A metamorfose**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

IZQUIERDO, Iván. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

LACERDA, David P. **Associações Operárias no Brasil Oitocentista: apontamentos para uma avaliação historiográfica**. I Seminário de História: Caminhos da Historiografia Brasileira Contemporânea – Universidade Federal de Ouro Preto. Disponível em: www.ichs.ufop.br/seminariodehistoria. Acesso em: junho de 2015.

LAMY, Yon. **La conversion des biens culturels em patrimoine public: um Carrefour de l'histoire, dudroite, et de l'éthique**. In: KHAZNADAR, Chériff Alii(coord.) **Le patrimoine, oui mais quel patrimoine?** Paris, Mison des Cultures du monde, 2012.

LEAL, Elisabete da Costa. **O calendário republicano e a festa cívica do descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista**. In: **HISTÓRIA**, São Paulo, v.25, n.2, pg.64-93, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão et al. 5ª edição. 2ª reimpressão. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

- _____. **A História Nova**. 5ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- LEMOS, Carlos A.C. **O que é Patrimônio Histórico**. 2ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- LEVIEN, Oraci Renato. **Histórico do Clube Caixeiral e Casa Nader**. Rio Grande, 2013.
- LIMA, Patrícia Souza; FUKELMAN, Clarisse. **Artes de sobrevivência em ofícios ambulantes**. Disponível em: www.org.br/wp-content/. Maio de 2003. Acesso em 11/10/2015.
- LINS, Ivan Monteiro de Barros. **História do Positivismo no Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.
- LONER, Beatriz Ana. **O Movimento Operário**. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coordenação Geral); RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (Diretores dos volumes). **República Velha (1889-1930)**. V.3 T.1. Passo Fundo: Méritos, p.499-525, 2007.
- _____. **Pelotas se diverte: Clubes Recreativos e Culturais do Século XIX**. In: História em Revista/ NDH/Pelotas, v.8, p. 37-68, dezembro/2002.
- _____. **Classe Operária: mobilização e organização em Pelotas (1888-1937)**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Disponível: <http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/teses3.htm> Acesso em: Setembro/2013.
- _____. **Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande**. Pelotas: Editora UFPEL, 2016.
- LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil Contemporâneo**. 6ªedição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.
- _____. **História do Brasil Colônia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- _____. **Cultura brasileira: de 1808 ao pré-modernismo**. 2ªedição. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995.
- LOVE, Joseph L. **O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.
- LOWENTHAL, David. **Why sanctions seldom work: reflections on cultural property nationalism**. International Journal of Cultural Property, (12), 2005.
- MACHADO, Arlindo. **Máquina e Imaginário: O Desafio das poéticas tecnológicas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
- MAGALHÃES, Mário Osório. **História e Tradições da cidade de Pelotas**. Porto Alegre: Editora Ardotempo, 2011.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **A perseverança dos caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917)**. Tese de Doutorado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

MARÇAL, João Batista. **A Imprensa Operária do Rio Grande do Sul (1873-1974)**. Porto Alegre, 2004.

_____. **Comerciários fecham as portas para descansar: A luta dos comerciários brasileiros pelo descanso semanal**. Porto Alegre: Editora Foletras, 1997.

_____. **As primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1985.

_____. **Os anarquistas no Rio Grande do Sul. Anotações biográficas, textos e fotos de velhos militantes da classe operária gaúcha**. Porto Alegre: EU/Porto Alegre 1995.

MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. **Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

MARTINS, Liana Bach; SILVA, Luís Antônio Costa da; NEVES, Gervásio Rodrigo (Orgs.) **Pensamento político de Júlio de Castilhos**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2003.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 2ª edição revisada e ampliada. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

MICHEL, Johann. **Podemos falar de uma política do esquecimento?** Revista Memória, Pelotas, v.2, n.3, ago-nov.2010. Disponível em: www.ufpel.edu.br/ich/memóriaemrede.

MICHELON, Francisca et al (Orgs.). **Fotografia e Memória**. Pelotas: Editora e gráfica Universitária da UFPEL, 2008, 43-66.

MILLER, Arthur. **A morte de um caixeiro-viajante e outras 4 peças**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MIRANDA, Danilo Santos de. **Memória e Cultura: a importância da memória na formação cultural humana**. São Paulo: Edições SESC, 2007.

MORALES, Neida Regina Ceccin. **Mascates e Comerciantes: imigrantes sírio-libaneses em Santa Maria**. In: MILDNER, Saul (org.). Recortes da História Brasileira. Porto Alegre/RS: Martins Livreiro Editor, 2008. pg. 65-82.

MONTEIRO, Hamilton M. **Brasil Império**. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **Brasil República**. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1994.

MOURA, Arnaldo. **Memórias de um caixeiro-viajante (1929-1940)**. São Paulo: Pax Edições, 1993.

MUNOZ, Bianca. **La escuela de Birmingham. La sintaxis de la cotidianidad como producción social de la conciencia**. Revista Científica de Información y Comunicación, 2009, 6, p. 21-68.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque Tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Disponível em: www.pucsp.br/projetohistoria/series/series.html. Acesso em: abril de 2009.

NOVAIS, Fernando A. (Org. da coleção); SEVCENKO, Nicolau (Org. do volume). **História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio**. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ORTGARA, Andrea Maio. **A vida cotidiana na Belle Époque do Rio Grande – RS**. Revista Novos Rumos Sociológicos. V.4, n.6. jul-dez 2016. P.86-114.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

OUTHWAITE, William et al. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PARENTE, André (Org.). **Imagem Máquina**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011.

PELEGRINI, Sandra C.A.; FUNARI, Pedro. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

_____; PINHEIRO, Áurea da Paz (orgs.) **Tempo, Memória e Patrimônio Cultural**. Piauí: EduFPI, Piauí, 2010.

PELLISSARI, Mariana Kruger. **Noites de sociabilidades: identidade e diferenciação social nos bailes da elite de Rio Grande – RS (década de 1950)**. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo, julho 2011. Disponível em: www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares. Acesso: outubro 2017.

_____. **A mulher na festa: regras comportamentos e expectativas em relação às mulheres nos Bailes de Rio Grande (década de 1950)**. Rio Grande: Revista Biblos, 2010. 23(1), p. 125-138.

_____. **Construção de imagens: análise de fotografias dos frequentadores dos bailes de Rio Grande – RS (década de 1950)**. In: Anais do X Encontro Estadual de História, 2010, Santa Maria. Disponível em:

www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/site/anaiscomplementares. Acesso em: outubro 2017.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução: Denise Bottmann. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. Michelle (Org.) **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Tradução: Denise Bottmann e Bernardo Joffily. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, 90-191.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Brasil Contemporâneo**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

_____. **República Velha gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores**. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1980.

_____. **O cotidiano da República**. 4ª edição. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **Que a União Operária seja nossa Pátria! História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações**. Santa Maria: Editora UFMS, Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

PEZAT, Paulo. **Leituras e Interpretações de Auguste Comte**. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coordenação Geral); RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (Diretores dos volumes). **República Velha (1889-1930)**. v.3 T.1. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 29-78.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. **O Rio Grande do Sul e a Independência**. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coordenação Geral). **Império (1822 - 1889)**. V.2. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 19-21.

PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos Gerais do Município de Rio Grande**. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1944.

PINHEIRO, Luciano Pereira. **Espaço e comerciantes na Rua Riachuelo no final do século XIX**, Rio Grande, RS. Monografia de Graduação, 2015.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) **Fontes Históricas**. 2ª edição. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

PINTO, Celi Regina J. **Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)**. Porto Alegre, 1986.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos, Rio Janeiro, v.5, n.10, 1992, p.200-2015. Disponível em: Acesso: setembro 2009.

_____. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POPONIGIS, Fabiane. **Trabalhadores e Patuscos. Os Caixeiros e o movimento pelo fechamento das portas no Rio de Janeiro (1850-1912).** Dissertação de Mestrado, Campinas: Unicamp, 1998.

_____. **As sociedades caixeiras e o “fechamento das portas” no Rio de Janeiro (1850-1912).** Caderno AEL, v.6, n.10/11, p. 111-144, 1999.

_____. **Todas as liberdades são irmãs: os caixeiros e as lutas dos trabalhadores por direitos entre o Império e a República.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 59, p. 647-666, setembro-dezembro 2016. Disponível em: www.scielo.br/pdf/eh/v29n59/0103-2186-eh-29-59-0647.pdf
Acesso: Julho 2017.

_____. SCHETTINI, Cristiana. **Empregados do comércio e prostitutas na formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro republicano. 2011.** Disponível em: www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF19/c_schettini_19.pdf
Acesso: Janeiro 2017.

_____. **Proletários de Casaca: trabalhadores do comércio carioca 1850-1911.** São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente.** Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

_____. **Um ecossistema do patrimônio.** In: CARVALHO, C. S. de; GRANATO, M; BEZERRA, R. Z; BENCHETRIT, S. F. (Orgs.). **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material.** Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.

PROST, Antoine; VINCENT, Gerard (Orgs.). **História da vida privada.** Tradução: Denise Bottmann e Dorothée de Bruchard. v.5 São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Carnaval Brasileiro: o vivido e o mito.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RIBEIRO JR, João. **O que é Positivismo.** 7ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas/SP: Editora Unicamp, 2007.

RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos.** Lisboa/Portugal: Edições 70, 2013.

ROSENFELD, Anatol. **Anatol on the road!** São Paulo: Perspectiva, 2006.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Editora Annablume, 2012.

_____; ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **História, memória e esquecimento: implicações políticas**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 79, Dezembro 2007, p.95-111.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. **Casa e Balcão: os caixeiros de Salvador (1890-1930)**. Salvador: EDUFBA, 2009.

SÉREM, Maria do Carmo. **Metáforas do sentir fotográfico**. Porto: CPF, 2002.

SILVA Jr. Adhemar Lourenço. **As Sociedades de Socorros Mútuos: estratégias privadas e públicas (estudos centrados no Rio Grande do Sul – Brasil 1854-1940)**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2004. Disponível: <http://www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/teses3.htm> Acesso em Setembro/2013.

_____. **Reflexões Metodológicas sobre uma pesquisa apenas ensaiada: a “classe caixeiral” no desterro**. XI Encontro Estadual de História – ANPUH/RS. 25-27 de julho 2012. pg.11-17. Anais Eletrônico do Evento.

_____. **Sexo e gênero nas sociedades de socorros mútuos**. Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamentos, 2010. Anais do Evento.

_____. **Democracia e dirigentes nas sociedade de socorros mútuos (Rio Grande do Sul, 1854-1940)**. Disponível em: cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H1-01.pdf Acesso: agosto 2017.

_____. **Condicionantes locais no estudo do socorro mútuo (Rio Grande do Sul: 1854- 1889). 1999**. Disponível em: <https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2330>. Acesso: 2017.

SILVA, Zélia Lopes da. **Os carnavais de rua e dos clubes na cidade de São Paulo: metamorfoses de uma festa (1923-1938)**. São Paulo: Editora Unesp; Londrina: Eduel, 2008.

SIQUEIRA, Uassyr de. **Clubes Recreativos, organização para o lazer**. In: AZEVEDO, Elciene et al. **Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX**. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2009. p. 271-312.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. **Rio Grande do Sul – Do Rural ao urbano: Demografia, Migrações e Urbanização (1930-85)** In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coordenação Geral); GERTZ, René (Diretor do volume). **República: Da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)**. V.4. Passo Fundo: Méritos, p. 291 - 313, 2007.

STANCIK, Marco Antonio. **De corpo quase inteiro: retratos fotográficos e representação feminina no Brasil (1890 -1910)**. In: **Revista Iberoamericana**, XI, 44(2011), pg 7-24. Disponível: www.iai.spk-

berlin.de/fileadmin/dokumentenbibliothek/.../44_Stancik.pdf. Acesso: Outubro de 2014.

TAMBARA, Elomar. **Positivismo e educação: a educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo**. Pelotas: Editora Universitária/ UFPEL, 1995.

TANNO, Janete Leiko. **Clubes recreativos em cidades das regiões sudeste e sul: identidade, sociabilidade e lazer (18889-1945)**. Revista Patrimônio e Memória – UNESP – FCLAS – CEDAP, v.7, n.1, pg.328-347, jun. 2011. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/223>. Acesso: Agosto 2017.

TEIXEIRA, Alberto. **História de caixeiros-viajantes: mentirinhas e sacanagens**. São Paulo: Livraria e Editora Cátedra, 1989.

THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TORNATORE, Jean-Louis. **Patrimônio, memória, tradição, etc: discussão de algumas situações francesas da relação com o passado**. Revista Memória em Rede, pelotas, v.1, n.1, dez.2009/mar.2010. Disponível em: www.ufpel.edu.br/ich/memóriaemrede.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. 3ª edição. Brasília: Editora da UNB, 1995.

VIEILLARD-BARON, Jean-Louis. **Compreender Bergson**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas**. Revista Mundos do Trabalho, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010, p. 23-39. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2010v2n4p23>

WOODWARD, Kathrym. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.p. 7-72.

WORCMAN, Susane. **Saara. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000**.

XAVIER, Wesley et al. **O imaginário dos mascates e caixeiros-viajantes de Minas Gerais na formação do lugar e do entre lugar**. Revista Administração. São Paulo v.47, n.1, pg. 36-50, jan/fev/marc. 2012, Disponível em: www.scielo.br/pdf/rausp/v47n1/v47n1a03.pdf. Acesso: janeiro 2015.

XERRI, Eliana Gasparini. **Uma Incursão ao Movimento Operário de Rio Grande no início do Século XX**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 1996.

ZUBARAN, Maria Angélica. **Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas.** Anos 90, Porto Alegre, v. 15, nº 27, Julho/2008, p. 161-187.

_____. **O processo de patrimonialização do solar Lopo Gonçalves: o solar que virou museu.** Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio/UNIRIO, v. 5, nº 2, 2012, p. 87-102.

Fontes

Acervo documental do Clube Caixeiral de Rio Grande. Arquivo Público e Histórico Municipal/ Prefeitura Municipal do Rio Grande/RS

Acervo fotográfico do Clube Caixeiral de Rio Grande. Fototeca Municipal Ricardo Giovannini/Prefeitura Municipal do Rio Grande/RS.

MONTEIRO, Antenor de Oliveira. **A Imperial Sociedade Instrução e Recreio e outras Bailantes.** Anotações. Novembro de 1940. Biblioteca Riograndense. p.1-15.

Estatutos do Clube Caixeiral de Rio Grande. 10/07/1933. Acervo Cartório.

Estatutos do Clube Caixeiral de Rio Grande. 30 de Dezembro 1904. Acervo da Biblioteca Rio Grandense.

Fontes Orais

Entrevista com a Sra. **Jussara Couto de Souza**

Entrevista com o Sr. **Péricles Antônio Fernandes Gonçalves**

Entrevista com a Sra. **Virgilina Edi Goularte Fidels de Palma**

Depoimento do Sr. **Marcelo Degani**

Entrevista com a Sra. **Ydna Alvaro Martinez**

Entrevista com Sr. Regys **Loureiro Macêdo**

Entrevista com a Sra. **Fátima Elisabete Assumpção**

Entrevista com a Sra. **Zoraia Teixeira Ferreira**

Entrevista com a Sra. **Berenice Campos Assumpção**

Entrevista com o Sr. **Gelson Luiz Gomes Constantino**

Entrevista com o Sr. **Sergio Machado Pinto**

Entrevista com o Sr. **Luiz Carlos Troina**

ANEXOS

ANEXO A - Decreto nº 15.205 de 24/01/2018



Prefeitura Municipal
do RIO GRANDE
qui tem Governo Popular

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DO PREFEITO



DECRETO Nº 15.205 DE 24 DE JANEIRO DE 2018.

**DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA
FINS DE TOMBAMENTO O PRÉDIO DO
ANTIGO CLUBE CAIXEIRAL COMO
PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL
DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE.**

O Prefeito Municipal do Rio Grande, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 51, VI da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO:

Que o Prédio sito à Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 470 é um imóvel que compõe o patrimônio histórico e que está arrolado na Lista do Inventário dos Bens Imóveis de Interesse Sócio Cultural do Município, registrado sob o número PRS/03-0007.00144 no Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul – Ministério da Cultura – IPHAN – 12º Coordenação Regional do Governo do Estado do RS – SEDAC – IPHAE;

Que o artigo 23 inciso IV, o artigo 24 incisos VII e VIII, o artigo 30 inciso IX, o artigo 215 e o artigo 216, todos da Constituição Federal, estabelecem a competência e a importância da proteção ao Patrimônio Cultural Brasileiro;

Que a Lei Municipal nº 5.883/2004 institui a Proteção ao Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural no Município;

Que o imóvel se trata de um exemplar eclético, com vertente *Art-Nouveau*, cujos detalhes dos elementos arquitetônicos e artísticos fazem referência à sociedade e aos setores econômicos pujantes que o erigiram, apresentando no ápice da sua platibanda, um medalhão com a cabeça de Mercúrio com capacete alado, sobreposta a uma roda dentada, símbolos do comércio e da indústria.

Que a volumetria e os detalhes arquitetônicos do prédio do antigo Clube Caixeiral são importantes para a manutenção da paisagem urbana do centro histórico, compondo, com outros exemplares, registros urbanos, arquitetônicos e históricos da sociedade, seus costumes e formas de viver.

Que existe Levantamento Arquitetônico e Projeto de Restauração do Bem Cultural, apresentando registro de todos os elementos arquitetônicos importantes para a conservação do mesmo.

Que o imóvel é um dos doze exemplares de Clubes Caixeirais no Estado do Rio Grande do Sul, representando a história da conformação social e econômica no Estado, cujo surgimento foi advindo da estruturação social de caixeiros, os quais eram um número significativo no final do século XIX e visavam o fechamento do comércio aos domingos e dias santos, sendo que após essa conquista se iniciaram a fundação e inauguração dos Clubes;

Que a fundação do Clube Caixeiral em Rio Grande foi lançada na Intendência Municipal, no ano de 1895 e tendo sua conclusão anunciada também no Salão Nobre da Intendência Municipal em 1912,

BSA

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

evidenciando sua relevância para a sociedade riograndina, tanto para a sua economia quanto para política, desde sua gênese.

Que os artigos 17 e 18 do Decreto-Lei 25/1937, determinam:

“Art.17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Parágrafo único. Tratando-se de bens pertencentes à União, aos Estados ou aos Municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente em multa.

Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto”;

Que a importância da preservação deste edifício é notória;

Que salvar um edifício com características históricas e arquitetônicas significativas da evolução da cidade é função social que recai sobre todos aqueles que se dedicam ao bem estar da coletividade e da preservação de sua memória.

DECRETA:

Art.1º. É declarado de utilidade pública, para fins de tombamento, por ser necessário ao patrimônio histórico e cultural do Município do Rio Grande, conforme estabelece o artigo 216, § 1º da Constituição Federal e a Lei Municipal nº 5.883/2004, o prédio do Clube Caixeiral matriculado no Registro de Imóveis de Rio Grande, sob o nº 61.499, situado na Rua Marechal Floriano Peixoto nº 470, Bairro Centro, Rio Grande, que tem as seguintes dimensões e confrontações:

“Um terreno próprio, com benfeitorias, situado na zona urbana desta cidade, medindo 11,60m (onze metros e sessenta centímetros) de frente ao sul, na direção E-O, onde confronta com a **Rua Marechal Floriano Peixoto**, onde tem o nº470 (quatrocentos e setenta); daí 44,40m (quarenta e quatro metros e quarenta centímetros) a oeste, na direção S-N, onde confronta com imóvel de propriedade de Nivaldo José Abrita e outros ou sucessores; daí 11,60m (onze metros e sessenta centímetros) ao norte, na direção O-E, onde confronta com o imóvel pertencente à Conclie Abdala Nader ou sucessores, daí 44,40 (quarenta e quatro metros e quarenta centímetros) a leste na direção N-S, onde confronta com o imóvel de propriedade de Nader & Cia Ltda. e outros ou sucessores,

BSA

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DO PREFEITO



distante do referido imóvel 40,80m (quarenta metros e oitenta centímetros) da esquina do Largo João Fernandes de Moreira”.

Art. 2º. O tombamento de que trata o artigo 1º se refere à fachada, englobando todos detalhes arquitetônicos nas paredes e das esquadrias em madeira; ao átrio com piso em mármore branco e ao quebra-vento em estilo *art-nouveau* de madeira com vidros, ao forro de madeira do pavimento térreo e ao assoalho de tábuas do pavimento superior, ao saguão de entrada ao pé da escadaria e às portas junto ao mesmo, sendo duas para a direita e duas para a esquerda, à escadaria, seus degraus, guarda-corpos e corrimãos, seu patamar e aos lanços de escada que chegam ao salão de festas e à cobertura, suas águas, inclinação e tipo de telha.

Art. 3º Por tratar-se de elementos construtivos que são únicos, qualquer alteração pretendida no imóvel deverá ser precedida de consulta e aprovação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e deverá ser realizada por profissional habilitado.

Parágrafo único. O órgão da administração pública responsável pela utilização do prédio do antigo Clube Caixeiral deverá promover a acessibilidade universal no imóvel nos termos da Lei Federal 13.146/15 e da NBR 9050/15 ou outras que as substituam, sem retirar ou mutilar os elementos originais do Bem, devendo tais intervenções ser aprovadas previamente pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico.

Art. 4º Fica autorizada a inscrição do imóvel descrito no art. 1º no Livro Tombo do Município, de posse do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, onde serão registrados este decreto e o Memorial Descritivo das características do Bem Tombado, observando-se os termos da Lei Municipal nº 5.883/2004.

Art. 5º Fica autorizada a averbação do tombamento no Registro de Imóveis do Rio Grande, à margem da transcrição do domínio, para que se produzam os efeitos legais.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Grande, 24 de janeiro de 2018.

ALEXANDRE DUARTE LINDENMEYER
Prefeito Municipal

cc:CSCI/Todas as Secretarias/Publicação

BSA

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

ANEXO

Instrução ao processo de declaração de Patrimônio Histórico e Cultural

DESCRIÇÃO SUCINTA DO CLUBE CAIXEIRAL E DA CASA NADER

A fundação do Clube Caixeiral aconteceu em cerimônia na Intendência Municipal, em 03 de maio de 1895. Visando construir a sede própria o Clube adquiriu em 18 de setembro de 1908, um sobrado antigo na Rua Marechal Floriano Peixoto. No ano de 1911 em Assembleia foram examinadas as propostas de construção. Em 03 de maio de 1911 foi lançada a pedra fundamental. Sua conclusão foi anunciada na data de 14 de julho de 1912, no Salão Nobre da Intendência Municipal na solenidade de abertura da Exposição Municipal promovida pelo Clube com o patrocínio da Intendência e comemorativa à inauguração da sede. A imponente fachada foi desenhada com predomínio da vertente *Art-Nouveau* mas também com elementos da arquitetura *Neoclássica*. Assim o Clube apresenta uma fachada *Historicista*. A fachada atual ostenta o n.º 470. No ápice da platibanda do prédio, um medalhão mostra uma cabeça de Mercúrio com capacete alado, sobreposta a uma roda dentada, símbolos do comércio e da indústria. O terreno, plano, de nível e retangular, mede 10,70m de largura por 41,00m de frente a fruídos. O prédio está edificado no alinhamento predial da Rua Marechal Floriano Peixoto, ocupando toda a largura do terreno. Suas paredes foram erigidas com tijolos de barro rejuntados com cal e areia. No entrepiso paus grossos, sustentando o forro de madeira do pavimento térreo e apoiando o assoalho de tábuas do pavimento superior. No pavimento térreo, pé-direito de 5,30m. No superior a distância do piso ao forro é de 6,00m. A porta central dá entrada ao átrio com piso em mármore branco e quebra-vento em madeira com vidros. Em seguida o saguão de entrada ao pé da escadaria, paredes laterais revestidas com escarolas artísticas. Nele abrem duas portas para a direita e outras duas para a esquerda. A escadaria foi executada em madeira escura, incluindo os pisos, os espelhos dos degraus, os guarda-corpos e corrimãos. As citadas portas abrindo para a direita do saguão dão acesso à secretaria do clube, que comunica com a sala de leitura. As da esquerda acessam à biblioteca e depois à sala de reuniões. Todas se comunicam pelo bali central que também dá entrada ao depósito. Na continuação, uma área de iluminação e ventilação, ladeada por dois corredores que levam ao restaurante, esse com toda a largura do prédio. Passando o restaurante, uma copa com balcão à esquerda, um escritório à direita e um hall de distribuição no centro, que dá acesso à área dos fundos. Subindo a escadaria, terminado o seu primeiro lanço, no patamar ela se divide em lanços para a direita e para a esquerda, chegando a duas circulações ao salão de festas. O salão, maior dependência, ocupa toda a largura do prédio, abrindo para os balcões que se debruçam sobre a Rua Marechal Floriano. Nele foram pintados dois painéis murais, tendência da época. Para os fundos, pelos corredores de circulação se tem acesso pela direita ao almoxarifado e aos sanitários femininos e pela esquerda à copa, aos sanitários masculinos e à escada de serviço. Nos fundos uma área descoberta e acesso ao arquivo. No inventário elaborado pela Prefeitura Municipal, por determinação do Ministério Público Estadual, com a assessoria do IPHAN, o prédio do Clube Caixeiral do Rio Grande foi incluído.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura adquiriu da Família Nader a residência à Rua General Osório, 473. Trata-se de uma casa muito pitoresca, pois tem uma dependência com janelas que abrem para a rua no alinhamento predial e um jardim lateral através do qual se acede à porta principal. Na fachada foi adotado um partido incomum. O corpo edificado ocupa dois terços da largura do terreno, desde o alinhamento predial. A fechada no alinhamento ostenta três pilastras, marcadas por imitações de pedras de cantaria e juntas rebaixadas, herança do *Neoclássico** Essas pilastras se erguem

BSA

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

desde o passeio público e sobem acima da platibanda do prédio. Duas janelas colocadas entre as citadas pilastras, *com vergas* em arco deprimido; uma janela, na extremidade Leste dessa fachada, é mais estreita e se divide em quatro folhas de abrir e bandeiras fixas. A outra janela é tripla, sendo suas porções separadas por pilaretes de alvenaria. Essas janelas iluminam duas salas de frente, cujos tetos são acabados em gesso decorado artisticamente, com desenhos da época. Ocupando o outro terço da largura do terreno, foi criado um jardim lateral. Na frente do jardim pilares nas extremidades, ladeados por muretas baixas e grade de ferro. No centro dois pilares e um portão gradeado de ferro com duas folhas. O jardim lateral possibilitou na ala edificada a existência de uma fachada secundária lateral, que recebeu uma porta e três janelas que abrem para a área descoberta. A porta lateral dá acesso ao prédio através de corredor que atravessa essa ala e se estende para os fundos ao longo da divisa do lado Deste. Seu soalho é de tábuas. A citada porta, com duas folhas, apresenta almofadas, e os dois terços superiores vidros lisos, em cima uma bandeira fixa com vidros coloridos e verga em arco pleno. Devido à existência de pequeno pomo de ventilação, evidenciado pelas três gateiras que vazam o baldrame, foi criada uma pequena escada na frente desta porta lateral para vencer o desnível existente. A primeira janela, mais larga, também ilumina a sala da frente, as outras duas iluminam os dois dormitórios laterais dessa ala. Os soalhos dos dormitórios são de tábuas encabeiradas, e assim também seus forros de tábuas. Igualmente recebeu esse acabamento o soalho da varanda. Fechando o fundo do jardim foi erigida em posição transversal um passadiço, que no centro apresenta uma porta com vidros, tendo em cima uma bandeira igualmente envidraçada. A platibanda tem um desenho escalonado como uma espécie de frontão e no seu centro figura um monograma com as iniciais entrelaçadas do seu proprietário Sr. Abdalla Nader. O passadiço dá acesso à varanda da casa, à qual se pode chegar também pelo corredor lateral longitudinal. Nessa varanda existe uma lareira, encostada na parede longitudinal da divisa Oeste do prédio. Na continuação, está disposta a copa, e também um dormitório, o banheiro, o WC, outro quarto e finalmente a cozinha. Um telhado de quatro águas cobre o corpo principal da casa, ele se estende desde o alinhamento predial até a cozinha. O telhado do passadiço é independente. Ambos com tesouras de madeira que apoiam telhas francesas. As platibandas, à exceção daquela da fachada principal, são muito singelas, sendo muretas lisas maciças, escondendo as calhas que escoam as águas pluviais. O terreno é plano e de nível; Tem formato retangular, medindo 11,00m de largura, tanto na frente quanto nos fundos, com extensão de 43,70m de frente a fundos. No lado Leste tem uma descontinuidade, eis que cedeu uma pequena nesga com extensão de 7,20m, distante 4,80m dos fundos, para o vizinho. A disposição do prédio foi inteligente, pois, num terreno estreito a fachada principal e a do passadiço foram erigidas voltadas para o Norte e a fachada secundária virada para Leste.

Como o prédio residencial linda pela divisa dos fundos com o antigo prédio do Clube, ficou definido que o projeto arquitetônico de restauro, revitalização e adequação integrarão os dois prédios, abrindo comunicação entre os mesmos e adaptando-os. Os espaços do antigo Clube Caixeiral abrigarão a Escola de Belas Artes Heitor de Lemos e a casa da Família Nader será reconfigurada para sediar a Escola de Música, essa em cumprimento à Lei 11.760/2008.

ANEXO B - Ficha de Inventário Municipal do CCRG

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO RIO GRANDE DO SUL MINISTÉRIO DA CULTURA - IPHAN - 12ª COORDENAÇÃO REGIONAL GOVERNO DO ESTADO DO RS - SEDAC - IPHAE																									
<p>1. MUNICÍPIO : Rio Grande- Centro DENOMINAÇÃO : Clube Caixeral ENDEREÇO : Floriano Peixoto, Rua Marechal N.º470 <input checked="" type="checkbox"/> URBANO <input type="checkbox"/> RURAL</p>	<p>2 PRS/03-0007.00144</p> <p>3. TIPOLOGIA : 6- Arquitetura Civil Privada</p>																								
<p>4. ENTORNO : HOMOGENEO DE EPOCA <input type="checkbox"/> OBS. : HETEROGÊNEO <input type="checkbox"/> DESCARACTERIZADO <input checked="" type="checkbox"/></p>	<p>5. USO ATUAL : Clube <input type="checkbox"/> DESOCUPADO <input type="checkbox"/> RUINA</p>																								
<p>6. FACHADA PRINCIPAL : DATAÇÃO : 1912 MATERIAL PREDOMINANTE : Alvenaria rebocada</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>Verga</th> <th>RETA</th> <th>A. ABAT.</th> <th>A.PLENO</th> <th>A.OGIVAL</th> <th>OUTROS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Abertura</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>JANELA</td> <td style="text-align: center;">-</td> <td style="text-align: center;">-</td> <td style="text-align: center;">-</td> <td style="text-align: center;">-</td> <td style="text-align: center;">X</td> </tr> <tr> <td>PORTA</td> <td style="text-align: center;">X</td> <td style="text-align: center;">-</td> <td style="text-align: center;">X</td> <td style="text-align: center;">-</td> <td style="text-align: center;">X</td> </tr> </tbody> </table>	Verga	RETA	A. ABAT.	A.PLENO	A.OGIVAL	OUTROS	Abertura						JANELA	-	-	-	-	X	PORTA	X	-	X	-	X	<p>7. N.º DE PAVIMENTOS : 2 <input checked="" type="checkbox"/> PORÃO <input type="checkbox"/> SOTÃO <input type="checkbox"/> OUTROS</p>
Verga	RETA	A. ABAT.	A.PLENO	A.OGIVAL	OUTROS																				
Abertura																									
JANELA	-	-	-	-	X																				
PORTA	X	-	X	-	X																				
<p>8. COBERTURA : N.º DE ÁGUAS : 6 COM BEIRAL <input type="checkbox"/> COM PLATIBANDA <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>TELHA CANAL <input type="checkbox"/> TELHA FRANCESA <input type="checkbox"/> TELHA DE ZINCO <input type="checkbox"/> FIBROCIMENTO <input checked="" type="checkbox"/></p>	<p>9. ESTRUTURA : Portante, alvenaria de tijolos</p>																								
<p>10. OUTROS ELEMENTOS EXTERNOS :</p>	<p>11. SITUAÇÃO :</p>																								
<p>12. OBSERVAÇÕES :</p> <p>Sacadas de alvenaria vazadas; Esquadrias com bandeira; Identificação do clube na fachada; Janelas 2 folhas de madeira; Elementos decorativos em massa na fachada e na platibanda cheia, máscara (rosto) .</p>	<p>14. LOCALIZAÇÃO :</p>																								
<p>13. FOTO :</p>	<p>15. TRATAMENTO DA ÁREA EXTERNA : No alinhamento predial</p>																								
	<p>DATA : 04/11/2003 16. PESQUISADOR :Tiago, Paulo Sérgio</p>																								

ANEXO C - Documento do Ministério Público Estadual/Rio Grande – RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE
PRIMEIRA PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA

1

12/08
12/08

221
ccmp

PROCESSO nº 023/1.08.0005852-3
SEGUNDA VARA CÍVEL – COMARCA DO RIO GRANDE
AUTOR: Ministério Público
RÉU: Clube Caixeral.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Promocão pelo Ministério Público

Cuida-se de Ação Civil Pública ajuizada contra o **CLUBE CAIXERAL**, qualificativos nos autos, por conta da atual estado de conservação do imóvel onde funciona a sede do clube, vez que se trata de prédio inventariado pelo Município como bem de importância histórica e arquitetônica.

É o relatório.

As partes chegaram a consenso acerca do objeto do litígio, restando entabulado Termo de Acordo que segue.

Do acordo retira-se o reconhecimento, pelo demandado, da procedência dos pedidos elencados na peça inicial, bem como a concordância de que o único bem da pessoa jurídica a ser extinta seja transferido à Escola de Belas Artes Heitor de Lemos, pessoa jurídica de finalidade social similar, e que se comprometeu, por intermédio do município, com a conservação do bem.

Av. Silva Paes, n.º 191 - Centro
Rio Grande (RS) - CEP 96200-340
Telefones: (53) 32315506 - 32315536 - 32325044 - 32327946
e-mail: morioarande@mo.rs.aov.br

2



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE
PRIMEIRA PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA

Assim sendo, requer o Ministério Público: a) seja homologado o presente acordo; b) seja expedido ofício ao registro civil, a determinar extinção da pessoa jurídica Clube Caixerai; c) seja expedido alvará autorizando a transmissão do bem imóvel mencionado da propriedade do Clube à Escola de Belas Artes Heitor de Lemos.

Rio Grande, _____

17 de dezembro de 2008.

José Alexandre Zachia Alan,

Promotor de Justiça

Av. Silva Paes, n.º 191 - Centro
Rio Grande (RS) - CEP 96200-340
Telefones: (53) 32315506 - 32315536 - 32325044 - 32327946
e-mail: marioarande@mp.rs.gov.br



272
CABAL

TERMO DE ACORDO JUDICIAL

Aos 10 dias do mês de dezembro de 2008, nas dependências da 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, apresentado pelo Primeiro Promotor de Justiça Especializado, Doutor José Alexandre Zachia Alan, denominado **MINISTÉRIO PÚBLICO**, o **MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Janir Branco, pela Doutora Stella Maria Ferreira Simões, Procuradora-Geral do Município, o **CLUBE CAIXEIRAL**, representado por sua procuradora, Dra. Lisandra Oliveira da Silva, OAB/RS 34.171, e a **ESCOLA DE BELAS ARTES HEITOR DE LEMOS**, representada por Beatriz Batezat Duarte, conjuntamente denominados **ACORDANTES**, celebram o presente termo mediante as seguintes cláusulas e condições.

FUNDAMENTAÇÃO

O presente acordo vai entabulado a pôr termo à Ação Civil Pública tombada sob o número 023/1.08.0005852-3, Segunda Vara Cível, em que o **Ministério Público** figura por autor e o **Clube Caixeiral** por demandado.

Vão descritas abaixo, pois, cláusulas de assunções de obrigações a que sejam homologadas pelo juízo e a encerrar a demanda acima epigrafada.



CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA: O **CLUBE CAIXEIRAL** concorda com os pedidos elencados na peça inicial da Ação Civil Pública, bem como com o pedido de extinção da ação, transferindo a propriedade do imóvel sito à Rua ~~Marechal Floriano Peixoto, n.º 470, à Escola de Belas Artes Heitor de Lemos.~~

CLÁUSULA SEGUNDA: A Escola de Belas Artes Heitor de Lemos concorda em receber o imóvel sito à Rua Marechal Floriano Peixoto, n.º 470, assumindo a **OBRIGAÇÃO DE FAZER** consistente na conservação do referido prédio.

Exigibilidade: Imediata.

Mora: Desnecessária a notificação para a constituição em mora.

CLÁUSULA TERCEIRA: O **MUNICÍPIO DO RIO GRANDE** assume a **OBRIGAÇÃO DE FAZER** consistente em efetuar o restauro do imóvel sito à Rua Marechal Floriano Peixoto, n.º 470, de acordo com projeto arquitetônico a ser elaborado e encaminhado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul para aprovação.

Exigibilidade: 180 (cento e oitenta) dias para elaboração e protocolização do projeto no IPHAE e 2(dois) anos para efetuar as obras de restauro, contados a partir da aprovação do projeto pelo IPHAE.

Mora: Necessária a notificação para a constituição em mora.



273
secretaria

CLÁUSULA QUARTA: A Escola de Belas Artes irá se subrogar dos direitos referentes a eventuais contratos que se achem em curso e que o clube Caixerai seja parte.

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA QUINTA: O MINISTÉRIO PÚBLICO fiscalizará o cumprimento do presente termo de ajustamento de conduta, por seus Agentes, Servidores e Assessoria Técnica.

CLÁUSULA SEXTA: O MINISTÉRIO PÚBLICO poderá relevar a aplicação das multas e sua exigência, mediante decisão administrativa devidamente fundamentada, em razão de provocação dos demais acordantes ou mesmo por deliberação própria.

CLÁUSULA SÉTIMA: Os ACORDANTES, inspirados nos fundamentos expostos no prólogo deste, e fiéis ao princípio da boa-fé objetiva que rege os contratos, celebram o presente acordo, deixando-se consignado que será submetido à Primeira Vara Cível da Comarca para homologação.

CONCLUSÃO

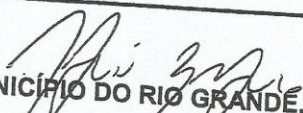
Por estarem certos e ajustados, com base nos preceitos acima elencados, celebram o presente instrumento para que surta seus jurídicos efeitos.


Rio Grande,
9 de dezembro de 2008.

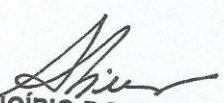


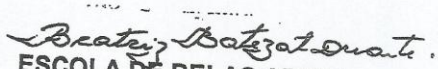
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE
PRIMEIRA PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA


4


MUNICÍPIO DO RIO GRANDE,
representado pelo Prefeito
Municipal, Senhor Janir Branco.


CLUBE CAIXEIRAL,
representado por sua procuradora,
Dra. Lisandra Oliveira da Silva.
OAB/RS 34.171,


MUNICÍPIO DO RIO GRANDE,
representado pela Doutora Stella
Maria Ferreira Simões,
Procuradora-Geral do Município


ESCOLA DE BELAS ARTES
HEITOR DE LEMOS,
representada por Beatriz Batezat
Duarte.


José Alexandre Zachia Alan,
Promotor de Justiça.



023/1.08.0005852-3

Vistos.

HOMOLOGO o acordo de fls. 272/273 e julgo EXTINTO o
feito, forte no artigo 269, III, do CPC.

Eventuais custas remanescentes, pela ré.

Publique-se.

Registre-se.

Intimem-se.

Oportunamente, archive-se.

Diligências legais.

Em 08/01/2009

Cristina Nozari Garcia,
Juíza de Direito

1
023/1.08.0005852-3

GO. CAULÓDIA
24
JUN 2009
LUCAS

RECBIMENTO

Na data de 24 de junho de 2009.

Em 26 de junho de 2009

O Escrivão *[assinatura]*

LEI Nº 5883, De 26 de janeiro de 2004.

**INSTITUI A PROTEÇÃO
AO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO ARTÍSTICO E
CULTURAL DO
MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**



Ver. Cláudio Diaz Presidente da Câmara Municipal do Rio Grande, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 19, combinado com o § 7º do Artigo 34 da *Lei Orgânica* do Município. FAZ SABER que esta decreta e promulga a seguinte Lei:

Capítulo I
DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL

Art. 1º Constitui patrimônio histórico e cultural o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no Município e cuja preservação e conservação sejam de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Município, quer por seu valor arqueológico, etnográfico ou bibliográfico.

§ 1º - incluem-se entre os bens a que se refere o caput deste artigo os monumentos naturais bem como os sítios e paisagens que devam ser preservados, conservados e protegidos, por sua feição notável dotada pela natureza ou promovida pelo engenho humano.

§ 2º - Os bens a que se refere este artigo passarão a integrar o patrimônio histórico, artístico e cultural do Município, mediante sua inscrição, isolada ou agrupadamente, no Livro Tombo.

Art. 2º Esta lei se aplica no que couber às coisas pertencentes às pessoas físicas ou jurídicas.

§ 1º - Excetua-se as obras de origem estrangeira que:

I - pertença, às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no País;

II - adornem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras que façam carreira no País;

III - incluam-se entre os bens referidos no art. 10 da LICC e que continuem sujeitos à lei pessoal do proprietário;

IV - pertençam à casa de comércio de objetos históricos e artísticos;

V - tenham sido trazidas para exposições comemorativas, educacionais e comerciais;

VI - tenham sido importadas por empresas estrangeiras expressamente para adorno de seus respectivos estabelecimentos;

VII - sejam as partes integrantes de acervo comercializado em feiras públicas reconhecidas pelo Município.

Capítulo II DO TOMBAMENTO

Art. 3º Para a validade do processo de tombamento é indispensável à notificação da pessoa a quem pertencer, ou em cuja posse estiver o bem.

Art. 4º Através de notificação por mandado, o proprietário, possuidor ou detentor do bem deverá ser cientificado dos atos e termos do processo:

I - pessoalmente, quando domiciliado no Município;

II - por carta registrada com aviso de recepção, quando domiciliado fora do Município;

III - por edital;

- a) quando desconhecido ou incerto;
- b) quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar;
- c) quando a notificação for para conhecimento do público em geral, ou sempre que a publicidade seja essencial à finalidade do mandado;
- d) quando a demora da notificação pessoal puder prejudicar seus efeitos;
- e) nos casos expressos em lei.

Parágrafo Único - As entidades de direito público serão notificadas na pessoa do titular do órgão a quem pertencer ou sob cuja guarda estiver o bem.

Art. 5º O mandado de notificação do tombamento deverá conter:

I - os nomes do órgão do qual promana o ato, do proprietário, possuidor ou detentor do bem a qualquer título, assim como os respectivos endereços;

II - os fundamentos de fato e de direito que justificam e autorizam o tombamento;

III - a descrição do bem quanto ao:

- a) gênero, espécie, qualidade, quantidade, estado de conservação;
- b) lugar em que se encontre;
- c) valor;

IV - as limitações, obrigações ou direitos que decorram do tombamento e as cominações;

V - a advertência de que o bem será definitivamente tombado e integrado ao patrimônio histórico, artístico e cultural do Município se o notificado anuir tácita ou expressamente ao ato, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação;

VI - a data e a assinatura da autoridade responsável.

Parágrafo Único - Tratando-se de bem imóvel, a descrição será feita com a indicação de suas benfeitorias, características e confrontações, localização, logradouro, número, denominação, se houver, e nome dos confrontantes.

Art. 6º Proceder-se-á ao tombamento dos bens mencionados no art. 1º sempre que o proprietário o requerer e, a juízo do competente órgão consultivo, os mesmos se revestirem dos requisitos necessários para integrar o patrimônio histórico, artístico e cultural do Município.

Parágrafo único-O pedido deverá ser instruído com os documentos indispensáveis, devendo constar as especificações do objeto contidas no inciso III do art. 6º e a consignação do requerente de que assume o compromisso de conservar o bem, sujeitando-se às legais cominações ou apontar os motivos que o impossibilitem para tal.

Art. 7º No prazo do art. 6º, V, o proprietário, possuidor ou detentor do bem poderá opor-se ao tombamento definitivo através de impugnação interposta por petição, que será autuada em apenso ao processo principal.

Art. 8º A impugnação deverá conter:

I - a qualificação e a titularidade do impugnante em relação ao bem;

II - a descrição e a caracterização do bem, na forma prevista no art. 6º, III;

III - os fundamentos de fato e de direito pelos quais se opõe ao tombamento e que necessariamente deverão versar sobre:

- a) a inexistência ou nulidade da notificação;
- b) a exclusão do bem dentre os mencionados no art. 1º;
- c) a perda ou perecimento do bem;
- d) a ocorrência de erro substancial na descrição do bem.

IV - as provas que demonstram a veracidade dos fatos alegados.

Art. 9º Será liminarmente rejeitada a impugnação quando:

I - intempestiva;

II - não se fundar em qualquer dos fatos mencionados no inciso III do artigo anterior;

III - houver manifesta ilegitimidade do impugnante ou carência de interesse processual.

Art. 10 - Recebida à impugnação, será determinada:

I - a expedição ou a renovação do mandado de notificação do tombamento, no caso da letra "a" do inciso III do art. 9º;

II - a remessa dos autos, nos demais casos, ao órgão consultivo para, no prazo de 15 (quinze) dias, emitir pronunciamento fundamentado sobre a matéria de fato e de direito argüida na impugnação, podendo ratificar ou suprir o que for necessário para a efetivação do tombamento e à regularidade do processo;

Art. 11 - Findo o prazo do artigo precedente, os autos serão levados à conclusão do Prefeito, não sendo admissível qualquer recurso de sua decisão.

Parágrafo Único - O prazo para a decisão final será de 15(quinze) dias e interromper-se-á sempre que os autos estiverem baixados em diligência.

Art. 12 - Decorrido o prazo do art. 6º, V, sem que haja sido oferecida a impugnação ao tombamento, o órgão próprio, através de simples despacho, declarará definitivamente tombado o bem e mandará que se proceda à sua inscrição no respectivo livro.

Parágrafo Único - Em se tratando de bem imóvel, promover-se-á a averbação do tombamento no Registro de Imóveis, à margem da transcrição do domínio, para que se produzam os efeitos legais. Igual providência será tomada em relação aos imóveis vizinhos ao prédio tombado.

Capítulo III EFEITOS DO TOMBAMENTO

Art. 13 - Os bens tombados deverão ser conservados e em nenhuma hipótese poderão ser demolidos, destruídos ou mutilados.

Parágrafo único - As obras de restauração só poderão ser iniciadas mediante prévia comunicação e autorização do órgão competente.

Art. 14 - No caso de perda, extravio, furto ou perecimento do bem, deverá o proprietário, possuidor ou detentor do mesmo comunicar o fato ao Município no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 15 - Verificada a urgência para a realização de obras para conservação e restauração em qualquer bem tombado, poderá o órgão público tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las, independente da comunicação ao proprietário.

Art. 16 - Sem prévia autorização, não poderá ser executada qualquer obra nas vizinhanças do imóvel tombado que lhe possa impedir ou reduzir a visibilidade ou ainda que, a juízo do órgão consultivo, não se harmonize com o aspecto estético ou paisagístico do bem tombado.

§ 1º - A vedação contida no presente artigo estende-se à colocação de painéis de propaganda, tapumes ou qualquer outro objeto.

§ 2º - Para que produzam os efeitos deste artigo, o órgão consultivo deverá definir os imóveis da vizinhança que sejam afetados pelo tombamento, devendo ser notificado seus proprietários, quer do tombamento, quer das restrições a que deverão sujeitar-se. Decorrido o prazo do art. 6º, sem impugnação, proceder-se-á à averbação a que alude o art. 13, parágrafo único.

Art. 17 - O bem móvel não poderá ser retirado do Município, salvo por curto prazo e com a finalidade de intercâmbio, a juízo do órgão competente.

Art. 18 - O Poder Executivo poderá conceder isenção de até 100% (cem por cento) do Imposto Predial Territorial Urbano, dependendo de regulamentação própria.

Art. 19 - Para efeito das imposições previstas nos arts. 165 e 166 do Código Penal e sua extensão a todo aquele que destruir, inutilizar ou alterar os bens tombados, o órgão competente comunicará o fato ao Ministério Público, sem prejuízo da multa aplicável nos casos de reparação, pintura ou restauração sem autorização prévia do Poder Público.

Art. 20 - Em caso de restrição parcial do uso e gozo do imóvel, decorrente de tombamento, poderá o Município, mediante procedimento adequado, ressarcir o proprietário ou adquirir-lhe o domínio total, seja por compra, permuta, doação ou desapropriação.

Art. 21 - Cancelar-se-á o tombamento:

I - por interesse público;

II - a pedido do proprietário e comprovado o desinteresse público na conservação do bem;

III - por decisão do Prefeito homologando resolução proposta pelo órgão consultivo.

Capítulo IV DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22 - Enquanto não for criado o órgão próprio para execução das medidas aqui previstas, delas ficará incumbida a Câmara Normativa da Lei Municipal de Incentivo a Cultura, instituída pela Lei Municipal nº 5.580, de 06 de dezembro de 2001.

Art. 23 - O Poder Executivo regulamentará, no que couber, esta Lei.

Art. 24 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio Grande, 26 de janeiro de 2004.

Ver. Cláudio Diaz
Presidente